



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Palmeira dos Índios

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas elaborado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Palmeira dos Índios

2018

Reitora

Maria Valéria Costa Correia

Vice-Reitor

José Vieira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Sandra Regina Paz da Silva

Diretora Geral do *Campus* de Arapiraca

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Coordenador Acadêmico do *Campus* de Arapiraca

Arnaldo Tenório da Cunha Júnior

Coordenadora da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios

Marli de Araújo Santos

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico

Profa. Dra. Danielle Oliveira da Nóbrega

Profa. Me. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães

Profa. Me. Fernanda Cristina Nunes Simião

Profa. Me. Lidiane dos Santos Barbosa

Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes

Colaboradoras/es na Elaboração do Projeto Pedagógico

Prof. Me. Adriano César Rosa da Costa

Prof. Me. Antonio César de Holanda Santos

Profa. Ma. Cássia de Castro Bezerra

Profa. Dra. Flávia Regina Guedes Ribeiro

Prof. Me. Gérson Alves da Silva Júnior

Prof. Dr. Lucas Pereira da Silva

Profa. Ma. Maria Augusta Costa dos Santos

Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento

Prof. Dr. Parmênides Justino Pereira
Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcelos
Prof. Me. Vicente José Barreto Guimarães

COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA – 2018/2020

REPRESENTANTES DOS DOCENTES

Profa. Dra. Danielle Oliveira da Nóbrega – Titular (Coordenadora do Curso de Psicologia)
Prof. Dr. Lucas Pereira da Silva – Titular
Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento – Titular
Profa. Me. Lidiane dos Santos Barbosa – Titular
Profa. Me. Fernanda Cristina Nunes Simião – Titular
Profa. Dra. Flávia Regina Guedes Ribeiro – Suplente
Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcelos – Suplente
Prof. Me. Adriano César Rosa da Costa – Suplente
Profa. Me. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães – Suplente
Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes – Suplente

REPRESENTANTES DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Kassandra Kallyna Nunes de Souza – Titular
Kempes Jacinto – Suplente

REPRESENTANTES DOS DISCENTES

Liliane Santos Pereira Silva – Titular
Maria Clara Ferreira Lopes – Suplente

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profa. Dra. Danielle Oliveira da Nóbrega
Profa. Me. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães
Profa. Me. Fernanda Cristina Nunes Simião
Profa. Me. Lidiane dos Santos Barbosa
Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes
Prof. Me. Gérson Alves da Silva Júnior

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	07
2 APRESENTAÇÃO	09
3 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
4 REALIDADE REGIONAL	12
5 JUSTIFICATIVA	18
6 HISTÓRICO DO CURSO	22
7 OBJETIVOS DO CURSO	27
8 PERFIL E COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS DA/O EGRESSA/O	29
8.1 PERFIL GERAL	29
8.2 PERFIL ESPECÍFICO	30
8.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	31
9 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	33
9.1 COLEGIADO DO CURSO	34
9.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	36
9.3 VICE-COORDENAÇÃO DE CURSO	37
9.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	38
9.5 COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO	39
9.6 COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	40
10 CONDIÇÕES DE VIABILIZAÇÃO DO CURSO	42
10.1 INFRAESTRUTURA DE DOCENTES	42
10.2 TÉCNICAS/OS-ADMINISTRATIVAS/OS	43
11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	43
11.1 MATRIZ E PROPOSTA CURRICULAR	45
11.1.1 ACESSIBILIDADE	46
11.1.2 LIBRAS	52

11.1.3 Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	52
11.1.4 Educação Ambiental	55
11.1.5 Educação em Direitos Humanos	56
11.2 MATRIZ CURRICULAR	57
11.2.1 Ênfase 1 – Psicologia e Direitos Humanos	58
11.2.2 Ênfase 2 – Psicologia e Formação Humana	58
11.3 EIXOS ESTRUTURANTES	59
11.4 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL	62
11.5 DIAGRAMA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL	64
11.6 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL	65
11.7 QUADRO DE DISCIPLINAS ELETIVAS	68
11.8 EMENTÁRIO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL	69
11.8.1 EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR PERÍODO	69
11.8.2 EMENTAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS	119
11.9 PROPOSTA CURRICULAR	128
11.9.1 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	129
11.9.2 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	131
11.9.3 DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: APONTAMENTOS GERAIS	134
11.9.3.1 DEMANDAS SOCIAIS	135
11.9.3.2 CARACTERÍSTICAS DO CURSO	136
11.9.3.3 PROGRAMA DE EXTENSÃO DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANA (PEDFH)	138
11.9.3.4 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE	144
11.9.4 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	148

11.9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	152
11.9.6 ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICO-CULTURAIS	154
11.9.7 INTERDISCIPLINARIDADE E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	155
11.9.8 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE	156
12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	156
12.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – TIC	157
13 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	160
13.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	161
14 OUTRAS AVALIAÇÕES	163
14.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	163
14.2 AVALIAÇÃO DAS/OS EGRESSAS/OS	163
14.3 AVALIAÇÃO DO PPC	164
14.4 AVALIAÇÃO DA/O DOCENTE PELA/O DISCENTE	165
15 POLÍTICAS DE APOIO ÀS/AOS DOCENTES E TÉCNICAS/OS	165
16 APOIO ÀS/AOS DISCENTES	167
17 INFRAESTRUTURA	169
REFERÊNCIAS	171
ANEXOS	179
ANEXO 1 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL (2007-2018)	180

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-sede: Brasília – Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-sede: Maceió (AL)

Endereço do Campus sede:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió-AL

Rodovia BR 101, Km 14, CEP: 57072-970

Telefone: (82) 3214-1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Curso: Psicologia

Modalidade: Bacharelado Presencial

Título oferecido: Formação em Psicologia

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: Arapiraca

Unidade Acadêmica: Unidade Educacional de Palmeira dos Índios

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Rua Sonho Verde, s/n, Bairro: Eucalipto, CEP: 57076-100, Palmeira dos Índios-AL

Portaria de Autorização: Resolução CONSUNI/UFAL nº 20/2005, de 01/08/2005; Parecer CNE/CES nº 52/2007 de 27 e 28 de fevereiro de 2007, publicado no D.O.U. em 14 de março de 2007

Portaria de Reconhecimento: Portaria MEC/SERES nº 489 de 20 de dezembro de 2011

Portaria de Renovação de Reconhecimento: Portaria Nº 706, de 18 de dezembro de 2013

Seleção: Anual

Número de Vagas autorizadas: 50 vagas

Regime Escolar: Semestral

Turnos de Funcionamento: Matutino/Vespertino

Formas de Acesso ao Curso:

O ingresso no curso de Psicologia é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do ENEM o meio de seleção e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada) o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor.

A UFAL poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

A UFAL adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso.

Carga Horária Total do Curso: 4186 horas

Tempo de integralização do curso: Mínimo de 5 anos (10 semestres) / Máximo de 8 anos (16 semestres)

Perfil da/o Egressa/o:

Formação de uma/um profissional comprometida/o com a promoção da saúde integral, dos direitos humanos em diversos âmbitos e da formação humana, capaz de atuar em contextos socioculturais distintos e de lidar com as diferentes demandas presentes no campo da Psicologia, objetivando os processos de conscientização dos sujeitos no tocante às dimensões subjetiva, sócio-histórica e cultural consideradas de forma indissociável. Uma/um profissional comprometida/o com a produção e o desenvolvimento do conhecimento científico da Psicologia, com respeito às suas interfaces teórico-prática e pluridisciplinar e à leitura crítica e contextualizada de seus fundamentos teórico-metodológicos e das práticas profissionais, em uma formação norteada pela concepção de um projeto ético-político de Psicologia visando à transformação social e à reflexão crítica acerca da realidade social.

Coordenadora do Curso:

Nome: Danielle Oliveira da Nóbrega

Formação Acadêmica: Psicologia

Titulação: Doutora

Regime de Trabalho: 40h/DE

2 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento de concepção de ensino e de aprendizagem que revela a identidade e a intencionalidade da formação intelectual e profissional de discentes e egressas/os do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

É parte de um longo processo de debate e de amadurecimento e foi construído de forma coletiva para atender à Resolução CNE/CES nº 5 de 15 de março de 2011 (BRASIL, 2017). Participaram desse processo direcionado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Psicologia, docentes, discentes, egressas/os, instituições parceiras e supervisoras/es de estágio, que fazem parte da comunidade acadêmica da referida Unidade.

Foram realizados momentos coletivos de desconstrução e construção de um novo Projeto engendrado a partir de um compromisso dessa comunidade acadêmica em identificar os desafios e possibilidades impostos à/ao psicóloga/a formada/o no contexto do interior do Estado de Alagoas e que mantém, também, como diretriz documentos regionais, nacionais e internacionais em prol da formação de uma/um profissional ética/o e compromissada/o com sua realidade.

Teve como base para sua constituição uma variedade de Resoluções e Portarias que indicaram os caminhos a se seguir para o que se espera da formação da/o psicóloga/o nesta Instituição, dentre eles o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regimento Interno da UFAL e seu Estatuto, entendendo que este PPC não deve ser aplicado de forma isolada, uma vez que faz parte de um projeto de Universidade e de sociedade.

De modo geral, podemos considerar que este PPC apresenta norteadores para docentes, discentes e técnicas/os, guiando-as/os na atuação de um processo continuado de formação de uma/um profissional de Psicologia habilitada/o nos princípios que se seguem neste documento. São eles:

- Indissociabilidade entre Teoria e Prática;
- Articulação constante entre pesquisa, ensino e extensão;
- Contextualização dos conhecimentos construídos no processo de formação que acontece na região do semiárido alagoano;
- Formação crítica;
- Ética e compromisso com a formação como orientação das ações educativas;

- Prática de avaliação sistemática do PPC.

Desse modo, esse PPC pretende enfatizar o sentido ético e crítico da Psicologia e do seu ensino, conduzindo o Curso de Psicologia para uma dimensão de responsabilidade social inerente a uma instituição pública federal. Notabiliza-se, desta forma, que este Curso de Psicologia deve se desvelar, em termos da relação ensino-aprendizagem, como um dispositivo de transformação social na promoção de ações orientadas para a efetivação dos direitos humanos e da inclusão social.

Esta percepção levou à produção de um Perfil da/o Egressa/o voltado para a promoção da saúde de modo integral, considerando os direitos humanos e a formação humana, com o compromisso ético-político que norteie a prática profissional, o que culminou na criação de duas ênfases para este curso, que abarcam a diversidade que compõe a ciência psicológica, quais sejam: Psicologia e Direitos Humanos e Psicologia e Formação Humana.

Trata-se de fazer reverberar um ensino generalista, comprometido com a realidade local e também com a realidade mais ampla, estabelecendo uma relação de ensino-aprendizagem que ultrapassa a hierarquia, e se baseia em uma postura pedagógica de construção de uma/um profissional ética/o e crítica/o e de uma Psicologia comprometida com seu contexto de produção.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, *Campus* A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Perfil e missão da IES: A Universidade Federal de Alagoas tem por missão realizar uma formação de competências contínuas por meio de produções de pesquisa, ensino, extensão, na multiplicação e reformulação de saberes de cunho coletivo que dialoguem com a sociedade, grupos sociais e comunidades (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a).

Breve histórico da IES: Foi criada a partir da Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, no agrupamento das faculdades de Direito, de Medicina, de Filosofia, de Economia, de Engenharia e de Odontologia, com sede localizada na Capital do Estado de Alagoas, Maceió. Desde sua fundação, teve treze gestões exercidas por oito reitores e três reitoras. Nos anos 1970, ampliou e modernizou a gestão da universidade na substituição dos institutos das faculdades por centros, abertura de novos cursos e qualificação de seu quadro docente. Os anos 1980 foram marcados pela introdução da gestão democrática, nas eleições com consulta a todos os seguimentos e sua comunidade acadêmica. Além de introdução de programas de pesquisa e extensão e criação de Cursos *Stricto Sensu*. Nos anos 1990, houve ampliação dos Cursos *Stricto Sensu* bem como ampliação de cursos, priorizando agora o período noturno. Ao longo da década de 2000, houve a proposta de ampliação da Universidade com o projeto de interiorização por todo o estado de Alagoas.

O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o *Campus* de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia; e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema com oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância,

através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A pós-graduação contribui com 31 Programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos Cursos de Especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento. A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão. O ingresso de estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

4 REALIDADE REGIONAL

Apesar da tentativa de construir no imaginário social o Brasil enquanto um país hegemonicamente urbano, seguindo os moldes ideais do progresso e do projeto moderno de sociedade, estudos como o de Veiga (2003) apontam que esta concepção se apresenta mais como fruto ideológico do que fenômeno social. O autor afirma serem as cidades brasileiras uma produção relacional compreendida por elementos que se estruturam entre a vida da cidade e a realidade rural, sendo que a segunda compõe de forma ativa as dinâmicas sociais dos centros urbanos. Esta realidade de permeabilidade entre o rural e o urbano se expressa nos dados apresentados por Coral (2017), os quais afirmam que 45% do território alagoano encontra-se no semiárido, composto por cidades de pequeno e médio porte, que expressam um modo de vida vinculado ao mundo do campo.

É relevante compreender a contextualização da realidade regional no qual a Universidade e o curso de Psicologia se inserem para se pensar quais modos de viver expressam-se sobre a diversidade de realidades presentes no agreste alagoano. Estas diversidades estão vinculadas diretamente a objetividades sociais, políticas e econômicas do território. Coral (2017) afirma que conhecer as especificidades do agreste/sertão alagoano é fundamental para se pensar as políticas públicas específicas destinadas ao semiárido brasileiro, políticas estas que possibilitam o desenvolvimento regional e a garantia de direitos básicos à população.

Mesmo com o aumento do índice de urbanização nas cidades alagoanas, como afirma Lima da Silva (2013), há uma primazia da realidade do campo como determinante para a direção dos fluxos econômicos, bem como para a dinamicidade da vida social nos municípios do Estado. Esta primazia, de acordo com Rafael (2004), é evidenciada pelos estudos

sociológicos clássicos de Alagoas, que se concentram sobre a realidade rural para o entendimento dos fenômenos sociais, históricos e econômicos do Estado. Tais informações apontam para a importância da realidade rural na formação das relações, do cotidiano e das formas de expressão da vida alagoana, as quais se estendem do mundo do campo às ruas dos centros urbanos.

O semiárido alagoano apresenta-se dividido em três sub-regiões: o agreste, o médio sertão e o sertão. A região sertaneja (médio sertão e sertão) apresenta como base de sua formação histórica a sociedade do couro e o modo de vida rural. O agreste apresenta-se como um território de transição entre a zona da mata, o litoral e o sertão. Este meio caminho possibilitou à sua formação o encontro de elementos das duas formas de organização social presentes na vida colonial alagoana. É tanto constituída por indígenas que fugiam ao massacre do sertão e buscam em novos territórios restabelecer suas comunidades, como por negros que em um processo de migração forçado às empreitadas da guerra travada no Quilombo dos Palmares procuravam nas terras do interior a liberdade almejada.

O território agrestino forma-se no enfrentamento destas duas estruturas de dominação, carregadas com seus mandonismos políticos, coronelismos e violências, frente a variadas táticas de resistência de negros e índios, que buscam frente às adversidades políticas, sociais e geográficas criar seus projetos de vida. Estas variadas táticas estão alicerçadas em formas de organização coletivas, que enriquecem o cotidiano dessas comunidades, nas possibilidades de construção de vínculos comunitários, relações de reconhecimento entre seus pares, apropriação de sua terra como território vivido, carregado de experiências e afetos (FERNANDES, 2016).

Das regiões do Nordeste, o semiárido alagoano, devido às condições climáticas favoráveis, apresenta uma diversidade de produções agrícolas dispostas em pequenos minifúndios que corroboram para a existência e perpetuação da unidade familiar camponesa, indígena e quilombola. A presença de minifúndios no agreste e no sertão não descarta a concentração de renda e de poder; estes que, por meio de seu poder econômico, exercem sua força política de forma paternalista e coronelista (LUSA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2013).

O mandonismo político deve-se ao processo de dominação historicamente sofrido pela população rural desde o período colonial, incluindo: indígenas, quilombolas e brancos camponeses, que mesmo em seu percurso de deslocamento para os interiores do Estado na busca de ocupação de novas terras, foram submetidos ao trabalho em terras alheias. Assim, a

dominação territorial coincide com a dominação econômica, e com a forma de distribuição assimétrica do poder político às famílias dos proprietários de terras, o que acirra ainda mais as desigualdades sociais nas regiões semiáridas (LUSA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2013).

A existência desses grupos marginalizados no semiárido deve-se também à expulsão dessas populações das regiões litorâneas e da zona da mata. Locais de terras férteis ao cultivo da cana-de-açúcar, responsável pelo desenvolvimento e formação dos latifúndios e pelos processos de marginalização vividos pela população rural no Estado. A cana-de-açúcar tem papel histórico fundamental na formação político-social do território alagoano, abrangendo extensas faixas territoriais com os engenhos, grandes latifúndios e na atualidade por meio das usinas canavieiras (ALBUQUERQUE, 2013).

O crescimento do latifúndio de cana-de-açúcar em Alagoas acompanha nas décadas de 1960 e 1970 as tentativas de incentivo ao desenvolvimento técnico industrial no campo. De acordo com Santos (2009), a modernização capitalista no campo traz consigo o advento de maquinários e biotecnologias atreladas à produção agroindustrial. Tais investidas agravam a situação do pequeno agricultor, que se submete ao trabalho assalariado nos latifúndios. Tal processo acirra ainda mais as formas de marginalização e desigualdade entre camponeses e as oligarquias agrárias do Estado.

Mesmo a cana se desenvolvendo na zona da mata e litoral, a sua cultura influencia a dinâmica das várias regiões do Estado, produzindo o fenômeno da migração sazonal dos trabalhadores do sertão e agreste na época de safra para as zonas canavieiras. Este processo migratório altera o modo de vida das famílias camponesas, indígenas e quilombolas do semiárido, atuando no enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, no ingresso a um modo de trabalho assalariado, que descaracteriza a forma de produção existente nas terras de origem (ALBUQUERQUE, 2013).

Atribuir a responsabilidade dos processos migratórios dos camponeses do semiárido à seca nos períodos do verão é propagar um discurso ideológico e naturalizante que descaracteriza as relações de dominação e as consequentes desigualdades vividas pelo camponês do semiárido, que vive a má distribuição de terras, renda e o poderio político concentrado na mão de poucos proprietários: “Como bem diz a sabedoria popular na região: o problema não é de seca, é de cerca.” (LUSA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2013, s/p).

Para entender a dinamicidade das relações presentes no semiárido de Alagoas, cabe caracterizar aspectos centrais de sua população. De acordo com Coral (2017), a região

semiárida do Estado totaliza cerca de 900.549 habitantes, destes 628.466 se autodeclararam pretos, pardos e indígenas, o que equivale a 69,78% da população da região, enquanto brancos e amarelos compõem 272.083 habitantes, 30,22% do total.

A presença da população negra e indígena nessas regiões expressa-se pelo processo histórico retratado anteriormente sobre a formação social de Alagoas. Além disso, vale destacar uma característica dessa população que apresenta 51% de mulheres e 49% de homens. Estes dados também apontam para a necessidade de se pensar as políticas públicas nesse território, as quais atendam as especificidades das populações negras e indígenas; e em suas expressões diferenciais no recorte de gênero.

A presença expressiva da população indígena e negra na realidade local também se manifesta na realidade camponesa, na concentração de comunidades quilombolas e indígenas na região semiárida. Das 68 comunidades quilombolas reconhecidas no Estado de Alagoas, 46 estão situadas no semiárido. O que equivale a 67,6% das comunidades que estão distribuídas nas regiões: do Agreste (11 comunidades), Médio Sertão (15 comunidades) e Sertão (20 comunidades) (INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS, 2013). Quanto às comunidades indígenas, das 11 etnias presentes no Estado, 09 delas encontram-se distribuídas pelas regiões do agreste e sertão (ALAGOAS, 2017).

Como afirma Fernandes (2016), para entender as produções psicossociais do semiárido alagoano, deve-se compreender os papéis sociais, políticos e econômicos exercidos por comunidades, que dinamizam a transformação da realidade social do campo e da cidade, por meio de seus enfrentamentos, formas de resistência e na luta pela garantia de seus direitos fundamentais. Portanto, podemos afirmar que a realidade do campo agrestino e sertanejo de Alagoas está vinculada às formas de viver negra e indígena.

De acordo com Coral (2017), quando pensamos a realidade do agreste de Alagoas, especificamente a cidade de Palmeira dos Índios e suas proximidades, estes vínculos aos modos de viver negro e indígena se apresentam ainda mais expressivos, já que na cidade e seus entornos encontra-se a presença de oito aldeamentos indígenas com cerca de 600 famílias, em um total de 3 mil índios. Além dos indígenas que habitam a periferia da cidade.

Quanto à realidade Quilombola no município, registra-se a presença da Comunidade Tabacaria, que se localiza a 13 km do centro da cidade, além das cidades de Arapiraca, Taquarana e Igaci, que somam sete comunidades remanescentes de quilombos. Devido à necessidade da terra e do território como meio base de permanência e de produção das

comunidades tradicionais aos seus modos de viver, a luta pela terra e o conflito por demarcação dos territórios é um fenômeno presente e ainda permanente nesta região.

Devido às desigualdades sociais vividas no semiárido alagoano, os camponeses não conseguem sobreviver apenas com a produção que advém de sua terra, necessitando realizar atividades que complementam sua renda: na venda de dias de trabalho em propriedades de grandes fazendeiros da região; atividades nos centros urbanos e cidades circunvizinhas, trabalhando como pedreiros, marceneiros ou empregadas domésticas. Porém, estas atividades ainda sendo insuficientes à garantia de seu sustento, exigem do trabalhador do campo a migração para a zona da mata e litoral para o corte da cana (ALBUQUERQUE, 2013).

Assim, para garantir a sua pequena propriedade, a unidade de terra a qual oferece base para organização de sua vida familiar e comunitária, os camponeses, quilombolas, bem como, famílias indígenas, buscam na migração sazonal possibilidades de se manterem em suas terras. As situações de precariedade vivenciadas é que levam à necessidade de migrar, as condições objetivas não o permitem ficar em seu lugar de origem, exigem sua saída, mas o sertanejo não migra para estabelecer a sua vida em outro lugar, ele migra para poder voltar para a sua terra, garantir a permanência de sua unidade familiar e comunitária: “Quando uma família começa sem terra, obter um pedaço de terra para produzir os bens de consumo do núcleo familiar e manter a tradição da região passa a ser o objetivo da nova família, assim tem sido por gerações e gerações”. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 292).

A população camponesa, indígena e quilombola do agreste e do sertão alagoano, com seu modo de vida comunitário e com sua organização familiar em torno da terra e da pequena propriedade, tornam-se os grupos potenciais a utilizarem os serviços públicos desenvolvidos nestes territórios, como tentativas de mitigar as desigualdades vividas, acessando os mesmos para: produção agrícola, moradia, saúde, educação, lazer, entre outros (LUSA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2013).

Desse modo, compreender a realidade do semiárido alagoano torna-se fundamental para a efetivação das políticas públicas nessa região, para que as mesmas possam dar respostas às demandas levantadas pelos variados grupos que compõem a vida sertaneja e agrestina, atuando enquanto dispositivos que garantam o acesso aos direitos fundamentais a grupos que os viveram historicamente enquanto favores disponibilizados pelas oligarquias regionais (LUSA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2013).

As políticas públicas são alternativas que possibilitam a permanência, convivência e

fixação de homens e mulheres do campo no semiárido. As migrações, as precariedades e as explorações devem-se às formas de dominação que têm em seu cerne a concentração de terras e de renda às poucas famílias. A mitigação das desigualdades, bem como, a estruturação de uma sociedade democrática em Alagoas passa necessariamente pela efetivação da política de reforma agrária, a qual possibilita aos variados grupos do campo a posse da terra, para nela produzir seu trabalho e perpetuar seu modo de vida (LIMA DA SILVA, 2013).

A democratização da terra é o princípio à quebra das formas estruturais de dominação presente no Estado, porém, ela apresenta-se não como processo final, mas enquanto ponto de partida na luta pela garantia dos direitos fundamentais. Junto à terra devem vir programas básicos e estruturais como saneamento, energia elétrica, estradas e transporte de qualidade para acessar outros equipamentos que não se encontram instalados nas comunidades. Em conjunto às políticas estruturais devem-se buscar: políticas que auxiliem na produção agrícola; que sejam voltadas à saúde da população rural; políticas de educação do campo; programas que promovam o lazer; a cultura local, entre outros. Assim, a posse da terra, sem a efetivação das variadas políticas públicas que possibilitem de forma equânime a garantia de direitos, não traz resolubilidade à complexidade do fenômeno da marginalização dos povos do campo (LUSA, 2013).

A marginalização, a pobreza e a exclusão da população do campo tornam-se estratégias necessárias para fazer funcionar a exploração sistemática, tanto da força de trabalho desses grupos, que migram a outras terras, ou vendem seu trabalho aos fazendeiros de sua região, quanto de sua vontade política, que devido a não garantia dos direitos básicos e a inacessibilidade às políticas públicas, é subjugada ao mandonismo político, que torna seus direitos impedidos, que são atendidos enquanto favores (LUSA, 2013).

Porém, como afirma Coral (2017, p. 118), esse processo de exploração e exclusão levanta lutas e demandas dos movimentos sociais locais:

Algumas ações dos movimentos sociais, das associações e outros coletivos citados se realizam como resistência, em enfrentamentos ao mandonismo político, à dominação pela violência, às relações de apadrinhamento e de confronto com uma elite que subjugam as demais categorias sociais. Diante desse caráter das ações, alguns traços novos parecem surgir nas relações sociais estabelecidas no agreste alagoano, no sentido da ampliação da relação entre Estado e sociedade.

Mesmo com estas adversidades e faltas econômicas, políticas e materiais que se apresentam no cotidiano das mulheres e homens do semiárido, de acordo com Lusa (2013), a capacidade de resistir e estruturar formas de enfrentamento sobre uma vida de impedimentos faz parte do dia a dia de agrestinos e sertanejos e reflete na diversidade de produção agrícola presente nessa região, como a mais diversificada de todo o Estado de Alagoas, com a presença da: fruticultura, bovinocultura, ovinocultura de corte e de leite, avicultura, produção de milho, feijão, fava, macaxeira, inhame, abóboras, horticultura, temperos e fumo.

A riqueza da produção agrícola espalha-se às relações sociais e aos modos de convivência presentes no semiárido, marcados pelo fortalecimento dos vínculos comunitários; pelas relações de vizinhança, que permitem o cuidado à vida de seus pares; a presença da conversa, com os “causos” e as narrativas do lugar, os quais produzem o encontro entre iguais e permitem a qualquer participante intervir e contar a sua versão dos acontecidos; as feiras livres, que promovem o contato entre os diferentes, na exigência do encontro entre as classes sociais e a diversidade de grupos que compõem a vida da região; e os variados festejos, que ativam consigo as memórias populares, das lutas realizadas para se manterem nestes territórios (LUSA, 2013).

É diante dessa realidade que o curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus Arapiraca* da UFAL se insere no contexto regional, tendo a necessidade do diálogo com as políticas públicas e com as especificidades das mesmas para as populações do semiárido brasileiro. Apresenta, também, uma formação que, mesmo configurada de forma generalista, realiza uma releitura da Psicologia para pensar a realidade regional e territorializar as experiências e fenômenos psi sobre o mundo, vividos pelos variados atores que compõem a vida acadêmica e o cenário regional. Essas duas dimensões são nodais para o entendimento da dinamicidade que o curso se perfaz, contemplando as Diretrizes Curriculares Nacionais e dialogando com a realidade local e as políticas públicas que nela se inserem, por meio de projetos de pesquisa, de extensão e de ensino que objetivam a produção de reflexões, de estudos e de práticas psi que estejam em constante aperfeiçoamento.

5 JUSTIFICATIVA

Como aponta Bernardes (2012), o currículo de um curso não é um material asséptico e

distante dos sujeitos que os experiencia e os maneja. Ao contrário, sua dinamicidade está no modo de viver tal Projeto Pedagógico, que por meio destas experiências vão se construindo necessidades, mudanças e especificidades a serem respondidas e reformuladas.

O desafio de reformulação de um PPC não se encontra restrito ao quesito de mudanças em disciplinas, ofertas e conteúdos, mas na capacidade de repensar o modo como o curso é manejado pela comunidade acadêmica, como o mesmo é processado e vivido pelos atores sociais que o compõem. Portanto, sua reformulação corresponde a uma construção coletiva que se faz por meio do diálogo na comunidade acadêmica, na busca por alternativas democráticas que correspondam às necessidades históricas e políticas, necessidades estas expressas na realidade local, mas que perpassam lógicas políticas amplas e abrangentes, de níveis nacionais e globais.

Cabe pensar a inserção da Psicologia nos interiores do país, entre suas atuações práticas a implementação dos cursos de ensino superior nestas realidades. Apesar da Psicologia apresentar estudos que dialogam com os territórios do campo, suas bases teórico-metodológicas consolidam-se em pesquisas desenvolvidas nos centros urbanos e no desenvolvimento de categorias analíticas voltadas a estas realidades, categorias estas que, por vezes, inscritas como universais, são deslocadas para a compreensão da diversidade de modos de vida presentes nas realidades tradicionais e do campo. O desdobramento dessas categorias sobre essa realidade enquadra suas expressões aos moldes do mundo urbano, realizando uma leitura enviesada e normativa que não busca apreender as especificidades e as pluralidades desses territórios.

Esse modo de produção dos saberes psicológicos atua na reprodução de compreensões ideológicas que cindem os territórios rurais aos espaços citadinos. Essa ruptura opera racionalidades que subjagam a realidade camponesa e tradicional à vida urbana. Tais assimetrias e relações de poder não se restringem à ciência psicológica, pois as produções do mundo tradicional apresentam-se nas ciências sociais como um campo dicotômico que cinde os espaços do campo e da cidade como territorialidades distintas em seus modos de análise e avaliação (FROEHLICH, 2012).

O processo de interiorização da Psicologia é uma exigência histórica que nos demanda uma revisitação aos conhecimentos psicológicos: a entrada de nossa prática ao interior do país e com ela a inserção no mundo do campo. Com a expansão das práticas psicológicas, pós anos 1980, ao campo das políticas públicas, há uma ampliação da atuação psicológica no Sistema

Único de Saúde (SUS) e recentemente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tais atuações não se concentram nas cidades de grande porte, mas situam-se nos municípios de pequeno e médio porte do país. Como apontam Macedo e Dimenstein (2011, p. 301-302) quanto à atuação da/o psicóloga/o na ampliação do Sistema Único de Assistência Social:

[...] espera-se que tenhamos, em um futuro próximo, o mínimo de 4.892 CRAS em cidades de pequeno porte, de 602 em cidades de médio porte, de 836 em cidades de grande porte, e de 120 CRAS em cidades consideradas metrópoles (acima de 900.000 hab.) (Brasil, 2004a); isso resultará em um total de 6.450 CRAS; em consequência, espera-se um quantitativo de no mínimo 8.000 psicólogos atuando somente no nível básico de proteção da assistência social em todo o país, sendo 85,17% deles localizados em cidades de médio e pequeno porte.

Outro fator que acarreta na interiorização da Psicologia no país advém da implantação dos cursos de Psicologia no interior, como expõem Macedo e Dimenstein (2011): dos 23.488 cursos de Psicologia existentes, 15.329 encontram-se alocados nos interiores, em cidades de pequeno e médio porte, o que equivale a 65,26% do total. Esses dados sinalizam para uma ampliação da atuação da psicologia, cujas práticas centradas na vida urbana e em seus modos de subjetivação, deslocam-se para os interiores e o cotidiano rural.

As cidades de pequeno e médio porte, nas quais a Psicologia insere cada vez mais a sua prática, são cidades que apresentam centros urbanos que mantêm muito de suas tradições, valores, normas e modos de vida com o campo. São espaços que se produzem em dimensões híbridas, nas quais não se conseguem definir a localização exata ou o ponto no qual inicia a vida urbana e no qual emerge a tradição. Ambos estão implicados um ao outro, mesmo que o discurso do progresso afirme o Brasil como sendo um país urbanizado e moderno, esquecemo-nos de observar que esse urbano não se localiza no centro do cenário, mas em concomitante atuação aos modos de vida do homem e da mulher do campo.

É frente a essa emergente exigência histórico-política de expansão das atividades e formação profissional aos interiores do país, que retomamos a Psicologia com outro olhar, agora voltado à realidade de cidades do interior com suas dinâmicas pautadas em relações entre o mundo do campo e os modos de viver urbano. Como afirma Fernandes (2014, p. 11):

Como nos anos 80 revisitamos a Psicologia e a direcionamos para uma teoria e prática condizentes com nosso território, agora nos debruçamos sobre ela

para revisá-la com o intuito de viabilizar uma Psicologia que acompanhe as produções deste espaço em seu plano de imanência, permitindo a emergência da autenticidade e das diferenças ali geradas.

São com essas demandas, indagações e com uma diversidade de atores que modificam as necessidades da formação em Psicologia que o Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL busca refazer o olhar sobre o seu PPC. Além desses processos estruturais e históricos da interiorização da Psicologia no país, os produtos sistematizados no Evento “**I Encontro Consultivo de Psicologia: repensando a Psicologia no semiárido alagoano**” auxiliam a compreender as necessidades de mudança do PPC que corresponda às especificidades vividas pela comunidade acadêmica local.

O referido encontro ocorreu nos dias 18 e 19 de abril de 2018 e teve por objetivo realizar um debate coletivo e democrático com a comunidade acadêmica para levantar os problemas vividos pelos atores sociais que vivenciam o curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, bem como a apresentação de possíveis alternativas para a reformulação do PPC diante da experiência do curso.

Tendo, pois, como princípio a construção de espaços democráticos, trabalhou-se por meio de metodologias participativas, incluindo: rodas de conversa, grupos de trabalho e palestras dialogadas. O evento foi subdividido em eixos temáticos que tratavam dos conteúdos, disciplinas, organização e as ênfases possíveis para o curso em construção.

Nos debates, foram levantadas as seguintes **demandas**: fragmentação e repetição dos conteúdos; necessidade de integração entre teoria e prática; curso centralizado em autores de concepções eurocêntricas, com poucas discussões de autores regionais; pouca discussão sobre ruralidade, gênero, raça/etnia; disciplinas do 1º período dissociadas da Psicologia; dificuldades de produção de pesquisa e produção científica (pouca orientação); o estágio estar em períodos avançados; leituras apenas de fontes secundárias, ou seja, já comentados, o que impedem a formação de um pensamento crítico; distância entre Universidade e Comunidade; falta de diálogo entre as abordagens; falta de conhecimento técnico e de manuseio dos instrumentos; pouca ênfase em metodologias quantitativas; e discussão de ética centralizada na disciplina de Ética Profissional.

As demandas levantadas vieram acompanhadas de **alternativas e propostas** para a mudança do PPC de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, foram elas: práticas associadas às disciplinas; práticas no início do curso; transversalidade dos

temas raça/etnia, gênero e ruralidade nas disciplinas obrigatórias; inserção de autores africanos e latino americanos; disciplinas de pesquisa e escrita acadêmica no começo do curso; disciplinas de pesquisa serem ofertadas em períodos avançados; associação das teorias e pesquisas à realidade local; eventos que integram abordagens teóricas, áreas de conhecimento e realidade local; e leitura dos clássicos e não apenas de comentadores.

É diante das demandas e alternativas apontadas pela comunidade acadêmica e pelas necessidades histórico-políticas que atravessam a formação e a atuação da Psicologia brasileira que a reformulação deste PPC se apresenta como uma necessidade urgente. Essa reformulação visa responder à realidade local e suas interfaces com as produções históricas que pedem passagem para a formação e atuação de outro pensar e fazer psicológico, o qual vai se debruçar sobre um sujeito inserido em seu território, que está atravessado por variados equipamentos, dispositivos, serviços e relações, que se expressam no cotidiano em sua localidade, mas que estão perpassados por lógicas e racionalidades globais que os envolvem e os determinam.

Como afirma Santos (2008), no mundo globalizado, o espaço banal dos conhecimentos e da vida dos homens e das mulheres comuns estão submetidos a ordenações das redes tecnocráticas, que com seus conhecimentos especializados impõem de forma vertical modelos de ser e existir que buscam ordenar a vida sobre suas regras e normas, enquanto garantia da perpetuação de sua hegemonia que está a serviço da racionalidade do capital e do mercado. Tal subserviência da vida comum das localidades às relações de mercado atuam no enfraquecimento dos conhecimentos, dos vínculos e das práticas produzidas no espaço banal, transformando a vida compartilhada com as/os outras/os, na vida a serviço de um Outro que equalizam as relações às lógicas do capital.

6 HISTÓRICO DO CURSO

De acordo com Coral (2017), a presença das universidades públicas no interior de Alagoas apresenta-se fundamental diante da demanda de estudos e pelas dificuldades enfrentadas pela população no acesso aos direitos à saúde, à educação, ao lazer, entre outros; inclui-se aqui o acesso ao ensino superior. O ensino superior apresenta-se como um dos equipamentos que auxiliam a transformação crítica da realidade social, quando aliado às causas democráticas, aos movimentos sociais e às organizações de base.

Diante desse fato, cabe compreender a relação entre o ensino privado e o público no Brasil. O período entre 2002-2012 marca o crescimento das instituições privadas no Brasil, totalizando 80% das instituições contra 20% das instituições públicas. Apesar dessa disparidade entre Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas, em 2012, 54,96% das matrículas concentravam-se em instituições públicas. Esse fato não é diferente no agreste alagoano. De acordo com Coral (2017, p. 139), “Somente no município de Arapiraca, 75% das matrículas concentram-se no ensino superior público, e 25% no privado [...]”. Esse crescimento, segundo Coral (2017), deve-se à interiorização da UFAL e ao projeto de expansão da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

De acordo com Nóbrega (2017), a realidade dos cursos de Psicologia no Estado de Alagoas apresenta uma proporção inversa à anterior, com a maioria das matrículas concentradas em instituições privadas e localizadas na capital do Estado.

Das/os estudantes que compõem o processo de interiorização da UFAL 77,4% estão na faixa etária de 16 a 24 anos, jovens que terminaram há pouco o Ensino Médio e que apresentam condições desfavoráveis para manter seus estudos no ensino privado ou deslocar-se para a capital. Outro dado importante quanto à contribuição do processo de interiorização da UFAL na região é que das/os discentes ingressantes 75% realizaram sua formação no ensino público, enquanto 25% no ensino privado (CORAL, 2017).

O projeto de interiorização da UFAL inicia sua discussão em 2004 e efetiva sua primeira fase com a instalação do *Campus* Arapiraca no Agreste de Alagoas, na distribuição entre a sede em Arapiraca e três Unidades Educacionais nos municípios de Viçosa, Palmeira dos Índios e Penedo. Esse projeto realizou-se antes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), porém, em suas propostas centrais, já apresentava os elementos deste programa, tendo sido incorporado à UFAL em 2007.

A justificativa para o processo de interiorização tem como centro a oferta do ensino público superior aos municípios do interior do Estado, na articulação com as gestões municipais para o desenvolvimento da região. Esta articulação é questionada e realizada por vezes com dificuldade, como afirma Coral (2017, p. 146):

A forma crítica como algumas formações profissionais, por exemplo, Serviço Social e Psicologia, se posicionam diante de certas situações que envolvem o exercício do poder, a defesa da qualidade de serviços e de

direitos tem ocasionado alguns embates entre os poderes estabelecidos naquele espaço. Um embate constante refere-se ao apoio dos poderes públicos municipais para a questão do deslocamento dos alunos que residem em Arapiraca e outras cidades e que frequentam os cursos de Serviço Social e Psicologia em Palmeira dos Índios.

Apesar das dificuldades apresentadas, a Universidade vem consolidando seu projeto político, com uma formação crítica e em tentativas de inserção na realidade local e compreensão de suas demandas.

Uma das propostas do projeto de interiorização foi a divisão dos cursos por eixos temáticos conforme a convergência da formação, atuação, atividades e identidades comuns, sendo eles: Humanidades; Educação; Agrárias; Gestão; Tecnologia; e Saúde. O curso de Psicologia e Serviço Social, localizados na Unidade Educacional Palmeira dos Índios da UFAL, ficaram caracterizados como pertencentes ao eixo Humanidades (CORAL, 2017).

De acordo com Nóbrega (2017), o primeiro PPC deste curso de Psicologia data de 2005 e já incorpora em seu conteúdo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação de Psicologia de 2004, com alguns elementos novos, já que sua estrutura está atrelada ao projeto de inovação universitária proposto pela gestão da UFAL como processo de interiorização.

Este curso de Psicologia foi autorizado pelo MEC em 2007 e teve seu reconhecimento em 2011.

Importante compreender o processo de formulação deste primeiro modelo de PPC, o qual foi construído com o auxílio de professoras/es do curso de Psicologia do *Campus A. C. Simões*, tendo como referências a realidade do curso situado na capital do estado. De acordo com Nóbrega (2017), alguns trechos do PPC do interior são cópias do PPC da capital, como acontece com o perfil do egresso. Apesar de muitos aspectos que concernem a uma formação crítica em Psicologia convergir com a proposta do PPC formulado para o curso do interior, a realidade na qual este vai ser inserido diferencia-se muito da dinamicidade da capital. Tais especificidades processam outro modo de construção do curso, de seu fazer, de projetos, de pesquisas e mesmo do perfil da/o egressa/o. Assim, há a necessidade de outra escrita que venha ao encontro da realidade local, que se expressa, como afirmado anteriormente, em um contexto de dialogicidade entre o mundo do campo e a vida urbana.

Além dessas problemáticas, outro elemento a ser enfrentado é que o projeto de interiorização no qual a realidade do curso de Psicologia se insere realiza a divisão da matriz

pedagógica do curso em três troncos: inicial, intermediário e profissionalizante. Os dois primeiros eixos são compostos por professoras/es que compartilham suas disciplinas em mais de um curso. De acordo com Coral (2017), essa divisão favorece uma lógica de sobrecarga de trabalho, já que essas/es professoras/es terão que incorporar sua vida docente na aproximação com os cursos que os mesmos dialogam.

Nóbrega (2017) realiza outra crítica quando aponta dificuldade de inserção dessas/es docentes, pois, devido à estrutura inflexível dos troncos, as/os mesmas/os não pertencem ao núcleo profissionalizante e não estão diretamente ligados à coordenação de nenhum dos cursos. Além disso, há críticas apontadas pelas/os estudantes, como expõe a autora, que afirmam essa segregação dos troncos inicial e intermediário com a dinamicidade dos cursos.

Assim, o curso apresentava, anteriormente, 17 docentes, sendo que cinco são compartilhadas/os com mais dois cursos (Serviço Social e Medicina Veterinária) e as/os outras/os doze são distribuídas/os por setores de estudos: Psicologia Geral, Psicologia Social, Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia Clínica.

Esta estrutura organizada por troncos foi vista como um impasse que levou à necessidade de realização de mudanças no PPC do curso. Tal reformulação aconteceu no ano de 2008, porém, com algumas restrições, já que o curso ainda não havia completado quatro anos, o que impossibilitava a realização de modificações mais estruturais. Apesar dessas restrições, no ano de 2008, o curso passou por uma reformulação dos conteúdos, além de uma reorganização e inclusão de novas disciplinas (NÓBREGA, 2017, p. 119):

Segue um breve resumo das mudanças propostas: 1- como não havia a possibilidade de alterar o intocável Tronco Inicial, a comissão inseriu ao menos uma disciplina eletiva já buscando introduzir conteúdos específicos da Psicologia; 2- foram incluídas novas disciplinas, a saber: Psicologia e Políticas Públicas, Inclusão Escolar de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e Seminário de Pesquisa em Psicologia, sendo a primeira do 5 período e as demais do 8 semestre; 3- houve alteração do período de ofertas de algumas disciplinas, por exemplo, Psicopatologia 1 estava no 7 semestre e foi inserida no rol do 4 período; 4- nomenclaturas, ementas, bibliografias e cargas horárias também foram modificadas.

A maioria dos conteúdos reformulados, como afirma Nóbrega (2017), foram restritos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFAL daquela época, a qual afirmou incongruência da mudança diante das normas operadas pelo MEC. Diante desse impasse e de

possibilidades ao curso, a opção acatada naquele momento foi de que a nova versão do PPC deveria entrar em curso no 6º período, já que a primeira turma já havia cursado até o quinto período e essas disciplinas não poderiam ser modificadas. Diante de todos estes impasses, em 2009 é publicado o novo PPC do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, na intenção de uma reformulação que atendesse às necessidades da comunidade acadêmica e do contexto social que a envolve e a modifica.

Além das necessidades de mudança do PPC, que reflete a dificuldade desse no diálogo com a realidade local vivida pelas/os docentes, técnicas/os e discentes do curso, há também necessidades estruturais, sendo que algumas delas já foram modificadas no percurso histórico e outras ainda não foram atendidas.

De acordo com Nóbrega (2017), o curso iniciou seu funcionamento em um Centro de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente (CAIC), compartilhando espaços com o curso de Serviço Social em uma estrutura que não contemplava as necessidades mínimas de permanência e de trabalho. Foi por meio de muitas mobilizações que, em 2007, se iniciou a construção do prédio, que foi inaugurado em fevereiro de 2008, mas que começou a funcionar de fato em julho do mesmo ano. Nesse prédio (Bloco I), é que o curso seguiu suas atividades com setor administrativo, setor de salas de aula e banheiros. No meio do ano de 2010, o Bloco II foi entregue, com sala de professoras/es distribuídas entre três e quatro docentes, cantina, salas de aula, banheiros e salas administrativas.

Mesmo com a nova estrutura, o prédio apresenta ainda defasagens quanto às necessidades do curso: “[...] como a construção da clínica-escola, do laboratório de Psicologia, do restaurante universitário, da biblioteca e do auditório [...]” (NÓBREGA, 2017, p. 102); além de problemas estruturais da obra, que levaram a rachaduras do Bloco I, que foi interditado em meados de 2016, sendo suas respectivas salas distribuídas em salas de aulas do Bloco II. Outro ponto problema apontado constantemente pelo movimento estudantil é a não existência de espaços de convivência, o que dificulta o encontro e a permanência da comunidade acadêmica no espaço da Universidade.

O Plano Diretor de 2012 do *Campus Arapiraca* é revelador das condições precárias vividas pela comunidade acadêmica:

- 1- o serviço de alimentação é insuficiente para a demanda universitária.
- 2- não há residência universitária.
- 3- não há serviços de saúde disponíveis para os estudantes.
- 4- há carência de transporte regular entre as cidades e

Palmeira dos Índios, bem como nas zonas rurais (NÓBREGA, 2017, p. 107).

Apesar desses entraves estruturais e políticos que precarizam a vida acadêmica da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus Arapiraca* da UFAL, o curso de Psicologia busca, por meio de seus atores, produzir um fazer acadêmico que se alicerça nos preceitos do fazer universitário, na relação entre a pesquisa, a extensão e o ensino, bem como criar diálogos com a realidade local, na busca por mudanças em sua formação com base nas necessidades expressas nas comunidades locais e nas demandas das políticas públicas presentes no território.

Foi diante desse histórico e da necessidade de atender às normas curriculares nacionais atuais, que no primeiro semestre do ano de 2018 o NDE do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL buscou, junto a discentes, técnicas/os, docentes, supervisoras/es de estágio e egressas/os, realizar o “I Encontro Consultivo do Curso de Psicologia: repensando a Psicologia no semiárido alagoano”, que, como anteriormente mencionado, buscou reunir subsídios para pensar a reformulação do PPC do curso.

A partir da avaliação feita após a realização desse evento, compreendeu-se que o encontro foi contemplado de forma positiva pela comunidade acadêmica, tanto quanto o seu processo, pois permitiu que uma pluralidade de vozes e atores envolvidos na vida acadêmica expressassem seus pontos de vista e compreensão sobre o curso e seus problemas, bem como os produtos (demandas, alternativas e propostas) que foram apresentados anteriormente (na justificativa deste PPC), os quais são elementos que justificam a reformulação do PPC.

7 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de graduação em Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus Arapiraca* da UFAL, tomando como norte primordial as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia (BRASIL, 2017), tem como foco central a formação da/o psicóloga/o direcionada à atuação profissional e à pesquisa. Tal formação visa articulações com um projeto ético-político de profissão que reafirme o compromisso social da/o psicóloga/o com a construção de conhecimentos e ações visando à transformação da realidade social na qual a/o profissional venha a atuar.

Destarte, tem-se como **Objetivo Geral**:

- Formar psicólogas/os com sólida base teórico-metodológica que fundamente a atuação e a produção de saberes no campo da Psicologia e com uma perspectiva crítica e reflexiva que norteie a construção de propostas de atuação em contextos diversos amparadas nos preceitos ético-políticos da profissão.

A partir do exposto e, considerando a observação das DCN, decorrem os **Objetivos Específicos**, a saber:

- Propiciar a construção de uma atuação em contextos diversos, buscando a observação das demandas sociais e o respeito aos direitos humanos, com o intuito de promover a saúde integral dos sujeitos, grupos, organizações e comunidades.

- Possibilitar a construção de referenciais teórico-práticos visando à contribuição com a formação do sujeito a partir de uma concepção multideterminada de desenvolvimento humano.

- Formar profissionais da Psicologia capazes de conduzir processos que viabilizem a construção e o desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia.

- Proporcionar a compreensão sobre a multiplicidade de referenciais teóricos que objetivem apreender a amplitude do fenômeno psicológico, bem como considerar sua constituição multidimensional e suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais.

- Possibilitar uma leitura crítica acerca da conjuntura nacional e internacional de modo a compreender as múltiplas determinações sociais, culturais, econômicas e políticas e suas interlocuções com o fenômeno psicológico.

- Proporcionar a construção de uma postura ética que norteie as relações da/o profissional com a comunidade, clientes e usuárias/os, com colegas e com o público em geral.

- Incentivar a formação contínua, compreendendo que a formação profissional é um processo permanente que deve articular fundamentos teórico-metodológicos e demandas da prática profissional.

8 PERFIL E COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS DA/O EGRESSA/O

O perfil delineado neste PPC foi construído a partir do aprofundamento de leituras da bibliografia sobre a formação e atuação da/o psicóloga/o, da consulta à comunidade acadêmica e com a qual o curso vem construindo interlocuções, bem como segue os requisitos expostos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFAL, que consta no Plano de Desenvolvimento Institucional, de 2013 a 2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a) e nas DCN.

Nessa direção, elencam-se, a seguir, os perfis geral e específicos que a graduação em Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL pretende atender.

8.1 PERFIL GERAL:

- 1 **Formação generalista** – corresponde à aquisição de conhecimentos básicos da área de modo a permitir uma atuação consistente em qualquer campo de saber da Psicologia.
- 2 **Formação crítica e reflexiva** – refere-se à constituição de uma postura que permita avaliar de modo crítico, reflexivo e responsável os conhecimentos, métodos e técnicas psicológicas e suas implicações ao sujeito e à realidade social.
- 3 **Formação científica** – diz respeito à apreensão de uma postura científica que propicie a problematização de aspectos do fenômeno psicológico e da prática profissional, buscando elementos para a construção de uma investigação científica, cuja produção deve estar contextualizada e subsidiar reflexões sobre a realidade da ciência e da profissão psicológica.
- 4 **Formação interdisciplinar** – relativa ao estabelecimento de interlocuções entre a Psicologia e outros campos de saber e profissionais, com o intuito de construir uma compreensão integral acerca dos fenômenos humanos e das possibilidades integradas de intervenção sobre uma dada demanda.
- 5 **Formação pluralista** – trata do respeito e do reconhecimento da diversidade das abordagens psicológicas, tanto no tocante às suas fundamentações epistemológicas e

teórico-metodológicas quanto às possibilidades de construção de práticas e suas implicações éticas e políticas.

- 6 **Formação com desenvolvimento da autonomia** – está associada à construção de uma atitude de autonomia e de independência com relação à pesquisa e à utilização dos saberes produzidos no campo da Psicologia e de outras áreas, bem como à reflexão sobre esses saberes e à atualização e aprendizagens contínuas.
- 7 **Formação com compromisso ético** – refere-se à construção de uma postura crítica quanto às implicações individuais e coletivas decorrentes da produção e circulação de saberes em Psicologia e das intervenções profissionais, assim como o cuidado com a construção de uma conduta profissional norteada por referenciais legais e éticos da profissão.
- 8 **Formação com compromisso político-social** – corresponde à apropriação de uma atuação em consonância com demandas contextualizadas, visando à melhoria das condições de vida da população e à transformação social, fundamentada em uma concepção de humano que considere a não dissociação entre as dimensões subjetiva e sócio-histórica e cultural.

8.2 PERFIL ESPECÍFICO

Formação de uma/um profissional comprometida/o com a promoção da saúde integral, dos direitos humanos em diversos âmbitos e da formação humana, capaz de atuar em contextos socioculturais distintos e de lidar com as diferentes demandas presentes no campo da Psicologia, objetivando os processos de conscientização dos sujeitos no tocante às dimensões subjetiva, sócio-histórica e cultural consideradas de forma indissociável. Uma/um profissional comprometida/o com a produção e o desenvolvimento do conhecimento científico da Psicologia, com respeito às suas interfaces teórico-prática e pluridisciplinar e à leitura crítica e contextualizada de seus fundamentos teórico-metodológicos e das práticas profissionais, em uma formação norteada pela concepção de um projeto ético-político de Psicologia visando à transformação social e à reflexão crítica acerca da realidade social.

8.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Conforme o artigo 8º das DCN, as competências dizem respeito

[...] a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida (BRASIL, 2017, p. 3).

Considerando o *Núcleo Comum* do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL e tomando como base os objetivos e os perfis assumidos neste PPC, as competências básicas a serem desenvolvidas seguem o que estabelece as DCN. Assim, lista-se como **Competências Básicas**:

1 - analisar criticamente o campo de atuação profissional e os desafios atuais que se interpõem a esse campo;

2 - analisar, de forma crítica e reflexiva, o contexto de atuação profissional em seus âmbitos institucional e organizacional, buscando conhecer a dinâmica de interação entre suas/seus agentes sociais, bem como o processo de constituição desse contexto e de suas características;

3 - investigar demandas de caráter psicológico, visando ao diagnóstico da realidade investigada e, com isso, à elaboração de projetos e planejamentos de intervenção que sejam coerentes com o contexto sociocultural de atuação, sua população-alvo, o comprometimento ético-político e os referenciais teóricos assumidos;

4 - construir problematizações para investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as ao processo de elaboração de um projeto de pesquisa, em que se busque coerência entre tais problematizações e as decisões metodológicas subjacentes a tal projeto;

5 - desenvolver, selecionar e utilizar instrumentos e procedimento de produção de dados em Psicologia, considerando sua pertinência à problemática investigada, ao referencial teórico-metodológico adotado e observando a dimensão da ética em pesquisa;

6 - avaliar criticamente fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e socioafetiva, considerando os contextos em que se desenvolvem;

7 - planejar e realizar procedimentos de diagnóstico e de avaliação de processos psicológicos nos âmbitos individual, grupal e organizacional;

8 - investigar, coordenar e mediar processos grupais, considerando as diferenças individuais, socioculturais de seus membros e as demandas sociais implicadas nesses processos;

9 - propor atuações inter e multiprofissionais, sempre que tais atuações se fizerem necessárias para a compreensão e intervenção nos processos e fenômenos envolvidos.

10 - estabelecer relações com a/o outra/o com o intuito de desenvolver vínculos interpessoais necessários à atuação profissional;

11 - propor atuações em nível preventivo ou terapêutico, norteando-se pelo contexto sociocultural em que se desenvolve a situação ou a demanda, bem como pelo compromisso ético-político vinculado a essas atuações;

12 - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia, buscando uma leitura das implicações teórico-metodológicas e ético-políticas envolvidas nessas práticas;

13 - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação, considerando as implicações éticas, sociais e políticas da publicação de tais documentos;

14 - apresentar trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento e propor debates públicos sobre suas ideias e ações;

15 - acessar e empregar os conhecimentos científico e técnico necessários à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;

16 - estabelecer relações entre preceitos teóricos adotados e demandas da realidade social, estimulando a criação e a inventividade de práticas, instrumentos, técnicas e estratégias fundamentadas teoricamente e que dialoguem com a realidade em que se insere a atuação;

17 - articular diálogos entre as demandas sociais levantadas em contextos institucionais ou organizacionais e aspectos do compromisso ético-político profissional.

As competências básicas ora elencadas requerem algumas das habilidades dispostas no artigo 9º das DCN. A partir do disposto nas DCN e partindo da realidade do curso em tela, as **Habilidades** requeridas são:

1 - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais

técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;

2 - realizar uma leitura crítica das fontes levantadas;

3 - ler e interpretar, de forma crítica, comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;

4 - utilizar diferentes métodos de investigação científica que amparem as demandas de pesquisa;

5 - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;

6 - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;

7 - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos.

8 - produzir textos acadêmicos mediante a realização de relatórios técnicos, resenhas críticas e artigos científicos.

9 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

O PPC de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL está organizado de acordo com as exigências das seguintes resoluções: Resolução nº 25/90 – CEPE, de 30 de outubro de 1990 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018b), a já citada Resolução nº 5, de 15 de março de 2011 (BRASIL, 2017) e Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que estabelecem normas para as diretrizes curriculares (BRASIL, 2018a).

O Curso funciona em uma Unidade Educacional distinta da sede do *Campus* e recebe suporte administrativo do *Campus* a partir da Direção Geral, Direção Acadêmica, Coordenação de Graduação e Coordenadoria de Registro e Controle Acadêmico (CRCA).

9.1 COLEGIADO DO CURSO

Considerando as orientações institucionais do Regimento Geral da UFAL, no art. 25, o Colegiado de Curso de Graduação é um órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso, e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2016, p. 3).

No entendimento de quais são as funções do Colegiado, continuamos seguindo as orientações do Regimento Geral da UFAL, que aponta no art. 26 que:

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. Coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. Coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. Coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as que se fizerem necessárias;

IV. Colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. Exercer outras atribuições compatíveis (UNIVERSIDADE FEDERAL

DE ALAGOAS, 2016, p. 4).

O Colegiado do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, juntamente com a Coordenação do Curso, deve atuar sempre em consonância com o Regimento Geral da UFAL.

Do Colegiado eleito, deve ser definida a Coordenação e a Vice-Coordenação do Curso de Psicologia que irão atuar durante um biênio, a partir de reunião ordinária, imediatamente posterior à eleição, através de votação feita por seus membros. A Coordenação de Curso será, também, a Coordenação do Colegiado.

Tanto o Colegiado quanto a Coordenação do Curso podem ser reconduzidos para mais um biênio apenas uma vez.

O Colegiado do Curso deve realizar reuniões ordinárias mensalmente durante a regência do semestre acadêmico, a não ser que não haja conteúdo para a pauta. Nesses casos, deve realizar, no mínimo, três reuniões ordinárias a cada semestre. A frequência de reuniões extraordinárias é estabelecida de acordo com a necessidade advinda do curso e do NDE do Curso, tendo em vista o processo constante de aprimoramento pedagógico contextualizado.

As decisões advindas do Colegiado do Curso são encaminhadas à Coordenação do Curso, à direção da Unidade Acadêmica ou à instância administrativa competente para a sua posterior execução, além de também ser possível a criação de comissão simplificada para a resolução de demandas específicas do curso.

Todas as atas das reuniões devem ser disponibilizadas na Coordenação do Curso.

A aprovação da composição atual do Colegiado do Curso se deu no dia 17 de maio de 2018 por meio de eleição com a participação de docentes, discente e técnicas/os-administrativas/os. Os membros atuais do Colegiado do Curso de Psicologia (2018-2020) são:

REPRESENTANTES DOCENTES

Profa. Dra. Danielle Oliveira da Nóbrega – Titular (Coordenadora do Curso de Psicologia)

Prof. Dr. Lucas Pereira da Silva – Titular

Prof. Dr. Mayk Andreele do Nascimento – Titular

Profa. Me. Lidiane dos Santos Barbosa – Titular

Profa. Me. Fernanda Cristina Nunes Simião – Titular

Profa. Dra. Flávia Regina Guedes Ribeiro – Suplente

Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcelos – Suplente

Prof. Me. Adriano César Rosa da Costa – Suplente

Profa. Me. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães – Suplente

Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes – Suplente

REPRESENTANTES TÉCNICAS/OS ADMINISTRATIVAS/OS

Kassandra Kallyna Nunes de Souza – Titular

Kempes Jacinto – Suplente

REPRESENTANTES DISCENTES

Liliane Santos Pereira Silva – Titular

Maria Clara Ferreira Lopes – Suplente

9.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Psicologia compromete-se a atuar como articuladora das questões acadêmicas e de recursos do curso, buscando desenvolver as potencialidades e dirimir as limitações do mesmo, norteada pela busca em oferecer uma formação de qualidade, com base nas diretrizes curriculares nacionais atuais.

A Coordenação do Curso deve ser a primeira a identificar as falhas e a buscar implementar mudanças para a melhoria constante da formação da/o profissional de Psicologia, que deverá ser norteada pela contextualização de sua prática, com ética e embasada em uma perspectiva crítica.

É, também, papel da Coordenação do Curso incentivar a produção de conhecimentos nesse cenário global de intensas mudanças, por meio da pesquisa e da extensão, e estimular a comunidade acadêmica a implementar ações solidárias que concretizem valores de responsabilidade social, de justiça e de ética.

A Coordenação do Curso deve, ainda, realizar as seguintes atividades:

- Encaminhar, para aprovação do Conselho de Unidade, o Projeto Pedagógico do Curso;
- Proceder, junto ao Núcleo Docente Estruturante e ao Colegiado do Curso, o estudo e a avaliação constante do currículo do curso, de modo que esteja sempre adequado ao Projeto Pedagógico do Curso;

- Traçar, junto com o Colegiado, diretrizes de natureza didático-pedagógica, necessárias ao planejamento e ao integrado desenvolvimento das atividades curriculares do curso;
- Organizar a oferta acadêmica, conforme o parágrafo 2º do art. 38 do Regimento Interno da UFAL que diz “A oferta acadêmica deverá ser organizada pelos Colegiados de Curso, para viabilizarem seus Projetos Pedagógicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2016, p. 3)”;
- Acompanhar a execução dos planos de ensino e programas pelas/os docentes;
- Realizar estudos sistemáticos visando à identificação das novas exigências humanas, da sociedade e do mundo de trabalho a respeito da/o profissional que o curso está formando.

A função de Coordenação de Curso é considerada estratégica, por isso é objeto de contínua atenção na UFAL. Nesse sentido, a UFAL possui um Fórum mensal que congrega as/os coordenadores dos cursos de graduação e membros de Colegiados de Curso, o qual é articulado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e é um espaço para discussões, para a formação de comissões visando a criação de resoluções internas e boletins orientativos e para tomadas de decisão em conjunto.

Atualmente, a Coordenação do Curso, que também exerce o papel de Presidente do Colegiado do Curso, está sendo ocupada pela Profª Drª Danielle de Oliveira da Nóbrega, que possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002), graduação em Psicologia, com formação em Psicologia e licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005), mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007 e 2017, respectivamente).

9.3 VICE-COORDENAÇÃO DE CURSO

A Vice-Coordenação do Curso de Psicologia é eleita juntamente a Coordenação e tem como responsabilidade realizar atividades que a coordenação indicar de modo a fornecer suporte à mesma, atuando sempre em parceria.

É de responsabilidade desta Vice-Coordenação, também, o registro no SIE WEB das Atividades Complementares dos discentes, conforme o Regimento de Atividades Complementares.

Atualmente, a Vice-Coordenação do Curso está sendo ocupada pela Prof^a Ma. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães, que possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (2003), graduação em Psicologia, especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007).

9.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Em atendimento à Portaria nº 147/2007, ao Parecer CONAES nº 04/2010 e à Resolução CONAES nº 01/2010, a UFAL instituiu, através da Resolução nº 52/2012 CONSUNI/UFAL, no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) em conformidade com as especificações legais.

De acordo com o art 2º da Resolução nº 52/2012 CONSUNI/UFAL, os NDE surgem para servir como

Órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018c, p. 1).

O NDE do Curso de Psicologia será composto por, no mínimo, cinco membros indicados pelo Colegiado do Curso, garantindo a representatividade das diversas áreas de conhecimento da Psicologia. Todos devem ser docentes graduados no Curso de Psicologia e com titulação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Sua composição deve ser aprovada no Conselho da Unidade Acadêmica e renovada a cada três anos.

Conforme a Resolução nº 52/2012, o NDE tem como atribuições:

Art. 3º [...] I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do

curso; IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018c, p. 1).

Atualmente, o NDE do curso de Psicologia está instituído pela Portaria nº 1.031, de 12 de junho de 2017, sendo composto por seis docentes, graduadas/os em Psicologia, quatro com título de Mestre e dois com o título de Doutor.

O NDE do curso de Psicologia deve realizar pelo menos seis reuniões ordinárias por ano, tendo sua frequência estabelecida de acordo com as demandas provenientes do curso e do Colegiado do Curso, tendo em vista o processo constante de atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Recomenda-se a participação de técnicas/os-administrativas/os e discentes sempre que o NDE considerar necessário, estabelecendo parcerias para o acompanhamento do curso, fortalecendo uma formação de qualidade.

O NDE tem papel fundamental para o acompanhamento da execução do PPC, bem como deve realizar avaliação constante para aprimoramento da estrutura e funcionamento do Curso, tendo em vista a manutenção ou melhoria da qualidade deste.

O NDE atualmente é composto por:

NDE – CURSO DE PSICOLOGIA		
Nome	Título	Tempo de experiência em docência
Danielle Oliveira da Nóbrega	Doutora	11 anos
Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães	Mestre	11 anos
Fernanda Cristina Nunes Simião	Mestre	08 anos
Lidiane dos Santos Barbosa	Mestre	11 anos
Saulo Luders Fernandes	Doutor	10 anos
Gérson Alves da Silva Junior	Mestre	15 anos

9.5 COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

O Estágio Curricular é regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2018b), pela Resolução nº 71/2006 – CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018d) e pelo Regulamento de Estágio do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2010a).

Segundo o Art 2ª da Resolução nº 71/2006 – CONSUNI/UFAL: “O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018d, p. 1).

A Coordenação de Estágio do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, então, regida por esses documentos, tem como função organizar todas as atividades de estágio, obrigatório e não obrigatório, que aconteçam ao longo da formação, desenvolvendo tarefas necessárias para o andamento das atividades, quais sejam: levantamento de vagas de estágio na cidade de Palmeira dos Índios e cidades circunvizinhas, estabelecimento e manutenção dos vínculos com as instituições conveniadas para estágio e confecção dos documentos necessários para a realização das atividades.

Para tanto, deve, sempre que necessário, atualizar o Regulamento de Estágio do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios norteado pelas Diretrizes Curriculares, assim como pelas Resoluções aprovadas pela Câmara Acadêmica do CONSUNI/UFAL, levando em consideração as especificidades das práticas em Psicologia.

A escolha de quem assume a Coordenação de Estágio se dará de forma voluntária entre o corpo docente, que, em comum acordo, indica um nome.

Atualmente, a Coordenação de Estágio é exercida pela Profª Me. Lidiane dos Santos Barbosa, que tem como Vice-Coordenador o Prof. Dr. Lucas Pereira da Silva.

9.6 COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a atividade final que o aluno deve confeccionar para alcançar a carga horária e a pontuação necessárias para a integralização do curso. É regido pela Resolução nº 25/2005 – CEPE, de 26 de outubro de 2005, que define que:

Art. 18 - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL, assumindo a seguinte conformação:

I - O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga

horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para a integralização do Curso.

II - A matrícula no TCC se dará automaticamente a partir do período previsto no Projeto Pedagógico do Curso para a sua elaboração, não tendo número limitado de vagas, nem sendo necessária a realização de sua matrícula específica no Sistema Acadêmico.

III - A avaliação do TCC será realizada através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete), nas condições previstas no PPC.

IV - Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as outras exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula-vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou quando atingir o prazo máximo para a integralização do seu curso, quando então o mesmo será desligado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018e, p. 1).

Existe um documento que regula as atividades de TCC de cada curso, que é o Regulamento de TCC. Segundo o Regulamento de TCC do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL, as orientações dos TCC acontecerão conforme plano concebido pela/o orientadora/orientador e pela/o discente em comum acordo, sem necessariamente ser preciso a definição de uma carga horária fixa semanal. Nesse regulamento é definido, também, que a carga horária para o desenvolvimento do TCC neste Curso de Psicologia é de 72 horas.

Dentre as atribuições da Coordenação de TCC, podemos destacar a de gerir a orientação dos estudantes acerca da escolha de suas/seus orientadoras/es, indicando uma tabela com os assuntos de interesse das/os mesmas/os para nortear as definições de tema das/os discentes, bem como o acompanhamento dos trabalhos de orientação, sanando possíveis dúvidas e/ou problemáticas que surjam.

Além disso, a Coordenação de TCC também deve organizar a documentação necessária para a defesa dos trabalhos e repassar a informação referente à nota final obtida após a defesa para a Coordenação de Curso para registro no sistema acadêmico, bem como deve manter o Regulamento de TCC atualizado, de acordo com as especificidades do Curso e as demandas que forem surgindo.

É também importante que a Coordenação de TCC planeje cursos de formação continuada que auxiliem docentes e discentes no processo de construção de um trabalho de pesquisa com as especificidades de TCC, de modo a dirimir possíveis dificuldades.

A escolha de quem assume a Coordenação de TCC se dará de forma voluntária entre o

corpo docente, que, em comum acordo, indica um nome.

Atualmente, quem está exercendo esse papel é a Prof^a Ma. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães.

10 CONDIÇÕES DE VIABILIZAÇÃO DO CURSO

10.1 INFRAESTRUTURA DE DOCENTES

Atualmente, o Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL é composto por 15 docentes efetivas/os, contando com 3 docentes comuns a outros cursos, com formação em áreas diversas. Do grupo de professoras/es, 7 possuem Doutorado e 9, Mestrado.

Segue quadro de docentes que compõem o Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL:

QUADRO DOCENTE			
Nome	Titulação	Situação Funcional	Email Institucional
Adriano César Rosa da Costa	Mestre	40H DE	adriano@palmeira.ufal.br
Antonio César de Holanda Santos	Mestre	40H DE	antonio.santos@palmeira.ufal.br
Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães	Mestra	40H DE	carolpadilha@palmeira.ufal.br
Cássia de Castro Bezerra	Mestra	40H DE	cassiacaastro@palmeira.ufal.br
Danielle Oliveira da Nóbrega	Doutora	40H DE	danielle.nobrega@palmeira.ufal.br
Fernanda Cristina Nunes Simião	Mestra	40H DE	fernanda@palmeira.ufal.br
Flávia Regina Guedes Ribeiro	Doutora	40H DE	frgribeiro@palmeira.ufal.br
Gérson Alves da Silva Junior	Mestre	40H DE	tamuia@palmeira.ufal.br
Lidiane dos Santos Barbosa	Mestra	40H DE	lidiane.barbosa@palmeira.ufal.br
Lucas Pereira da Silva	Doutor	40H DE	lucas.silva@palmeira.ufal.br
Maria Augusta Costa dos Santos	Mestra	40H DE	augusta@palmeira.ufal.br
Mayk Andreele do Nascimento	Doutor	40H DE	mayk_andreele@yahoo.com.br
Parmênides Justino Pereira	Doutor	40H DE	parmenides.pereira@palmeira.ufal.br
Pedro Lima Vasconcellos	Doutor	40H DE	plvascon@uol.com.br
Saulo Luders Fernandes	Doutor	40H DE	saupsico@palmeira.ufal.br

10.2 TÉCNICAS/OS-ADMINISTRATIVAS/OS

A Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL conta com uma equipe de técnicas/os-administrativas/os para dar apoio à Comunidade Acadêmica nas mais diversas necessidades. Dentre as principais atividades estão: abertura de processos, controle de registros acadêmicos, editais de reopção e transferência, solicitações de reabertura ou trancamento de matrícula, entre outros.

Segue abaixo as/os técnicas/os-administrativas/os que, hoje, compõem a Unidade:

TÉCNICAS/OS-ADMINISTRATIVAS/OS DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS	
Nome	Função
Aline Oliveira da Rocha	Assistente das Coordenações de Curso
Ana Luísa Soares da Silva	Assistente da Coordenação de Unidade
Andreza Katiany Barbosa da Silva	Assistente de Biblioteca
Emanuel Teodoro Ramos da Silva Araújo	Assistente da Coordenação de Unidade
Kassandra Kallyna Nunes de Souza	Bibliotecária
Kempes Jacinto	Técnico em Tecnologia da Informação
Laura Priscila Almeida Santos	NAE – Assistente Social
Liliane Oliveira Brito	SRCA
Luís Barbosa Pereira	Administrativo
Maria Luísa Petronilo da Costa	Administrativo
Tathina Lúcio Braga Netto	NAE – Psicóloga

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O presente PPC é um documento público que tem por finalidade apresentar o curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas para a comunidade acadêmica.

O mesmo foi elaborado de forma participativa, incluindo os representantes de todos os segmentos envolvidos na organização do curso (Colegiado e NDE), tendo como base o PDI e o PPI da UFAL, evidenciando, ainda, os seguintes princípios desta IES:

- 1 - Indissociabilidade entre pesquisa, ensino extensão;

- 2 - Interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
- 3 - Flexibilização curricular;
- 4 - Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
- 5 - Ética como orientação das ações educativas;
- 6 - Prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

O processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios está fundamentado nos documentos anteriormente citados: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação de Psicologia, constantes na Resolução nº 05 de 15 de março de 2011; na Resolução nº 25/90 – CEPE, de 30 de outubro de 1990, que estabelece normas para reformulação curricular na UFAL; e na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Ainda, cabe registrar que a reconfiguração da matriz curricular tem o intuito de atender ao exposto no Projeto Pedagógico Institucional da UFAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a), bem como responder às demandas explicitadas em processos avaliativos diversos como o “I Encontro Consultivo de Psicologia: repensando a Psicologia no semiárido alagoano”.

Nessa direção, a matriz curricular em tela busca refletir o que vem sendo regulamentado, investigado e debatido sobre a Psicologia, sua atuação e formação profissional. A intenção é de construir articulações entre a constituição de uma identidade nacional da formação em Psicologia e de seu projeto ético-político e a consideração da atuação da/o psicóloga/o no contexto do semiárido alagoano.

Foi a partir dessa relação entre a formação em Psicologia em um caráter nacional e a realidade do semiárido alagoano que as mudanças propostas surgiram com o intuito de adequar a matriz do curso às reflexões geradas a partir da avaliação e consideração desses aspectos. Somada a isso, essas mudanças também foram impulsionadas pela proposta de encerramento do modelo de “trancos” e eixos adotado no processo de interiorização da UFAL, os quais compartimentalizavam o currículo e dificultavam um melhor fluxo e articulação dos componentes curriculares oferecidos pelo curso.

Visando melhorar a formação profissional das/os discentes, o atual PPC articula

atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando a realidade local na elaboração e realização dessas atividades.

11.1 MATRIZ E PROPOSTA CURRICULAR

Destacamos que este PPC apresenta em sua estrutura uma ênfase em componentes curriculares articulados aos contextos social e acadêmico, o que garante uma melhor formação profissional das/os egressos, conforme sua área de atuação.

Com isso, além dos documentos legais previamente citados, este curso também atende e articula a formação inicial do discente com as legislações nacionais abaixo apresentadas:

1. **Carga horária mínima**, em horas, para Bacharelados, conforme a Resolução CNE/CES nº 02/2007 (BRASIL, 2018a);

2. **Tempo de integralização**, conforme normatiza a Resolução CNE/CES nº 02/2007 (BRASIL, 2018a);

3. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 2018c), com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2018d) e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2018e), e da Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2018f), fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004 (BRASIL, 2018g);

4. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 (BRASIL, 2018h), que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 (BRASIL, 2018i);

5. **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2018j);

6. **Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208 (BRASIL, 1988), na NBR 9050/2004, da ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018), na Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2018k), na Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2018l), nos Decretos nº 5.296/2004 (BRASIL, 2018m), nº 6.949/2009 (BRASIL, 2018n), nº 7.611/2011 (BRASIL, 2018o) e na Portaria nº 3.284/2003 (BRASIL, 2018p);

7. **Disciplina de Libras**, conforme Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2018q);

8. **Políticas de Educação Ambiental**, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 2018r) e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2018s).

Também vem a atender ao PDI da UFAL, às normas acadêmicas, bem como ao Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Além de considerarmos todas essas legislações como base para o presente PPC, salientamos que a formação em Psicologia aqui proposta visa trabalhar os mais diversos temas transversais ao longo do curso, por meio de disciplinas, projetos de pesquisa e extensão, eventos e demais atividades, tendo como intuito a aceitação ativa das diversidades sociais e humanas de gênero, raça, etnia, classe social, geração, orientação sexual e necessidades específicas (deficiências, patologias, transtornos etc.).

11.1.1 ACESSIBILIDADE

Considerando a legislação que ampara a inclusão de pessoas que necessitam de algum tipo de atendimento especializado nos sistemas de educação regular e, em específico, no ensino superior, a UFAL criou o Núcleo de Acessibilidade (NAC) que se direciona para o entendimento das necessidades da comunidade universitária, visando à promoção da acessibilidade e ao atendimento especializado às pessoas com deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento e superdotação e altas habilidades.

O NAC iniciou suas atividades em outubro de 2013, com respaldo do Programa Incluir do governo federal e vem atuando

[...] de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE – aos estudantes público-alvo. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas (NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UFAL, 2018, p. 1).

O referido núcleo tem como base o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, (BRASIL, 2018l) e o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2018o), que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2018t).

Sobre o ensino superior, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 28, estabelece que é incumbência do poder público “[...] XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2018l, p. 1). Diante disso, a universidade reconhece seu papel na provisão de acesso, permanência e participação das/os estudantes que necessitam de atendimento especializado em seus cursos.

Seguindo esse reconhecimento, em 17 de fevereiro de 2017, houve a inauguração da nova sede do NAC no Centro de Interesse Comunitário (CIC) do *Campus* Maceió da UFAL, com três salas utilizadas para atender às demandas do núcleo. Dentre suas ações, há a promoção de cursos acerca de recursos didáticos e assistência educacional às pessoas com deficiência, de eventos abertos sobre educação inclusiva, de apoio às/aos estudantes surdas/os, com intérpretes de LIBRAS, além de orientação aos cursos da UFAL e produção de recursos adequados às/aos estudantes com deficiência. O NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, bolsistas de apoio à/ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico.

A atuação do NAC depende da autodeclaração das/os estudantes, ou seja, a identificação dessas/es estudantes se dá pela iniciativa delas/es, que devem solicitar atendimento educacional especializado, o qual se fará conforme suas necessidades. Há disponibilidade de empréstimo de tecnologias assistivas de modo a promover a acessibilidade, como é o caso de livros e máquina para escrita em braille. Ao final de cada semestre, os acompanhamentos são avaliados por professoras/es das/os estudantes atendidas/os pelo NAC e pelas/os próprias/os educandas/os.

Em concomitância, a UFAL vem buscando investir em capacitação técnica de servidoras/es com o intuito de estabelecer competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Há ainda um esforço voltado à atenção do desenho universal, com foco na acessibilidade arquitetônica, mas também enfocando a acessibilidade pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. Vale frisar a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de

banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência das/os estudantes na universidade.

Com relação à acessibilidade pedagógica e metodológica, o art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, afirma: “Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 2018c, p. 1). Assim, a Nota Técnica nº 24, de 21 de março de 2013, emitida pelo Ministério da Educação, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação e recomenda que os “PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido” (BRASIL, 2018u, p. 1).

A UFAL também tem se preocupado com o atendimento às/aos discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Nessa lei, define-se pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada por:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2018j, p. 1).

Para atender às pessoas com TEA, a UFAL vem fomentando estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações nesse âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem à inclusão de pessoas com esse transtorno.

Em se tratando especificamente do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, este vem buscando oportunizar discussões acerca das condições para a organização de ações que propiciem, além do acesso, a permanência e a

participação estudantil nesse nível de ensino. De modo geral, desde de 2006, iniciou-se na Unidade de Palmeira dos Índios um processo de organização de recursos e serviços visando à promoção das acessibilidades arquitetônica, comunicacional e informacional.

É também presente a proposição de projetos de pesquisa e de extensão com essa temática, inclusive, saliente-se a inserção do componente disciplinar obrigatório Inclusão de Pessoas com Deficiência (destaque-se que no PPC anterior já constava no rol de disciplinas obrigatórias uma disciplina denominada Inclusão Escolar de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais). Dentre os projetos e eventos já realizados, destaca-se: os I, II, III e IV Colóquios em Prol da Inclusão da Pessoa com Deficiência (ocorridos em 2007, 2008, 2009 e 2010), os Projetos de Extensão “Eficiência na Deficiência” (2007 a 2011), “Trilhando caminhos para a inclusão escolar em Palmeira dos Índios” (2009 a 2011), “A Psicologia nas trilhas da inclusão: construindo caminhos” (2012-2013), “A Psicologia nas trilhas da inclusão: continuando na construção de caminhos” (2014-2016) e, mais recentemente, o Projeto de Extensão “(Inter)ações e (con)vivências: promoção de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo” (iniciado em 2017). Além disso, já houve parceria com as prefeituras de Palmeira dos Índios, Arapiraca e Igaci para realização de Cursos e Eventos de Extensão direcionados às/aos profissionais da Educação.

Nesse processo, busca-se a eliminação de barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência física, objetivando sua livre circulação pelas áreas de acesso coletivo do prédio da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, a construção de rampas com corrimãos, adaptação de portas e banheiros para cadeirantes e colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros. Há também a presença de piso tátil para a circulação com maior autonomia de pessoas com deficiência visual.

Entretanto, avalia-se que tal processo ainda se encontra em estágio inicial, demandando a continuidade do planejamento e organização de ações nesse âmbito. Assim, considerando a necessidade de prosseguimento do processo de organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade, há que se discutir os avanços e as ausências para poder apontar novos caminhos.

No tocante à acessibilidade arquitetônica, há ausências que precisam ser observadas, conforme o Plano Diretor da UFAL *Campus* de Arapiraca de 2012: em relação à acessibilidade, as calçadas que circundam o prédio, bem como as ruas circunvizinhas, não possuem adaptações para o passeio público, com várias áreas acidentadas. Não há

estacionamento dedicado às pessoas com deficiência. Com efeito, após a guarita de entrada, não há acesso pavimentado até as edificações. A rampa de entrada no prédio possui corrimão, no entanto, sua altura é inadequada e instalado apenas em um dos lados. Em relação ao acesso ao segundo pavimento do prédio, a escada não possui corrimão e o corrimão da rampa não apresenta duas alturas conforme recomendação da NBR 9050. O jardim interno tem rampa com inclinação inadequada e sem corrimão. O piso tátil é inadequado, apresenta várias falhas e só dá acesso à parte mais antiga do prédio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012). Outro ponto a ser discutido é que, assim como no balcão da lanchonete, os telefones públicos não possuem altura acessível para cadeirantes.

No que tange ao transporte público, também é preciso dedicar discussões sobre o aprimoramento desse tópico, uma vez que hoje há uma carência de transportes regulares das zonas rurais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012) e de outras cidades. Além disso, tais transportes, de modo geral, não são acessíveis àquelas/es com deficiência.

Em relação às acessibilidades informacional e metodológica, os computadores da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL são equipados com o Orca, que é um *software* de tecnologia assistiva livre direcionado às pessoas com deficiência visual. Há ainda equipamentos que permitem a digitalização de textos, os quais podem, com utilização do Orca, permitir a leitura para essas pessoas. Também há um acervo bibliográfico em braile e de audiolivros.

Apesar disso, observa-se a inexistência de sinalizações visuais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012) e de sala de apoio equipada com materiais para o braile: impressora, máquina de datilografia, gravadores, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com baixa visão, lupas, régua de leitura, etc.

Com relação à/ao estudante com deficiência auditiva ou surda/o, é preciso refletir a disponibilização de intérpretes de LIBRAS, bem como a reflexão sobre o sistema avaliativo, considerando, na correção de provas escritas, a valorização do conteúdo semântico. Do mesmo modo, há que se disponibilizar recursos didático-pedagógicos para a formação de estudantes com deficiência intelectual e com TEA.

Outro tópico que deve estar presente nesse processo é o planejamento de formações para professoras/es, técnicas/os-administrativas/os e estudantes para a discussão e sensibilização acerca da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Considera-se pertinente a promoção de cursos de LIBRAS, braile, tecnologias de informação

e comunicação, de eventos sobre a inclusão de pessoas com deficiência, a disponibilização de serviços de orientação e apoio às/aos servidoras/es que estejam atuando com pessoas com deficiência, além da criação de fóruns no curso para discutir o atendimento de necessidades educacionais específicas de determinadas/os discentes.

As discussões em destaque corroboram a exigência de elaboração de um plano de trabalho que abranja não somente o curso de Psicologia, mas a instituição em sua totalidade, visando consolidar uma política de inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades de atendimento especializado no ensino superior. Nesse plano, é preciso articulação com o Núcleo de Acessibilidade da UFAL, concretizando a proposta do Programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2015) no interior alagoano.

Com efeito, saliente-se que os cursos da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios vêm promovendo discussões junto ao Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) visando à organização de tais demandas, com a sensibilização e preparação da comunidade acadêmica para a promoção da acessibilidade de todas/os. Desse modo, compreende-se que é preciso consolidar os encontros entre o NAE e o curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, de modo a viabilizar a presença dos Núcleos de Acessibilidades nas Unidades interiorizadas, com a ampliação de seus recursos materiais e humanos, posto que, conforme o Decreto nº 7.611/2011, “Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2018o, p. 1).

Por fim, destaca-se que a acessibilidade de pessoas com deficiência e a defesa do direito de pessoas com TEA também são contempladas nas componentes curriculares disciplinares, estando presente nas disciplinas Psicologia Escolar/Educacional 2 e Inclusão de Pessoas com Deficiência, bem como em campos de estágio do curso voltados à educação inclusiva e à reabilitação. Vale frisar que a disciplina de Inclusão de Pessoas com Deficiência é componente obrigatório e objetiva tratar de temas concernentes às pessoas com deficiências, refletindo sobre sua acessibilidade e inclusão social.

Além disso, como dito anteriormente, há a presença de projetos de extensão e pesquisa direcionados a tal temática, os quais têm o intuito de promover a sensibilização, a produção de conhecimentos e a instrumentalização das/os estudantes de Psicologia quanto à inclusão de pessoas com deficiência.

11.1.2 LIBRAS

Tendo em vista que a formação graduada em Psicologia é um curso de bacharelado, não há obrigatoriedade de disciplina voltada à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2018q). Considerando isso, neste PPC, a disciplina de LIBRAS insere-se como um componente curricular optativo, de oferta permanente, integrando-se ao conjunto de disciplinas eletivas do curso.

11.1.3 Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

(Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004)

A Resolução CNE/CP nº 1/2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira (BRASIL, 2018f).

Com isso, as IES devem incluir nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito às/aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004 (BRASIL, 2018g).

A proposta de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais.

Considerando isso, destacamos que a UFAL possui um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente nomeado Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente na UFAL, com o papel de promover cursos

de formação e capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais. Além disso, a UFAL possui também um Programa de Ações Afirmativas para Afro-descendentes (PAAF), que foi criado a partir da Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, de 11 de novembro de 2003 (BRASIL, 2018f).

No curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, temos como atividades de pesquisa o Projeto de Pesquisa intitulado “Itinerários terapêuticos de saúde mental em comunidades quilombolas do agreste alagoano”. Percebe-se que há uma carência de investigações voltadas às populações rurais, especialmente moradores de comunidades quilombolas no que diz respeito à prevalência de transtornos mentais. Este estudo busca investigar processos de saúde-doença no contexto de comunidades quilombolas, no tocante às práticas cotidianas de saúde mental desenvolvidas nestas comunidades e suas relações com a rede da política de saúde presente nestes territórios.

A presente pesquisa define-se por uma pesquisa qualitativa descritiva, com fins de compreender os itinerários terapêuticos de saúde mental de comunidades quilombolas do agreste de Alagoas. Assim, o estudo objetiva identificar o acesso dos moradores dos quilombos estudados quanto ao acesso à política de atenção básica e psicossocial nos cuidados à saúde mental dos quilombolas. O presente projeto de pesquisa está vinculado ao Grupo de Pesquisa Psicologia da Saúde liderado pela Profa. Dra. Flávia Regina Guedes Ribeiro, o qual apresenta outras pesquisas sobre a população negra alagoana.

Outro Programa existente na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios que dialoga diretamente com as discussões étnico raciais é o Programa de Educação Tutorial - Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-NESAL), que é um grupo composto por docentes, estudantes e técnicas/os da UFAL – *Campus Arapiraca*, envolvendo os cursos de Psicologia e Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios.

Esse grupo tem como espaço de ação e pesquisa o mundo rural, com um olhar mais apurado sobre as questões quilombolas, indígenas e camponesas ligadas ao semiárido alagoano, porém entendendo que o “local” não existe sem o “global” e que a vinculação determinista desta relação está inserida nas relações capitalistas de produção. Faz-se necessário uma leitura crítica dessa sociedade do capital, procurando propostas que extrapolem o “lugar” e façam pontes com outras áreas do conhecimento para termos uma

visão de totalidades das relações sociais de produção. Utiliza, portanto, a prática inter-multidisciplinar. O grupo pretende ainda, através da reflexão e da pesquisa-ação, discutir o espaço onde está inserida a Universidade e o seu papel, sendo esta catalisadora das ações na tríade ensino-pesquisa-extensão.

Como desdobramento das atividades anuais do PET-NESAL, desenvolve-se na Universidade, anualmente, o Evento Fala Negra que se encontra em sua oitava edição. A discussão temática proposta pelo evento é de suma relevância para o contexto nacional, estadual e local, já que busca discutir a realidade da população negra em seus vários âmbitos e no que concerne ao acesso ou negligência dos direitos básicos a esta população. Além de propor nas mesas de discussão diálogos diretos com as lideranças comunitárias, aproximando a Universidade das demandas regionais e locais.

Outro Projeto de Extensão que está sendo desenvolvido na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, em um território quilombola, é o “Memórias de um povo trajado de rei: reisado como fortalecimento de vínculo na Comunidade Quilombola Tabacaria”. Esse projeto surge a partir de alguns estudos realizados pelo Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano, que faz parte do Programa de Educação Tutorial (PET-NESAL), já desenvolvidos com a Comunidade Quilombola, na qual se percebeu a potência da utilização do Reisado como instrumento social de empoderamento cultural. Assim, o principal objetivo do projeto é a promoção de ações que fortaleçam os vínculos na comunidade Quilombola Tabacaria através do Reisado e da construção e fortalecimento da memória coletiva.

Nesse Projeto de Extensão, estabelecemos como objetivos específicos: a) o mapeamento das redes comunitárias quanto aos dispositivos, serviços e equipamentos formais e não formais presentes na comunidade quilombola Tabacaria; b) identificar como é produzida a relação entre o reisado e a construção da memória coletiva na escuta de demandas da comunidade Tabacaria; e c) promover tecnologias sociais comunitárias para criação/fortalecimento de redes a fim de potencializar espaços de elaboração do Reisado na comunidade quilombola Tabacaria, fortalecendo os vínculos no contexto coletivo.

No tocante às componentes disciplinares do presente projeto, tem-se um conjunto de discussões que são abarcadas em disciplinas desde o primeiro período, como Psicologia Ciência e Profissão. Além disso, conforme o ementário disposto neste PPC, tal tema é contemplado em outras disciplinas, a saber: Sociedade, Cultura e Realidade Local, Psicologia Social 1, Processos de Desenvolvimento 1 e 2, Psicologia Escolar/Educacional 2 e Temas em

Direitos Humanos 2: Relações Étnico-Raciais.

11.1.4 Educação Ambiental

(Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP nº 02/2012)

Desde os anos de 1970, estamos envolvidos em transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturaram conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do planeta.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 2018r), regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2018s).

Assim, a partir do que preconiza essa lei, entende-se que a Educação Ambiental deve ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino de educação superior públicas e privadas. Além disso, essa lei regulamenta que a Educação Ambiental deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2/2012) destacam que

[...] papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social (BRASIL, 2018v, p. 2).

A UFAL possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de

Educação, mas que está aberto a apoiar o trabalho de Educação Ambiental em diversos cursos. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, além de oferecer um curso de especialização em Educação Ambiental.

Isso posto, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios as discussões de Educação Ambiental na visão da interdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar de Educação Ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa à disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

Considerando isso, busca-se superar a mera ideia de ecologizar o processo educativo, pois o trabalho de Educação Ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais, por isso, neste curso de Psicologia, as disciplinas Psicologia Ciência e Profissão, Sociedade, Cultura e Realidade Local e Fundamentos Filosóficos da Psicologia discutem as questões socioambientais, articulando essas reflexões ao desenvolvimento do perfil profissional que se almeja formar. Assim, essa temática será tratada neste curso de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de diversas disciplinas específicas com as questões ambientais.

11.1.5 Educação em Direitos Humanos

(Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 e Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012)

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; ou III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, sendo esta última a forma prevista neste PPC.

Além disso, as IES deverão estimular ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

O PPC do curso de graduação em Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL trabalhará em seus componentes curriculares temas relacionados aos Direitos Humanos, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2012 (BRASIL, 2018i), visto ser uma temática de grande relevância para a formação em Psicologia, de modo a considerarmos a análise da realidade na qual estamos inseridos antes de elaborarmos e efetivarmos ações voltadas aos mais diversos públicos e de acordo com as demandas que são apresentadas.

Com efeito, sublinha-se que os Direitos Humanos compõem uma das ênfases do curso, a saber: Psicologia e Direitos Humanos. Assim, a formação da/o psicóloga/o em Palmeira dos Índios prima pela reflexão acerca dos Direitos Humanos, no sentido de debater as possibilidades de promoção e de defesa dos Direitos Humanos e como isso se articula ao fazer psicológico.

Diante disso, a temática dos Direitos Humanos, constituindo uma ênfase do curso, concretiza-se em disciplinas específicas, como Temas em Direitos Humanos 1: Teorias de Gênero e Temas em Direitos Humanos 2: Relações Étnico-Raciais. Acrescente-se sua presença nos Estágios Específicos 1 e 2 relativos à referida ênfase, bem como em disciplinas do Núcleo Comum do curso, tais como Psicologia Ciência e Profissão, Ética Profissional, Fundamentos Filosóficos da Psicologia, Psicologia e Políticas Públicas, Processos de Desenvolvimento 2 e Psicologia Jurídica. Por fim, considerando a presença do tema como uma ênfase do curso, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que acompanharão as componentes das ênfases também remeterão às temáticas subjacentes aos Direitos Humanos.

11.2 MATRIZ CURRICULAR

Considerando o disposto nas DCN de Psicologia, a matriz do curso de Psicologia divide-se em duas partes: o *Núcleo Comum*, que institui uma base homogênea para a formação em Psicologia no país, bem como uma capacitação básica relativa aos conteúdos da Psicologia, tanto como campo de conhecimento e como campo de atuação; e as *Ênfases* que, segundo o artigo 10º das DCN, são “entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia” (BRASIL, 2017, p. 4).

Na atual matriz curricular, as ênfases surgem a partir do sétimo período do curso por meio das disciplinas de ênfase, as quais estão presentes tanto neste período como no oitavo

semestre. Além disso, os Estágios Específicos 1 e 2 também remetem às ênfases do curso.

Tomando como norte as DCN, as discussões e avaliações realizadas junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa, as vivências no curso, os compromissos assumidos com a formação em Psicologia expostos neste documento, o curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL adota duas ênfases, previamente anunciadas:

11.2.1 Ênfase 1 – Psicologia e Direitos Humanos: concentra conhecimentos, competências e habilidades para atuar na promoção dos direitos humanos em diferentes contextos através da construção de processos de análise crítica das demandas individuais, coletivas e institucionais, de planejamento, de execução e de avaliação de intervenções que favoreçam processos de conscientização do sujeito e de produção de estratégias que visem à defesa da dignidade humana.

Competências Específicas da Ênfase 1:

1. Analisar, de forma crítica, as concepções de direitos humanos e suas interfaces com a Psicologia;
2. Analisar, de forma crítica, os diferentes processos que concorrem na produção de desigualdades sociais e na negação aos direitos humanos;
3. Refletir sobre os diferentes processos e contextos envolvidos na promoção dos direitos humanos;
4. Propor e implementar, de forma interdisciplinar, projetos de intervenção baseados em uma análise crítica das demandas relativas às temáticas dos direitos humanos;
5. Atuar no processo de implementação de políticas públicas visando à defesa da dignidade humana na interface com a promoção dos direitos humanos;
6. Criar estratégias e ferramentas que propiciem a avaliação das intervenções propostas, considerando as articulações com o contexto, a relevância social e as implicações éticas das ações.

11.2.2 Ênfase 2 – Psicologia e Formação Humana: consiste na concentração de

conhecimentos, competências e habilidades com foco na formação humana em contextos diversos através da compreensão dos processos de produção da subjetividade, da utilização e elaboração de estratégias e instrumentos de promoção da saúde, do desenvolvimento humano e de práticas que se direcionem às demandas de ordem psicológica com o intuito de propiciar a emancipação humana e a transformação social.

Competências Específicas da Ênfase 2:

1. Analisar, de forma crítica, as concepções sobre formação humana e suas interfaces com a Psicologia;
2. Analisar, de forma crítica, os processos de produção da subjetividade, de promoção da saúde e do desenvolvimento humano e suas interlocuções com seus diferentes contextos formativos;
3. Propor e implementar projetos de intervenção baseados em uma análise crítica das demandas relativas à formação humana em contextos diversos e com vistas a propiciar a emancipação humana e a transformação social;
4. Atuar em equipes multi e interdisciplinares visando ao delineamento e condução de propostas de intervenção que favoreçam a formação humana, considerando a diversidade de contextos formativos;
5. Analisar e propor, de modo crítico, processos de intervenção psicológica articulados com os distintos contextos de produção das demandas psicológicas;
6. Criar estratégias e ferramentas que propiciem a avaliação das intervenções propostas, considerando as articulações com o contexto, a relevância social e as implicações éticas das ações.

11.3 EIXOS ESTRUTURANTES

As DCN para os cursos de Psicologia estabelecem, em seu artigo quinto, que a formação requer uma proposta de curso que articule os conhecimentos, habilidades e competências de modo a abarcar seis eixos estruturantes, ou seja, ao longo de toda matriz curricular, é preciso organizar as componentes curriculares considerando os seis eixos, a

saber:

I - **Fundamentos epistemológicos e históricos** que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;

II - **Fundamentos teórico-metodológicos** que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;

III - **Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional**, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

IV - **Fenômenos e processos psicológicos** que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;

V - **Interfaces com campos afins do conhecimento** para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;

VI - **Práticas profissionais** voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins (BRASIL, 2017, p. 2, grifos nossos).

Na presente matriz, as várias componentes curriculares atendem os diferentes eixos, sendo que, em muitos casos, uma mesma componente atende a dois ou mais eixos. A distribuição das componentes por eixo é apresentada no quadro a seguir.

EIXOS ESTRUTURANTES E DISCIPLINAS CORRESPONDENTES

EIXO ESTRUTURANTE	DISCIPLINAS
EIXO I – Fundamentos epistemológicos e históricos que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia.	<ul style="list-style-type: none"> o Produção do Conhecimento o Pesquisa em Ciências Sociais o Psicologia Ciência e Profissão o Ética Profissional o Matrizes do Pensamento Psicológico 1 e 2 o Processo de Desenvolvimento 1 o Psicologia Social 1

	<ul style="list-style-type: none"> o Psicologia Social-Comunitária o Psicologia Clínica 1 o Psicologia Escolar/Educacional 1 o Psicologia Organizacional e do Trabalho 1 o Pesquisa em Psicologia 1 o Temas em Formação Humana 1: dimensões da vida humana o Temas em Direitos Humanos 2: relações étnico-raciais
TOTAL	15 disciplinas
<p>EIXO II – Fundamentos teórico-metodológicos que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Psicologia Ciência e Profissão o Matrizes do Pensamento Psicológico 1 e 2 o Concepções Ontológicas da Psicologia 1 e 2 o Processos de Desenvolvimento 1, 2 e 3 o Psicologia da Aprendizagem o Psicologia Social 1 e 2 o Psicologia Clínica 2 o Psicologia e Saúde Mental 3 o Psicologia Escolar/Educacional 1
TOTAL	14 disciplinas
<p>EIXO III – Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Produção de Trabalhos Acadêmicos o Pesquisa em Ciências Sociais o Ética Profissional o Aconselhamento Psicológico o Processos Grupais 2 o Avaliação Psicológica 1 e 2 o Psicologia Clínica 1 e 3 o Psicologia e Saúde Mental 2 e 3 o Psicologia da Saúde e Hospitalar o Psicologia Jurídica o Psicologia Escolar/Educacional 1, 2 e 3 o Psicologia Organizacional e do Trabalho 2 o Pesquisa em Psicologia 1 e 2 o Temas em Formação Humana 2: contextos de saúde o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – 9º e 10º períodos
TOTAL	22 disciplinas
<p>EIXO IV – Fenômenos e processos psicológicos que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Processos Psicológicos Básicos 1 e 2 o Processos de Desenvolvimento 1, 2 e 3 o Concepções Ontológicas da Psicologia 1 e 2 o Psicologia da Aprendizagem o Processos Grupais 1 e 2 o Psicologia e Políticas Públicas o Psicologia da Saúde e Hospitalar o Psicologia e Saúde Mental 1 e 2 o Psicologia Organizacional e do Trabalho 1 o Inclusão de Pessoas com Deficiência o Temas em Formação Humana 1: dimensões da vida humana

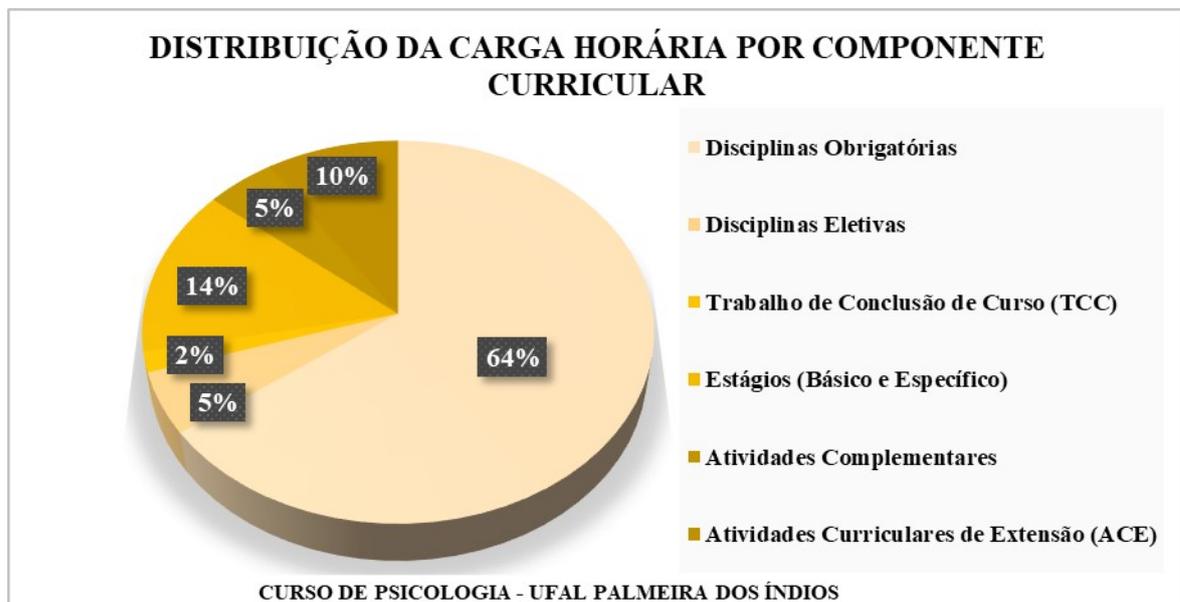
	<ul style="list-style-type: none"> o Temas em Direitos Humanos 1: teorias de gênero o Temas em Formação Humana 2: contextos de saúde o Temas em Direitos Humanos 2: relações étnico-raciais
TOTAL	20 disciplinas
<p>EIXO V – Interfaces com campos afins do conhecimento para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Produção do Conhecimento o Fundamentos da Sociologia o Fundamentos da Antropologia o Fundamentos Filosóficos da Psicologia o Sociedade Cultura e Realidade Local o Pesquisa em Ciências Sociais o Fundamentos Biológicos da Psicologia 1 e 2 o Psicologia e Políticas Públicas o Psicologia Escolar/Educacional 2 o Inclusão de Pessoas com Deficiência o Temas em Formação Humana 1: dimensões da vida humana o Temas em Direitos Humanos 1: teorias de gênero o Temas em Formação Humana 2: contextos de saúde o Temas em Direitos Humanos 2: relações étnico-raciais
TOTAL	15 disciplinas
<p>EIXO VI – Práticas profissionais voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.</p>	<ul style="list-style-type: none"> o Atividade Curricular de Extensão (ACE) 1, 2, 3, 4, 5 e 6 o Processos de Desenvolvimento 3 o Processos Grupais 2 o Psicologia Social-Comunitária o Psicologia e Saúde Mental 3 o Psicologia Escolar/Educacional 1, 2 e 3 o Psicologia Organizacional e do Trabalho 2 o Estágio Básico 1 e 2 o Estágio Específico 1 e 2
TOTAL	18 disciplinas

11.4 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL

O Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas deverá ser integralizado no período de 5 anos (10 semestres), ao longo dos quais será cumprida uma carga horária total de 4186 horas. O tempo máximo para a conclusão do curso será de 8 anos (16 semestres).

Dentre os componentes curriculares obrigatórios do Curso estão: Disciplinas Obrigatórias, Disciplinas Eletivas, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Estágios (Básico e Específico), Atividades Complementares e Atividades Curriculares de Extensão (ACE). A carga horária de cada um destes componentes curriculares está distribuída conforme descrito a seguir:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Disciplinas Obrigatórias	2682	64,07%
Disciplinas Eletivas	216	5,16%
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	72	1,72%
Estágios (Básico e Específico)	584	13,95%
Atividades Complementares	200	4,78%
CARGA HORÁRIA	3754	100,00%
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	432	10,32%
CARGA HORÁRIA TOTAL	4186	---



11.5 DIAGRAMA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL



11.6 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL

CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 1º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Psicologia, Ciência e Profissão	---	00	72	72
	Produção do Conhecimento	---	00	72	72
	Fundamentos da Sociologia	---	00	54	54
	Fundamentos da Antropologia	---	00	54	54
	Produção de Trabalhos Acadêmicos	---	00	54	54
	ACE 1 – Projeto 1 (Fase 1)	---	90	00	90
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 1º PERÍODO			90	306	396
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 2º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Sociedade, Cultura e Realidade Local	---	00	72	72
	Pesquisa em Ciências Sociais	---	00	72	72
	Fundamentos Filosóficos da Psicologia	---	00	54	54
	Ética Profissional	---	00	72	72
	Fundamentos Biológicos da Psicologia 1	---	00	54	54
	Matrizes do Pensamento Psicológico 1	---	00	72	72
	ACE 2 – Projeto 1 (Fase 2)	---	54	00	54
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 2º PERÍODO			54	396	450
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 3º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Fundamentos Biológicos da Psicologia 2	Fundamentos Biológicos da Psicologia 1	00	54	54
	Matrizes do Pensamento Psicológico 2	Matrizes do Pensamento Psicológico 1	00	72	72
	Concepções Ontológicas da Psicologia 1	---	00	54	54
	Processos de Desenvolvimento 1	---	00	54	54

	Psicologia Social 1	---	00	54	54
	Aconselhamento Psicológico	---	00	54	54
	Disciplina Eletiva 1	---	00	54	54
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 3º PERÍODO			00	396	396
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 4º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Concepções Ontológicas da Psicologia 2	Concepções Ontológicas da Psicologia 1	00	54	54
	Processos de Desenvolvimento 2	Processos de Desenvolvimento 1	00	54	54
	Psicologia Social 2	Psicologia Social 1	00	54	54
	Psicologia e Políticas Públicas	---	00	54	54
	Psicologia da Aprendizagem	---	00	54	54
	Processos Psicológicos Básicos 1	---	00	54	54
	Processos Grupais 1	---	00	54	54
	ACE 3 – Projeto 2 (Fase 1)	---	54	00	54
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 4º PERÍODO			54	378	432
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 5º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Processos de Desenvolvimento 3	Processos de Desenvolvimento 2	10	44	54
	Processos Psicológicos Básicos 2	Processos Psicológicos Básicos 1	00	54	54
	Processos Grupais 2	Processos Grupais 1	00	36	36
	Psicologia Social Comunitária	---	00	54	54
	Psicologia Clínica 1	---	00	54	54
	Psicologia e Saúde Mental 1	---	00	54	54
	Psicologia Organizacional e do Trabalho 1	---	00	36	36
	Disciplina Eletiva 2	---	00	54	54
	ACE 4 – Projeto 2 (Fase 2)	---	54	00	54

CARGA HORÁRIA TOTAL DO 5º PERÍODO			54	396	450
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 6º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Psicologia Clínica 2	Psicologia Clínica 1	00	54	54
	Psicologia e Saúde Mental 2	Psicologia e Saúde Mental 1	00	72	72
	Psicologia da Saúde e Hospitalar	---	00	54	54
	Psicologia Jurídica	---	00	54	54
	Avaliação Psicológica 1	---	00	54	54
	Psicologia Escolar/Educacional 1	---	10	44	54
	Estágio Básico 1	---	72	00	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 6º PERÍODO			72	342	414
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 7º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Psicologia Clínica 3	Psicologia Clínica 2	00	54	54
	Avaliação Psicológica 2	Avaliação Psicológica 1	00	54	54
	Psicologia Escolar/Educacional 2	Psicologia Escolar/Educacional 1	10	44	54
	Psicologia Organizacional e do Trabalho 2	Psicologia Organizacional e do Trabalho 1	18	36	54
	Pesquisa em Psicologia 1	---	00	54	54
	Disciplina de Ênfase 1 ou 2	---	00	54	54
	Estágio Básico 2	Estágio Básico 1	72	00	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 7º PERÍODO			90	306	396
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 8º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Psicologia e Saúde Mental 3	Psicologia e Saúde Mental 2	20	34	54
	Psicologia Escolar/Educacional 3	Psicologia Escolar/Educacional 2	10	44	54
	Pesquisa em Psicologia 2	Pesquisa em Psicologia 1	00	36	36

	Inclusão de Pessoas com Deficiência	---	00	54	54
	Disciplina de Ênfase 1 ou 2	---	00	54	54
	Disciplina Eletiva 3	---	00	54	54
	ACE 5 – Evento	---	90	00	90
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 8º PERÍODO			110	286	396
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 9º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	---	00	36	36
	Disciplina Eletiva 4	---	00	54	54
	Estágio Específico 1	---	220	00	220
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 9º PERÍODO			220	90	310
CÓDIGO	DISCIPLINAS DO 10º PERÍODO	PRÉ-REQUISITOS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	---	00	36	36
	ACE 6 – Curso	---	90	00	90
	Estágio Específico 2	Estágio Específico 1	220	00	220
CARGA HORÁRIA TOTAL DO 10º PERÍODO			310	36	346

11.7 QUADRO DE DISCIPLINAS ELETIVAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	CH Prática	CH Teórica	CH Total
	Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS	00	54	54
	Psicologia e Ruralidades	00	54	54
	Psicologia, Educação e Semiárido	00	54	54
	Psicologia e a Vida Cotidiana dos Homens	00	54	54
	Histórico e Fundamentos de Psicologia Política	00	54	54
	Teoria Psicanalítica	00	54	54

	Introdução à Gestalt-Terapia	00	54	54
	Fundamentos da Análise do Comportamento	00	54	54
	Fundamentos da Terapia Cognitiva Comportamental	00	54	54
	Fundamentos Ontológicos da Psicologia Sócio-Histórica	00	54	54
	Psicologia e Análise do Discurso	00	54	54
	Técnicas de Entrevista Psicológica	00	54	54

OBSERVAÇÃO: Novas Disciplinas Eletivas poderão ser sugeridas. Contudo, terão que ser aprovadas pelo Colegiado do Curso para, posteriormente, a Coordenação do Curso solicitar o cadastro das mesmas junto à PROGRAD.

11.8 EMENTÁRIO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL

11.8.1 EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR PERÍODO

OBSERVAÇÃO: A ementa das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) está apresentada no Programa de Extensão Direitos Humanos e Formação Humana (PEDFH).

Disciplina Obrigatória: Psicologia, Ciência e Profissão			Período: 1º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h	
Pré-Requisito: ---			
Ementa:			
A Psicologia como ciência independente. Principais escolas e objetos de estudo. A Psicologia como Profissão no Brasil. Principais áreas e campos de atuação. Temas transversais em Psicologia – direitos humanos, educação ambiental, questões étnico-raciais.			
Bibliografia Básica:			
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
BOCK, Ana Mercês Bahia; Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Psicologia e Direitos			

Humanos: práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as Psicologias:** da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. São Paulo/Petrópolis: EDUC/Vozes, 2004.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (org.). **História da psicologia:** rumos e percursos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

Bibliografia Complementar:

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma perspectiva. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 34, n. 4, p. 971-983, 2014.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000400971&script=sci_abstract&tlng=pt

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicólogo brasileiro:** Práticas emergentes e desafios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. Disponível em:

https://books.google.com.br/books/about/Psic%C3%B3logo_brasileiro.html?id=JercsayabIgC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico:** quatro séculos de subjetivação 1500 - 1900. 6. ed. São Paulo: Escuta, 2002.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Psicologia:** uma (nova) introdução. Uma visão histórica da Psicologia como ciência. 2. ed. São Paulo: Ed. da PUC São Paulo, 2006.

GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna.** São Paulo: Cultrix, 2005.

INTERCULTURALIDADES, direitos humanos e relações étnico-raciais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

LEFF, Enrique (Coord.). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

MASSIMI, M. **História da psicologia brasileira:** da época colonial até 1934. São Paulo: E.P.U., 1990.

Disciplina Obrigatória: Produção do Conhecimento		Período: 1º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Formas, instrumentos e condicionamentos inerentes às diversas expressões do conhecimento. O lugar da Universidade e do conhecimento nela produzido no mundo dos saberes de distintos matizes. Conhecimento das especialidades e inteligência geral.		
Bibliografia Básica:		
MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.		

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da indolência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: http://api.ning.com/files/yf5EgZce2X80LbGdlQPmbv3Jlc8yUnZdMvSx6JJ0-fH64Zwe9IrgooYW4mMXosf4CODLruXdOX0iJfY1dg3C1ZUJ2*AsQMW/Ciencia_com_Conciencia.pdf

Disciplina Obrigatória: Fundamentos da Sociologia		Período: 1º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Matrizes clássicas do pensamento sociológico – Marx, Weber, Durkheim e as respostas que suas teorias proporcionam aos desafios do mundo moderno. Introdução às concepções fenomenológicas no pensamento sociológico.		
Bibliografia Básica:		
DURKHEIM, Emile. Da Divisão do Trabalho Social . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.		
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.		
WEBER, Max. Conceitos básicos de Sociologia . 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia . São Paulo: Martins Fontes, 2002.		
MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista . São Paulo: Global, 2006.		
QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira.; OLIVEIRA, Marcia Gardenia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber . 2. ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2002.		
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . 2. ed. rev. São Paulo: CENGAGE Learning, 2001.		

Disciplina Obrigatória: Fundamentos da Antropologia		Período: 1º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
A constituição da Antropologia como disciplina e seus campos de estudo. A crítica ao etnocentrismo e o relativismo cultural. Questões de método: trabalho de campo e observação participante. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.		
Bibliografia Básica:		
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.		
LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem. Campinas: Papyrus. 1989. Disponível em: https://mega.nz/#F!gs9VxAoL!uwn4Zl6YwTTuXKjqxrbCQ		
MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
Bibliografia Complementar:		
A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.		
CARDOSO de Oliveira, Roberto. O trabalho do antropólogo. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/O_trabalho_do_antrop%C3%B3logo.html?id=487uaSPk0gsC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false		
DURHAM, Eunice Ribeiro et al. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.		
GEERTZ, Clifford; RIBEIRO, Vera (Trad.). Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.		
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.		
LEVI-STRAUSS, Claude; KATZ, Chaim Samuel; PIRES, Eginardo (Trads.). Antropologia estrutural. 6. ed. Rio de Janeiro: 2003.		
SANTOS, Rafael José dos. Antropologia para quem não vai ser antropólogo. Porto Alegre: Tomo, 2005.		

Disciplina Obrigatória: Produção de Trabalhos Acadêmicos		Período: 1º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		

Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos. O processo de produção e os procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Lília da Rocha. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2004.

GUEDES, Enildo Marinho et al. **Padrão UFAL de normalização**. Maceió: EDUFAL, 2012. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/iqb/pt-br/pos-graduacao/renorbio/normas-1/padrao-ufal-de-normalizacao-de-trabalhos-academicos/view>

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. **Iniciação à “arte” do plano de trabalho e do projeto de pesquisa**. Maceió: EDUFAL, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NBR 6023/2002 – Norma para referência

NBR 6028/2003 – Resumo

NBR 10520/2002 – Citações em documentos

NBR 14724/2011 – Trabalhos acadêmicos

NBR 15287/2011 – Norma para projeto de pesquisa

Disciplina Obrigatória: Sociedade, Cultura e Realidade Local		Período: 2º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Reflexão crítica sobre a realidade local, com foco no semiárido alagoano, através de abordagem interdisciplinar sobre a sociedade e suas relações com a cultura, política e meio ambiente, com ênfase nas questões de classe, raça e gênero.		
Bibliografia Básica:		
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. Ed. Rio de Janeiro: D&P, 2006.		
GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência . 1. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro, RJ: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.		
VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2005.		

Bibliografia Complementar:

ANDRADA, Cris Fernândes. **A Cidadania negada:** políticas públicas e forma de viver. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Corte, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Disponível em: <http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Berman,%20Marshall/Tudo%20o%20que%20%C3%A9%20s%C3%B3lido%20desmancha%20no%20ar.%20A%20aventura%20da%20modernidade.pdf>

LEMOS, José de Jesus Sousa; BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Mapa da exclusão social no Brasil:** radiografia de um país assimetricamente pobre. 2. ed. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à lava jato. São Paulo: Leya, 2017. Disponível em: <https://www.forumpopulardearuja.com.br/wp-content/uploads/2017/11/Jess%C3%A9-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf>

Disciplina Obrigatória: Pesquisa em Ciências Sociais		Período: 2º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Introdução à prática investigativa, considerando os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa na produção de conhecimentos; tipologia e planejamento da pesquisa, instrumentos e técnicas na investigação em ciências sociais.		
Bibliografia Básica:		
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.		
GRUBITS, Sonia; NORIEGA, José Angel Vera. Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campo de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004.		
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.		
Bibliografia Complementar:		
JEAN POUPART et. al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.		
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em		

saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996.

PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Disciplina Obrigatória: Fundamentos Filosóficos da Psicologia		Período: 2º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
O conhecimento filosófico, sua relação com os demais conhecimentos e com a atividade humana. Panorama histórico do desenvolvimento da filosofia. Fundamentos filosóficos da Psicologia. Temas principais da filosofia na contemporaneidade (Direitos Humanos, Ética e Meio Ambiente, Democracia).		
Bibliografia Básica:		
<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao pensar: o ser, o conhecimento, a linguagem. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>ANDERY, Maria Amália. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p> <p>CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.</p> <p>JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.</p> <p>REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.</p> <p>SCRUTON, Roger. Uma breve história da filosofia moderna: de Descartes a Wittgenstein. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.</p>		

Disciplina Obrigatória: Ética Profissional		Período: 2º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
O estudo da ética numa perspectiva histórica e filosófica. Problemas atuais dos Direitos Humanos e da Bioética e sua relação com o campo da Psicologia. Análise da formação e da profissão do psicólogo e de sua ética profissional específica. Conhecimento e discussão do		

Código de Ética do Psicólogo.
Bibliografia Básica:
<p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. 2005. Disponível em: https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-cfp-n-10-2005-aprova-o-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo?q=10/2005</p> <p>DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002.</p> <p>FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. Ética. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>ARAÚJO, Ulisses F. Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal. Moderna, 2001.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.</p> <p>NÓRTE, Carlos Eduardo; MACIEIRA, Raiana Micas; FURTADO, Ana Lúcia de Lemos (Org.). Formação: ética, política e subjetividades na psicologia. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia, 2010.</p> <p>ROMARO, Rita Aparecida. Ética na psicologia. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.</p>

Disciplina Obrigatória: Fundamentos Biológicos da Psicologia 1		Período: 2º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Estudo da evolução biológica, da sociobiologia do comportamento humano. Bases anatômicas do sistema nervoso. Bases fisiológicas do sistema nervoso. A relação entre os aspectos psicológicos e biológicos do comportamento humano.		
Bibliografia Básica:		
<p>FUENTES, Daniel, et al. Neuropsicologia: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>GIL, Roger. Neuropsicologia. 2 ed. São Paulo: Livraria Santos, 2007.</p> <p>JABLONKA, Eva; LAMB, Marion J. Evolução em quatro dimensões: DNA, comportamento e a história da vida. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.</p>		
Bibliografia Complementar:		
ANDRADE, Vivian Maria; SANTOS, Flávia Heloísa dos; BUENO, Orland F. A.		

Neuropsicologia Hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu. Comportamento pós-social: considerações críticas sobre aspectos teóricos e metodológicos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 21-35, abr. 1984. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18966>

COSTA, Nazaré. Contribuições da psicologia evolutiva e da análise do comportamento acerca do ciúme. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 05-14, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100003&lng=pt&nrm=iso

FONSECA, Vitor da. **Cognição, Neuropsicologia e Aprendizagem:** abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MACEDO, Elizeu C.; MENDONÇA, Lúcia M. Z. de; SCHLECHT, Beatriz B. G. **Avanços da Neuropsicologia:** das pesquisas à aplicação clínica. São Paulo: Santos, 2007.

Disciplina Obrigatória: Matrizes do Pensamento Psicológico 1		Período: 2º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
As relações entre a filosofia, as ciências e a Psicologia. A constituição das teorias e sistemas psicológicos e suas bases epistemológicas. A constituição e a ocupação do espaço psicológico. A formação das escolas em Psicologia. Objetos, métodos, conceitos e aplicações das Matrizes estruturalistas, funcionalistas, behavioristas e cognitivistas da formação do pensamento psicológico.		
Bibliografia Básica:		
ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. Scientiae Studia , São Paulo, v. 7, n. 2, p. 195-208, Jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662009000200002		
ABIB, José Antônio Damásio. Prólogo à história da psicologia. Psicologia: Teoria e Pesquisa , Brasília, v. 21, n. 1, p. 53-60, Abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722005000100008&script=sci_abstract&tlng=pt		
FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.		
JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Org.). História da psicologia: rumos e percursos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2005.		
Bibliografia Complementar:		
FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900. 6. ed. São Paulo: Escuta 2002.		
MARX, M. H.; HILLIX, W. A. Sistemas e Teorias em Psicologia. São Paulo, Cultrix, 2005.		

FREIRE, I. R. **Raízes da Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOODWIN, C James. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo, Cultrix, 2005.

LOPES, Carlos Eduardo; ABIB, José Antônio Damásio. O Behaviorismo Radical como filosofia da mente. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 85-94, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v16n1/16800.pdf>

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

Disciplina Obrigatória: Fundamentos Biológicos da Psicologia 2		Período: 3º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Fundamentos Biológicos da Psicologia 1		
Ementa:		
Estudo dos órgãos dos sentidos e do sistema nervoso. Fisiologia e anatomia sensorial, neuroanatomia e neurofisiologia. Tecido nervoso e neurotransmissão.		
Bibliografia Básica:		
AFIFI, Adel K. Neuroanatomia funcional: textos e atlas. 2. ed. São Paulo: Roca, 2008.		
ECCLES, John Carey. O conhecimento do cérebro . Atheneu, 1979.		
MACHADO, Angelo B. M. Neuroanatomia funcional . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.		
Bibliografia Complementar:		
BRASIL. Ministério da Justiça. Deteção do uso e diagnóstico da dependência de substância psicoativas: módulo 3. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 67 p. (SUPERA: Sistema para deteção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento 3).		
KELEMAN, Stanley. Anatomia emocional . 3. ed. São Paulo: Summus, 1992.		
LEDOUX, Joseph E. O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.		
MACEDO, E. C. de; MENDONÇA, L. I. Z. de; SCHLECHT, B. B. G. Avanços em neuropsicologia: das pesquisas à aplicação clínica. São Paulo: Santos, 2007.		
MEZZASALMA, M. A. et al. Transtorno de pânico. Rev Bras Psiquiatria , v. 26, n. 3, p. 202-206, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbp/v26n3/a10v26n3		

Disciplina Obrigatória: Matrizes do Pensamento Psicológico 2		Período: 3º
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Matrizes do Pensamento Psicológico 1		
Ementa:		

Objetos, métodos, conceitos e aplicações das matrizes interacionistas e humanistas da formação do pensamento psicológico. Teorias psicológicas contemporâneas.

Bibliografia Básica:

CARPIGIANI, Berenice. **Psicologia:** das raízes aos movimentos contemporâneos. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

MARX, Melvin Herman; HILLIX, William Allen. **Sistemas e Teorias em Psicologia.** São Paulo: Cultrix, 1993.

Bibliografia Complementar:

ENGELMANN, Arno. A Psicologia da Gestalt e a ciência empírica contemporânea. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 1, Jan-Abr 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREUD, Sigmund; STRACHEY, James; FREUD, Anna; STRACHEY, Alix; TYSON, Alan; SALOMÃO, Jayme. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 2006. 24 v.

GONÇALVES, M. Graça M; BOCK, Ana Mercês Bahia. **A dimensão subjetiva da realidade:** uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira. Por uma Psicologia decolonial: (des) localizando conceitos. In: GALINDO, Dolores; PEREIRA, Maristela de Souza; RASERA, Emerson Fernando (Orgs.). **Democracia participativa, estado e laicidade:** psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/carol/Downloads/DemocraciaparticipativaEstadoeLaicidade.pdf>

HOLANDA, Adriano. Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista. In: **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 14, n. 2, p. 33-46, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v14n2/04.pdf>

OLIVEIRA, Martha Kohl de. **Aprendizado e desenvolvimento:** um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PERLS, Frederick S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1988.

ROLIM, Ana Maria Andreoni. A psicanálise é uma ciência: mas quem não se importa? Uma ressonância de a psicanálise não é uma ciência: mas quem se importa? **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 8-11, Junho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000200003

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina Obrigatória: Concepções Ontológicas da Psicologia 1		Período: 3º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Introdução aos estudos ontológicos da Psicologia. A constituição do sujeito psíquico e os modos de produção da subjetividade na contemporaneidade: teorias discursivas e psicologia histórico cultural.		
Bibliografia Básica:		
GONÇALVES, M. Graça M; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.		
REY, Fernando Luis González. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2003.		
REY, Fernando Luis González. O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.		
Bibliografia Complementar:		
BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, M. Graça M; FURTADO, Odair (Org.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.		
JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. Psicologia social contemporânea: livro texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.		
LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. Brasiliense, 1994.		
MOLON, Susana Inês. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.		
ROSE, NIKOLAS. Inventando nossos Selves: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
SPINK, Mary Jane P. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.		
VIVAR Y SOLER, Rodrigo Diaz de. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. Fractal: Revista de Psicologia , v. 20, n. 2, p. 571-582, Jul./Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/19.pdf		

Disciplina Obrigatória: Processos de Desenvolvimento 1		Período: 3º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Introdução aos estudos do desenvolvimento humano: concepções, histórico, aspectos psicológicos, sociais e biológicos, contexto e território, interlocuções intergeracionais. Teorias e processos de desenvolvimento: Psicanálise, teoria genético-cognitiva, Psicologia Sócio-		

histórica. Concepções de infância. Contextos de desenvolvimento: família, escola, comunidade, religiosidade, processos de socialização. Territórios urbano, rural, indígena, quilombola e processos de desenvolvimento. Desenvolvimento e gênero.

Bibliografia Básica:

COLINVAUX, Dominique; LEITE, Luci Banks; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco (Org.). **Psicologia do desenvolvimento: reflexões e práticas atuais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, Abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000100015&lng=en&nrm=iso

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200007&lng=pt&nrm=iso

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A, 1981.

DESSEN, Maria Auxiliadora da Silva Campos; COSTA JÚNIOR, Áderson Luiz. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBARDI, Suzana Santos. Quando e como a proteção da infância é um valor para os adultos. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 51-61, jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822016000200006&lng=pt&nrm=iso

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Social 1		Período: 3º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Construção histórica da Psicologia Social como área de conhecimento da Psicologia. Psicologia Social na América Latina e no Brasil. Categorias Fundamentais da Psicologia Social. Temas em Psicologia Social: Psicologia Social e Exclusão Social, Psicologia Social e Racismo, Psicologia Social e Relações de Gênero.		

<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRAGHIROLI, Elaine Maria; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antonio. Temas de Psicologia Social. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.</p> <p>CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>GONÇALVES, M. Graça M.; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. Psicologia social contemporânea: livro texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.</p> <p>LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley (Org.). Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. Brasiliense, 1994.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). Psicologia e o compromisso social. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>CIAMPA, Antonio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina. São Paulo: Brasiliense, 1987.</p> <p>FARR, Robert M. As raízes da psicologia social moderna (1872-1954). 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.</p> <p>GUARESCHI, Pedrinho A. Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>LANE, Silvia T. Maurer; SAWAIA, Bader Burihan (Org.). Novas veredas da Psicologia Social. São Paulo: EDUC: Brasiliense, 1994.</p> <p>REY, Fernando Luis González. O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>SAWAIA, Bader B.(Org.). As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>SILVA, Rosane Neves da. A invenção da psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.</p>

Disciplina Obrigatória: Aconselhamento Psicológico		Período: 3º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
<p>Conceituação e histórico do aconselhamento psicológico. Diferenças entre aconselhamento psicológico e psicoterapia. Etapas do processo de aconselhamento psicológico. O aconselhamento psicológico e sua aplicabilidade na atuação profissional. Estudo de casos e princípios éticos.</p>		
Bibliografia Básica:		

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de Ajuda**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Aconselhamento terapêutico: origens, fundamentos e prática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

MAY, Rollo. **A arte do aconselhamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1989.

PATTERSON, Lewis E.; EISENBERG, Sheldon. **O processo de aconselhamento**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZARO, Joan S. **Introdução à prática psicoterapêutica**. São Paulo: EPU, 1980.

Bibliografia Complementar:

BRAIER, Eduardo Alberto. **Psicoterapia breve de orientação psicanalítica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CALLIGARIS, C. **Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CORDIOLI, Aristides Volpato (Org.). **Psicoterapias: abordagens atuais**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

FIORINI, Héctor J. **Teoria e técnica de psicoterapias**. ed. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HILTON, Robert; HILTON, Virginia Wink; CAUDILL JR., O. Brandt. **Terapeutas em risco: perigos da intimidade na relação terapêutica**. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, Eduardo Ferreira. **Psicoterapia breve: abordagem sistematizada de situações de crise**. 4. ed. São Paulo: Ágora, 1997.

Disciplina Obrigatória: Concepções Ontológicas da Psicologia 2		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Concepções Ontológicas da Psicologia 1		
Ementa:		
Introdução às teorias da personalidade: a visão psicanalítica de Freud à Jung; as teorias culturalistas de base analíticas; as teorias de base humanista; as teorias comportamental e cognitiva comportamental.		
Bibliografia Básica:		
HALL, Calvin Springer; LINDZEY, Gardner. Teorias da personalidade . 18. ed. São Paulo: EPU, 1984.		
HALL, Calvin Springer; LINDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. Teorias da personalidade . 4. ed. São Paulo: Artmed, 2000.		
SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. Teorias da personalidade . São Paulo: Cengage Learning, 2002.		
Bibliografia Complementar:		

- ALBERTINI, Paulo. Reich e a possibilidade do bem-estar na cultura. **Psicol. USP** [online], v.14, n. 2, p. 61-89, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n2/a06v14n2.pdf>
- FREUD, Sigmund; STRACHEY, James; FREUD, Anna; STRACHEY, Alix; TYSON, Alan; SALOMÃO, Jayme. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- FREUD, Sigmund; ZWICK, Renato (Trad.). **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L & PM Editora, 2016.
- FROMM, Erich. **Análise do homem**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1983.
- JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Org.). **História da psicologia: rumos e percursos**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- JUNG, C. G. **O desenvolvimento da personalidade**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- KLEIN, Melanie. **A psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- ROGERS, Carl R.; ROSENBERG, Rachel Lea. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1977.
- SEGAL, Hanna. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Uma contribuição à história do movimento psicanalítico: a trajetória de Wilhelm Reich. **Psicologia Ciência e Profissão** [online], v. 22, n. 3, p. 14-19, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Disciplina Obrigatória: Processos de Desenvolvimento 2		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Processos de Desenvolvimento 1		
Ementa:		
Teorias e processos de desenvolvimento: psicologia dialética de Henri Wallon, teoria bioecológica do desenvolvimento. Concepções de adolescência e juventude: processos, contextos e territórios. Juventude e mundo do trabalho. Juventude negra. Desenvolvimento e gênero. Políticas sociais e direitos humanos relacionados à infância, juventude e aos processos de envelhecimento.		
Bibliografia Básica:		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_ECA-web.pdf		
CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; KOLLER, Sílvia Helena (Coord. e Org.). Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf		
FÁVERO, Osmar et al. (Org.). Juventude e Contemporaneidade . Brasília: UNESCO, MEC,		

ANPEd, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

Bibliografia Complementar:

DE CARVALHO BARRETO, André. Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 275-293, ago. 2016. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000200003&lng=pt&nrm=iso

JUSTO, José Sterza; ROZENDO, Adriano da Silva. A velhice no Estatuto do Idoso. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 471-489, ago. 2010. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200012&lng=pt&nrm=iso

GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. **Henri Wallon**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4686.pdf>

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200012&lng=en&nrm=iso

OZELLA, Sergio; ANDRIANI, Ana Gabriela P et al. **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez 2003.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 26-37, 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso

Disciplina Obrigatória: Psicologia Social 2		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Psicologia Social 1		
Ementa:		
As teorias psicossociais contemporâneas. As abordagens teórico-metodológicas sob influência europeia, norte-americana e latino-americana.		
Bibliografia Básica:		
BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.		
GUARESCHI, Pedrinho A. Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.		
JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. Psicologia social contemporânea: livro texto.		

Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. **Psicologia social.** 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

Bibliografia Complementar:

BILLIG, Michael. **Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRAGHIROLI, Elaine Maria; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antonio. **Temas de Psicologia Social.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FARR, Robert M. **As raízes da psicologia social moderna (1872-1954).** 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna Cristina Marinho (Org.). **Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO.** Recife: ABRAPSO, 2011.

REY, Fernando Luis González. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). **Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Disciplina Obrigatória: Psicologia e Políticas Públicas		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Estado de Bem-Estar Social. Modelos teóricos de Políticas Públicas. Constituição das Políticas Públicas no Brasil. Políticas Públicas em Saúde, Educação e Assistência Social. A atuação da Psicologia nas Políticas Públicas.		
Bibliografia Básica:		
ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). Família, redes, laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2008.		
CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; DADICO, Luciana; ALVES, Luiz Antônio; ROMAN, Marcelo Domingues; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Políticas públicas em educação		

& **psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

Bibliografia Complementar:

BOING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. O Psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde Brasileiras. **Psicologia Ciência e Profissão** [online], v. 30, n. 3, p. 634-649, 2010. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n3/v30n3a14.pdf>

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde - São Paulo 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.

RICO, Elizabeth Melo; SAUL, Ana Maria. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

Disciplina Obrigatória: Psicologia da Aprendizagem		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
O aprender e as situações de não-aprendizagem. Perspectivas teóricas sobre a aprendizagem. Estratégias de aprendizagem. Pesquisa sobre processos de aprendizagem. Relações entre desenvolvimento e aprendizagem.		
Bibliografia Básica:		
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.		
LEONTIEV, Aleksei Nikolaevich. Psicologia e pedagogia : bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2007.		
NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem : processos, teorias e contextos. 3. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Liber Livro, 2011.		
Bibliografia Complementar:		
CADERNOS CEDES. O sucesso escolar : um desafio pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 1992. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica+a+constru%C3%A7%C3%A3o+do+sucesso+escolar/48e7c4e0-acab-4901-a946-15ec70c801e0?version=1.3		
DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski . 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.		
MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de aprendizagem . 2. ed. São Paulo, SP: EPU, 2011.		
VYGOTSKY, Lev. S. A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos		

psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S; CIPOLLA NETO, José; LURIA, A. R; LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

Disciplina Obrigatória: Processos Psicológicos Básicos 1		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Noções sobre a prática do método experimental, executando-o, elaborando o relato da experiência científica, com ampla discussão a respeito das variáveis relacionadas com o método e o respectivo estudo. Os aspectos teóricos relacionados aos processos psicológicos básicos em diferentes perspectivas teóricas: memória, percepção, pensamento, criatividade, inteligência, motivação, emoção, resolução de problemas.		
Bibliografia Básica:		
BRAGHIROLI, Elaine Maria. Psicologia geral . 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. HUFFMAN, Karen; VERNOY, Mark; VERNOY, Judith. Psicologia . São Paulo: Atlas, 2003. ZINKER, Joseph. Processo criativo em Gestalt-Terapia . 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.		
Bibliografia Complementar:		
FONSECA, Afonso H. Lisboa da. Perspectivações da experimentação fenomenológico-existencial 2: A Experimentação Psicológica e o Experimental na Tradição da Psicologia Fenomenológica de Brentano . Maceió, 2000. Disponível em: http://www.terravista.pt/fernoronha/1411 FONSECA, Vitor da. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica . 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo . São Paulo: Centauro, 2004. LURIA, A. R. Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais . 4. ed. São Paulo: Ícone. WEITEN, Wayne. Introdução à Psicologia: temas e variações . São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2006. WERTSCH, James V.; DEL RÍO, Pablo; ALVAREZ, Amelia. Estudos socioculturais da mente . Porto Alegre: Artmed, 1998.		

Disciplina Obrigatória: Processos Grupais 1		Período: 4º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		

Ementa:
Histórico do conceito de grupo na Psicologia. Grupos, organizações e instituições. O processo de grupo e as transformações sociais. O trabalho com oficinas de grupo. Diversidade de concepções de grupo.
Bibliografia Básica:
BAREMBLITT, Gregorio Franklin. Grupos: teoria e técnica. Rio de Janeiro: Graal, 1986. BLEGER, José. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Org.). Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. Brasiliense, 1994. MARRA, Marlene Magnabosco. O agente social que transforma: o sociodrama na organização de grupos. São Paulo: Ágora, 2004. MIRANDA, Simião de. Oficina de dinâmica de grupos: para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas: Papyrus, 2013.
Bibliografia Complementar:
FRITZEN, Silvino José. Exercícios práticos de dinâmica de grupo. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. LAPASSADE, Georges. Grupos, organizações e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: 1981. MARTINS, Sueli Teresinha Ferreira. Processo grupal e a questão do poder em Matín-Baró. Psicologia e Sociedade; v. 15, n. 1, Jan./Jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a11.pdf PARPINELI, Roberta Stubbs; FERNANDES, Saulo Luders. Subjetivação e Psicologia: dualidades em questão. Fractal: Revista de Psicologia, v. 23, n. 1, p. 191-204, Jan./Abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a13.pdf PEREIRA, William Cesar Castilho. Dinâmica de grupos populares. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. PRIOTTO, Elis Palma. Dinâmicas de grupos para adolescentes. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. TATAGIBA, Maria Carmen; FILÁRTIGA, Virgínia. Vivendo e aprendendo com grupos: uma metodologia construtivista de dinâmica de grupo. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

Disciplina Obrigatória: Processos de Desenvolvimento 3		Período: 5º
CH Total: 54h	CH Teórica: 44h	CH Prática: 10h
Pré-Requisito: Processos de Desenvolvimento 2		
Ementa:		
Teorias e processos de desenvolvimento: paradigma do desenvolvimento ao longo de toda a vida. Vida adulta e envelhecimento: processos, contextos e territórios. Vida adulta e o mundo do trabalho. O processo de envelhecimento e questões de gênero. Morte e o morrer. Estratégias		

de intervenção direcionadas à infância, juventude, vida adulta e envelhecimento.

Bibliografia Básica:

COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MÜLLER, Elaine. “**A transição é a vida inteira**”: uma etnografia sobre os sentidos e a assunção da adultez. 2008. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp105582.pdf>

NERI, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 17-34, jun. 2006. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005&lng=pt&nrm=iso

Bibliografia Complementar:

CAMARANO, Ana Amélia et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última décad.**, Santiago, v. 12, n. 21, dez. 2004. Disponível em:

http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, Dez. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000200003&lng=en&nrm=iso

FALCÃO, Deusivânia Vieira da Silva; DIAS, Cristina Maria de Souza (Org.). **Maturidade e velhice: pesquisas e intervenções psicológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

KÓVACS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

ROHDEN, Fabíola. “O homem é mesmo a sua testosterona”: promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 161-196, Jun 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100006&lng=en&nrm=iso

Disciplina Obrigatória: Processos Psicológicos Básicos 2		Período: 5º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Processos Psicológicos Básicos 1		
Ementa:		
Introdução ao campo da prática psicológica experimental, considerando-se aspectos básicos. Problematização das relações dos processos psicológicos básicos com a ética. Execução do método experimental em área social, deslocando-se do laboratório tradicional para o meio externo da Universidade. Execução virtual de experimentação animal.		
Bibliografia Básica:		

ALLOWAY, Tom; WILSON, Greg; GRAHAM, Jeff. **Sniffy, o rato virtual**: versão pro 2.0. São Paulo: Thomson, 2006. xxxii, 355 p. + CD-ROM.

HUFFMAN, Karen; VERNOY, Mark; VERNOY, Judith. **Psicologia**. São Paulo: Atlas, 2003.

KANTOWITZ, Barry H.; ROEDIGER, Henry L.; ELMES, David G. **Psicologia experimental: psicologia para compreender a pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar:

NEUFELD, C. B.; BRUST, P. G.; STEIN, L. M. Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 103-112, Jan.-Mar. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n1/a13v27n1>

RAFIHI-FERREIRA, Renatha El; ALCKMIN-CARVALHO, Felipe; FORNAZARI, Silvia Aparecida. Questões técnico-científicas e éticas sobre o uso de animais em pesquisas no laboratório de análise experimental do comportamento. **Perspectivas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 230-235, Jul./Dez. 2015. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/search/search?simpleQuery=Renatha+El+Rafihi-Ferreira&searchField=query>

SILVA, Maria Teresa Araujo. Avanços recentes em psicobiologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 61-77, jan. 1981. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931981000100003&lng=pt&nrm=iso

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; MACHADO, Simone da Silva. Construtivismo, psicologia experimental e neurociência. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 83-94, 2006.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652006000100007&lng=pt&nrm=iso

VYGOTSKY, L. S.; CIPOLLA NETO, J.; LURIA, A. R.; LEONT'EV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

Disciplina Obrigatória: Processos Grupais 2		Período: 5°
CH Total: 36h	CH Teórica: 36h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Processos Grupais 1		
Ementa:		
Princípios norteadores do processo de facilitação e expressão dos grupos de acordo com seus diferentes enfoques. Teoria e formas de mediação dos grupos. Diferentes perspectivas e os diversos campos de atuação do processo grupal.		
Bibliografia Básica:		
FOX, Jonathan. O essencial de Moreno : textos sobre psicodrama, terapia de grupo e espontaneidade. São Paulo: Ágora, 2002.		
MIRANDA, Simião de. Oficina de dinâmica de grupos : para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas: Papyrus, 2013.		
MORENO, J. L. Psicodrama . 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.		

PICHON RIVIERE, Enrique. **O processo grupal**. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Bibliografia Complementar:

FAILDE, Izabel. **Manual do facilitador para dinâmicas de grupo**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2014.

FRITZEN, Silvino José. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRUPOS: a proposta do psicodrama. São Paulo: Ágora, 1999.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Dinâmica de grupos populares**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROGERS, Carl R. **Grupos de encontro**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Social Comunitária		Período: 5º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
O desenvolvimento da Psicologia Comunitária como teoria e intervenção da Psicologia Social. Aspectos históricos, categorias de análise e níveis de intervenção psicossociais. Práticas de intervenção.		
Bibliografia Básica:		
CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: http://pos.eicos.psicoologia.ufrj.br/wp-content/uploads/texto-Bader-Burihan-Sawaia.pdf#page=14		
JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise. Psicologia social: relatos na América Latina . São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.		
XIMENES, Verônica Moraes; AMARAL, Carlos Eduardo Menezes; REBOUÇAS JUNIOR, Francisco Gilmário (Org.). Psicologia comunitária e educação popular: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará . Fortaleza: LC Gráfica e Editora, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
ARENDT JACQUES, Ronald João. Psicologia comunitária: teoria e metodologia Psicologia: Reflexão e Crítica , Porto Alegre, v. 10, n. 1, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt		
GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária. Universitas Ciências da Saúde , v. 01, n. 2, p. 277-297. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/511/332		

KOCHENBORGER SCARPARO, Helena Beatriz; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326391024>

NEPOMUCENO, Léo Barbosa et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Revista Psico.**, v. 39, n. 4, p. 456-464, out./dez. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3532/3836>

ORNELAS, José. Psicologia Comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Aná. Psicológica**, v. 15, n. 3, p. 375-388, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v15n3/v15n3a02.pdf>

Disciplina Obrigatória: Psicologia Clínica 1			Período: 5º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h	
Pré-Requisito: ---			
Ementa:			
Aspectos históricos e contemporâneos da Psicologia Clínica. Caracterização do saber/fazer clínico na Psicologia. O campo das Psicoterapias. A relação terapêutica e o processo psicoterapêutico. A questão ética na prática clínica.			
Bibliografia Básica:			
CALLIGARIS, C. Cartas a um jovem terapeuta . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.			
DUTRA, E. Considerações sobre as significações da Psicologia clínica na contemporaneidade. Estudos de Psicologia , v. 9, n. 2, p. 381-387, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000200021			
FIORINI, H. Teoria e Técnica de Psicoterapias . São Paulo: Martins Fontes, 2004.			
MOREIRA, J. de O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E de O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. Psicologia Ciência e Profissão , Brasília, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a04.pdf			
SILVA, É. R. Psicologia Clínica, um novo espetáculo: dimensões éticas e políticas. Psicologia Ciência e Profissão , v. 21, n. 4, p. 78-87, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400009			
ZARO, J. S. et al. Introdução à prática psicoterapêutica . São Paulo: EPU, 1980.			
Bibliografia Complementar:			
CORDIOLLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais . 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.			
HYCNER, Richard. De pessoa a pessoa: psicoterapia dialógica . 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.			
SCHNEIDER, D. R. Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica: um estudo a partir da obra "Saint Genet: comédien et martyr" de Jean-Paul Sartre . 2002. 339f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Núcleo de Práticas Clínicas, Programa de Pós-			

Graduação em Psicologia Clínica, São Paulo, 2002. Disponível em:
<http://www.psiclin.ufsc.br/files/2010/05/Tese.pdf>

SPINELLI, M. R. **Identidade Profissional do Psicólogo Clínico:** Transformações no Contexto Atual. 2010. 121f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15927/1/Maria%20Rosa%20Spinelli.pdf>

RIBEIRO, D. P. de Sá; TACHIBANA, M; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. A experiência emocional do estudante de psicologia frente à primeira entrevista clínica. **Aletheia**, v. 28, p.135-145, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n28/n28a11.pdf>

Disciplina Obrigatória: Psicologia e Saúde Mental 1		Período: 5º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Evolução histórica do conceito de Loucura. Concepções de Normalidade e Anormalidade. O movimento de reforma psiquiátrica brasileira. Políticas Públicas em Saúde Mental. Intervenções da Psicologia em Saúde Mental. Questões contemporâneas. A medicalização do sofrimento psíquico. Ética em Saúde Mental.		
Bibliografia Básica:		
AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Disponível em: https://taymarillack.files.wordpress.com/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf		
CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.		
PESSOTTI, I. O Século dos Manicômios . São Paulo: Ed. 34, 1996.		
TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos. História, Ciências, Saúde , Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.25-59, jan.-abr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a03v9n1.pdf		
Bibliografia Complementar:		
BASAGLIA, Franco. A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.		
BRASIL. Política Nacional de Saúde Mental . Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Dape. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil . Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf		

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil:** a inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Inspecões aos manicômios:** relatório Brasil 2015. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

GUARIDO, Renata. A medicalização do Sofrimento Psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. **Educ. Pesqui.** [online], v. 33, n. 1, p.151-161, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a10v33n1.pdf>

SAWAIA, Bader B. (Org.). **As Artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Organizacional e do Trabalho 1		Período: 5º
CH Total: 36h	CH Teórica: 36h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
O mundo do trabalho: história e concepções contemporâneas do trabalho. Psicologia Organizacional: histórico, caracterização e áreas de atuação. O trabalho, o indivíduo e as organizações. Organização como contexto social: processos grupais, comunicação e conflitos.		
Bibliografia Básica:		
BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.		
ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre, Artmed, 2014.		
Bibliografia Complementar:		
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009.		
BRAGHIROLI, Elaine Maria. Psicologia geral. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.		
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à Psicologia. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.		
RODRIGUES, Marcus Vinícius Carvalho. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.		

Disciplina Obrigatória: Psicologia Clínica 2		Período: 6°
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Psicologia Clínica 1		
Ementa:		
Principais modelos teórico-metodológicos na Psicologia Clínica. Concepção de sujeito, objeto e método segundo as abordagens cognitivas, comportamentais, psicanalíticas e humanistas.		
Bibliografia Básica:		
<p>ANGERAMI-CAMON, W. A. Psicoterapia existencial. 4. ed. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>PERLS, F. S. Gestalt Terapia Explicada. 9. ed. São Paulo: Summus, 1977.</p> <p>ROGERS, C. R. Tornar-se Pessoa. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</p> <p>SKINNER, B. F. Ciência e Comportamento humano. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>SKINNER, B. F. Sobre o behaviorismo. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.</p> <p>WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E.; KNAPP, P. Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.</p> <p>ZIMERMAN, D. E. Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>BANACO, R. A. Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo comportamental. Santo André: ESETec, 2001. v 1. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/214515136/Sobre-Comportamento-e-Cognicao-Vol-1</p> <p>FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial. 2. São Paulo: Vetor, 2000.</p> <p>FONSECA, Afonso H. Lisboa da. Ensaio em Gestalt-Terapia. Maceió: Pedang, 2005.</p> <p>GINGER, Serge; GINGER, Anne. Gestalt: uma terapia do contato. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.</p> <p>MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>		

Disciplina Obrigatória: Psicologia e Saúde Mental 2		Período: 6°
CH Total: 72h	CH Teórica: 72h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Psicologia e Saúde Mental 1		
Ementa:		
A Psicologia e a Psicopatologia. Semiologia da Psicopatologia. As funções psíquicas e suas alterações. O exame mental e a questão do diagnóstico. A caracterização dos principais transtornos mentais.		

Bibliografia Básica:

BARLOW, David H.; DURAND, Vincent Mark. **Psicopatologia: uma abordagem integrada.** tradução da quarta edição norte-americana. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

BERLINCK, Manoel Tosta. **Psicopatologia fundamental.** São Paulo: Escuta, 2000.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HOLMES, David Sheridan. **Psicologia dos transtornos mentais.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, Rosana Onocko. Clínica: a palavra negada – sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de Saúde Mental. **Revista Saúde e Debate.** v. 25, n. 58, p. 98-111, maio-ago. 2001. Disponível em:

<https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/rosana2001clinicaapalavranegada.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/01/CREPOP_REFERENCIAS_ALCOOL_E_DROGAS_FINAL_10.01.13.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Suicídio e os desafios para a Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/publicacao/suicidio-e-os-desafios-para-a-psicologia/>

DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Efeitos do saber – fazer de psicólogos na saúde mental do Piauí. **Fractal: Revista de Psicologia,** v. 28, n. 1, p. 37-45, jan.-abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0037.pdf>

GARRIDO GENOVÉS, Vicente. **O psicopata: um camaleão na sociedade atual.** São Paulo: Edições Paulinas, 2005.

MOREIRA, V. **Psicopatologia Crítica.** Conferência proferida na semana de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2002. Disponível em:

<http://www.unifor.br/hp/pos/mps/docs/semanapsicfederaljulho2002.pdf>

SADOCK, Benjamin J.; SADOCK, Virginia A. **Manual de Psiquiatria Clínica: referência rápida.** 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.

VENTURINI, Ernesto; CASAGRANDE, Domenico; TORESINI, Lorenzo; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O crime louco.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-Crime-Louco_CFP.pdf

Disciplina Obrigatória: Psicologia da Saúde e Hospitalar		Período: 6º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		

Ementa:

O contexto hospitalar e da saúde. A inserção da Psicologia no contexto da saúde. Atuação do psicólogo no contexto da saúde e hospitalar. Introdução à psicossomática. A morte e o morrer no contexto da saúde.

Bibliografia Básica:

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.). **Atualidades em psicologia da saúde**. São Paulo: Thomson, 2004.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho et al. **E a psicologia entrou no hospital**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; NICOLETTI, Êdela Aparecida; CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. **O doente, a psicologia e o hospital**. 3. ed. atual. São Paulo: Pioneira, 1996.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. **Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização**: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

FILHO, Julio de Mello. **Psicossomática Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

KÓVACS, Maria Júlia. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

SANTOS, Eduardo Ferreira. **Psicoterapia breve**: abordagem sistematizada de situações de crise. 4. ed. São Paulo: Ágora, 1997.

Bibliografia Complementar:

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. **A psicologia no hospital**. São Paulo: Traço, 1988.

BAPTISTA, Makilim Nunes; DIAS, Rosana Righetto. **Psicologia hospitalar**: teoria, aplicações e casos clínicos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar**: a atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: EPU, 2008.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1982.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**: o que os pacientes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos se próprios parentes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

STRAUB, Richard O. **Psicologia da saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Jurídica		Período: 6°
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Definição, origem e desenvolvimento da Psicologia em sua interface com o Direito no Brasil. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude. Violência em suas diferentes facetas: criança/adolescente, idoso e mulher. Mediação de conflitos. Questões éticas na atuação do psicólogo na Justiça.		
Bibliografia Básica:		
BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). Temas de Psicologia Jurídica . 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.		
GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. Psicologia Jurídica no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011.		
ROQUE, Elizângela Caldas Barroca; MOURA, Marília Lobão Ribeiro; GHESTI, Ivânia (Orgs.). Novos paradigmas na justiça criminal: relatos de experiências do Núcleo Psicossocial Forense do TJDF. Brasília: Gráfica do TJDF, 2006. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes-especiais/livros/novospdf		
TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito . 5. ed. Porto Alegre: 2011.		
Bibliografia Complementar:		
BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). Famílias e separações: perspectivas da Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.		
CAVALCANTI, Stela Valéria. Violência doméstica contra a mulher no Brasil: análise da Lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06. Salvador: Podivm, 2007.		
COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do; AYRES, Lygia Santa Maria (Org.). Pivetes: encontros entre a Psicologia e o judiciário. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008.		
FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas . 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005.		
LIMA, Alba Abreu. Psicologia Jurídica: lugar de palavras ausentes. Aracaju: Evocati, 2008.		
SALES, Mione Apolinario. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.		
SCHREINER, Gabriela. Por uma cultura da adoção para a criança?: grupos, associações e iniciativas de apoio à adoção no Brasil. São Paulo, SP: Consciência Social, 2004.		
SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. Violência sexual contra crianças e adolescentes e eficácia social dos direitos infanto-juvenis: subsídio à formulação de políticas públicas ao município de Maceió. Maceió: EDUFAL, 2011.		

Disciplina Obrigatória: Avaliação Psicológica 1		Período: 6º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Fundamentos e caracterização do campo da Avaliação Psicológica. Fundamentos da Psicometria. Conceitos básicos, requisitos científicos, tipos e características dos testes psicológicos. Testes psicométricos e testes projetivos. Entrevista Psicológica: características e manejos no processo de avaliação.		
Bibliografia Básica:		
ANASTASI, Anne. Testes psicológicos . 2. ed. rev. São Paulo: EPU, 2003.		
BENJAMIN, A. A entrevista de ajuda . São Paulo: Martins Fontes, 2004.		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP, 2010. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Diretrizes.pdf		
CUNHA, J. A. et al. Psicodiagnóstico – V. 5 . ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2000.		
TRINCA, W. et al. Diagnóstico psicológico: a prática clínica. São Paulo: EPU, 1984.		
Bibliografia Complementar:		
AMPESAN, Adriana. (Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.		
BLEGER, J. Temas de Psicologia: entrevista e grupos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
HOGAN, Thomas P. Introdução à prática de testes psicológicos . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2006.		
SANTOS, Ernesto; SANTOS, Ernesto. A ética no uso dos testes psicológicos na informatização e na pesquisa . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.		
URBINA, Susana. Fundamentos da testagem psicológica . Porto Alegre: Artmed, 2007.		

Disciplina Obrigatória: Psicologia Escolar/Educacional 1		Período: 6º
CH Total: 54h	CH Teórica: 44h	CH Prática: 10h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
O campo e a conceituação social e histórica da Psicologia Escolar/Educacional. Os principais marcos teóricos da Psicologia Escolar/Educacional e seus impactos no contexto escolar brasileiro. O fazer do psicólogo no contexto escolar/educacional. Mapeamento das instituições escolares e não-escolares.		
Bibliografia Básica:		

AZZI, Roberta Gurgel; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves (Org.). **Psicologia e educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%Aancias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>

WECHSLER, S. M. (Org.). **Psicologia Escolar: pesquisa, formação e prática**. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CORREIA, M. **Psicologia e escola: uma parceria necessária**. São Paulo: Alínea, 2004.

GUZZO, Raquel Souza Lobo (Org.). **Psicologia escolar: LDB e educação hoje**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2012.

MARTINS, João Batista (Org.). **Psicologia e educação: tecendo caminhos**. São Carlos, SP: RiMa, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PATTO, M. H. S **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo; Casa do Psicólogo, 1996.

Estágio Básico 1		Período: 6º
CH Total: 72h	CH Teórica: 00h	CH Prática: 72h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Desenvolvimento de um projeto de intervenção em Psicologia nos múltiplos espaços de atuação psi.		
Bibliografia Básica:		
BEZERRA, Cássia de Castro; RIBEIRO, Flávia Regina Guedes; SANTOS, Maria Augusta Costa dos (Org.). Formação em Psicologia: reflexões sobre uma experiência de interiorização do ensino superior no agreste alagoano . Maceió: EDUFAL, 2011.		
BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). Psicologia e Compromisso Social . São Paulo: Cortez, 2003.		
BOCK, Ana Mercês Bahia; Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e direitos humanos: práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.		
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola . 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-esta-		

[gios-e-servicos-escola/](#)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos.** Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

MIRANDA, Simião de. **Oficina de dinâmica de grupos:** para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas: Papirus, 2013.

SANTOS, A. C.; NÓBREGA, D. O. Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 515-528, Abr./Jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0515.pdf>

Bibliografia Complementar:

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. **Psicologia da saúde:** um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar:** a atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: EPU, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil:** a inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Saude_mental.pdf

CORREIA, Mônica. **Psicologia e escola:** uma parceria necessária. Campinas: Alínea, 2004.

SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. **Psicologia Organizacional e do Trabalho:** teoria, pesquisa e temas correlatos. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde:** práticas, saberes e sentidos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Clínica 3		Período: 7º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Psicologia Clínica 2		
Ementa:		
Práticas clínicas em diversos contextos: saúde coletiva, instituições, família, infância, adolescência, idade adulta e envelhecimento. Perspectivas atuais da Psicologia Clínica. Demandas clínicas contemporâneas.		
Bibliografia Básica:		
COSTA, L. F.; BRANDÃO, S. N. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. Psicol. Soc. , v.17, n. 2, p.33-41, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27042.pdf		
FALCÃO, D. V. da S. (Org.). Maturidade e velhice: pesquisas e intervenções psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.		

LITVOC, Júlio. **Envelhecimento:** prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.

PAPARELLI, B. R.; NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F. Psicólogos em Formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 64-79, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Bibliografia Complementar:

BARRETO, Carmem Lúcia Brito Tavares; MORATO, Henriette Torgnetti Penha; CALDAS, Marcus Tulio (Org.). **Prática psicológica na perspectiva fenomenológica.** Curitiba: Juruá, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Suicídio e os desafios para a Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINAL-revisao61.pdf>

DETTMANN, E. M. A. A.; MARGOTTO, L. R. Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 3, p. 362-369, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000300362&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

DHEIN, G. **PAUSA! Clínica. Clínica política. Clínica ampliada: a produção do sujeito autônomo.** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul-RS, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/706/1/422701.pdf>

HILTON, Robert; HILTON, Virginia Wink; CAUDILL JR., O. Brandt. **Terapeutas em risco:** perigos da intimidade na relação terapêutica. São Paulo: Summus, 2001.

LANG, Charles Elias; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (Org.). **A produção na diversidade:** compromissos éticos e políticos em Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Disciplina Obrigatória: Avaliação Psicológica 2		Período: 7º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Avaliação Psicológica 1		
Ementa:		
A avaliação psicológica nos contextos profissionais: clínica, trabalho e organização, escola, jurídica e trânsito. Elaboração de documentos psicológicos (declaração, atestado, relatório/laudo e parecer). Aspectos éticos e legais em avaliação.		
Bibliografia Básica:		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 007/2003. Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da Avaliação Psicológica: textos geradores - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-		

content/uploads/2013/04/anodaavaliacaopsicologica_prop8.pdf

CUNHA, J. A. et al. **Psicodiagnóstico – V. 5.** ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia do Tráfego:** Características e desafios no contexto do MERCOSUL. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsicologiaTrafego_web12set16-2.pdf

FLORES, Carolina. Avaliação psicológica para cirurgia bariátrica: práticas atuais. ABCD, arq. bras. cir. dig., São Paulo, v. 27, supl. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-67202014000600059&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

RAFALSKI, Júlia; ANDRADE, Alessandro. Prática e Formação: Psicólogos na Peritagem em Porte de Arma de Fogo. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 35, n. 2, Abr./Jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000200599

SANTOS, Ernesto; SANTOS, Ernesto. **A ética no uso dos testes psicológicos na informatização e na pesquisa.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. **Avaliação psicológica nos contextos educativo e psicossocial.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Escolar/Educacional 2		Período: 7º
CH Total: 54h	CH Teórica: 44h	CH Prática: 10h
Pré-Requisito: Psicologia Escolar/Educacional 1		
Ementa:		
Base legal da educação: LDB 9394/96 e emendas posteriores, planos nacionais e estaduais de educação, educação para relações étnico-raciais, educação e acessibilidade às pessoas com deficiência, política de formação de professores e o Ensino Médio. Temas emergentes em Educação. Psicologia e políticas educacionais. Construção do projeto de intervenção nas escolas.		
Bibliografia Básica:		
ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; DADICO, Luciana; ALVES, Luiz Antônio; ROMAN, Marcelo Domingues; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Políticas Públicas em Educação & Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.		
FRIGOTTO, Gaudencio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.		
GUZZO, Raquel Souza Lobo (Org.). Psicologia escolar: LDB e educação hoje. 4. ed. Campinas: Alínea, 2012.		
Bibliografia Complementar:		
FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico Figueiró (Org.). Educação sexual: em busca de mudanças.		

Londrina: UEL, 2009. Disponível em:

<http://www.maryneidefigueiro.com.br/pdf/educacaosexual-embuscademudancas.pdf>

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: uma leitura crítica. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200011&lng=en&nrm=iso

GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, mar. 2013.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000100003&lng=pt&nrm=iso

KRAWCZYK, Nora Rut; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sergio. **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI**: reformas em debate. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

TANAMACHI, Elenita de Rício; SOUZA, Marilene Proença Rebello de; ROCHA, Marisa Lopes da. **Psicologia e Educação**: desafios teóricos-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Organizacional e do Trabalho 2		Período: 7º
CH Total: 54h	CH Teórica: 36h	CH Prática: 18h
Pré-Requisito: Psicologia Organizacional e do Trabalho 1		
Ementa:		
A prática da psicologia dentro da organização; metodologia e instrumentos intervenção; a organização como campo para pesquisa.		
Bibliografia Básica:		
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos : o capital humano das organizações. 8. ed. Atlas, 2004.		
BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. Elementos de comportamento organizacional . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1992.		
KANAANE, Roberto. Comportamento humano nas organizações : o homem rumo ao século XXI. 2. ed. Atlas, 2006.		
WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional : criando vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
Bibliografia Complementar:		
BERGAMINI, C. W; BERALDO, D. G. R. Avaliação de Desempenho humano na empresa . São Paulo: Atlas, 2008.		

BERGAMINI, C. W. **Psicologia aplicada à administração de empresas: Psicologia do comportamento organizacional**. São Paulo: Atlas, 2004.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento humano no trabalho**. São Paulo, SP: Pioneira, 1992-1996.

GOULART, Iris Barbosa. **Temas de Psicologia em Administração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. **Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Andrade; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **Psicologias, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Disciplina Obrigatória: Pesquisa em Psicologia 1		Período: 7º
CH Total: 54h	CH Teórica: 00h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Produção de conhecimento científico em Psicologia e suas implicações epistemológicas, filosóficas e sociais. Os objetos de estudos da Psicologia. Diversidade de métodos do conhecimento psicológico. Instrumentos e técnicas da pesquisa em Psicologia.		
Bibliografia Básica:		
GONZÁLEZ REY, Fernando; SILVA, Marcel Aristides Ferrada (Trad.). Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios . São Paulo: Pioneira, 2002.		
GONZÁLEZ REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação . São Paulo: Thompson, 2005.		
MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos . 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.		
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 4. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996.		
OLIVEIRA, Maria Martha Hubner d'. Ciência e pesquisa em Psicologia: uma introdução . São Paulo: EPU, 1984.		
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . São Paulo, SP: Cortez, 2007.		
Bibliografia Complementar:		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. Pesquisa participante: a partilha do saber . 2. ed. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.		
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia . 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa:		

planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1975.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Disciplina Obrigatória: Ênfase 1		Período: 7º
Temas em Direitos Humanos 1: Teorias de Gênero		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Genealogia do conceito de Gênero. Crítica teórica das correntes feministas contemporâneas. Identidades de gênero modernas e pós-modernas. Gênero e novas sociabilidades. Gênero, corpo e sexualidade. Gênero, Classe e Raça. Representações de gênero na produção cultural e nos meios de comunicação de massas.		
Bibliografia Básica:		
ALOS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 421-449, Ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a07.pdf		
AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em Psicologia. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, Abr. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000100011/12395		
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. Disponível em: https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler-problemasdegenero-ocr.pdf		
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. v. 20, n. 02, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf		
Bibliografia Complementar:		
CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Apr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf		
MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Rev. Estud. Fem. [online], v. 16, n. 2, p.333-357, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf		

PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade? **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 641-651, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a02.pdf>

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>

ROSEMBERG, Fúlvia. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-Posições**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 17-23, mar. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644211/11640>

Disciplina Obrigatória: Ênfase 2		Período: 7º
Temas em Formação Humana 1: Dimensões da Vida Humana		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
A dimensão da formação humana nas suas múltiplas determinações histórica, social, política, econômica e subjetiva na contemporaneidade e seus limites e possibilidades de transformação com foco no processo da emancipação humana. A existência do gênero humano, o afeto, as relações sociais, as novas tecnologias e seus desdobramentos sociais e subjetivos na sociedade contemporânea. A ética e a condição humana no contexto da sociedade do capital e seus impactos. A violência e a marginalização na sociedade brasileira. As relações de dominação na sociedade de classes e seus modos de subjetivação.		
Bibliografia Básica:		
BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. (Org.). Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia . São Paulo: Cortez, 2015.		
HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . São Paulo: Edições Loyola, 2006.		
ROSE, Nicolas. Como se deve fazer a história do eu? Educação & Realidade , v. 22, n. 1, p. 33-57. 2001. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/41313/26145;como		
TUPINAMBÁ, Casé Angatu Xucuru (Carlos José Ferreira dos Santos). Cartas indígenas. In: GALINDO, Dolores; PEREIRA, Maristela de Souza; RASERA, Emerson Fernando (Orgs.). Democracia participativa, estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção . Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/carol/Downloads/DemocraciaparticipativaEstadoeLaicidade.pdf		
Bibliografia Complementar:		
ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do Pensamento Pós-Colonial à Psicologia Política. Revista Psicologia Política , v. 15, n. 34, p. 647-661, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012		
ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo		

metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010. Disponível em: http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. Campinas, SP: UNICAMP: Cortez, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. Ashis Nandy e as vicissitudes do self: crítica, subjetividade e civilização indiana. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 31-58, Abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132010000100002&lng=en&nrm=iso

GONÇALVES, M. Graça M; BOCK, Ana Mercês Bahia. **A dimensão subjetiva da realidade:** uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial:** formas de vida produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MÉZSÁROS. I. **Para além do capital.** São Paulo; Boitempo, 2002.

Estágio Básico 2		Período: 6º
CH Total: 72h	CH Teórica: 00h	CH Prática: 72h
Pré-Requisito: Estágio Básico 1		
Ementa:		
Desenvolvimento de um projeto de intervenção em Psicologia nos múltiplos espaços de atuação psi.		
Bibliografia Básica:		
BEZERRA, Cássia de Castro; RIBEIRO, Flávia Regina Guedes; SANTOS, Maria Augusta Costa dos (Org.). Formação em Psicologia: reflexões sobre uma experiência de interiorização do ensino superior no agreste alagoano. Maceió: EDUFAL, 2011.		
BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez, 2003.		
BOCK, Ana Mercês Bahia; Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e direitos humanos: práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.		
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola. 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf		
MIRANDA, Simião de. Oficina de dinâmica de grupos: para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas: Papyrus, 2013.		

SANTOS, A. C.; NÓBREGA, D. O. Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 515-528, Abr./Jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0515.pdf>

Bibliografia Complementar:

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. **Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais**. São Paulo: EPU, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil: a inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Saude_mental.pdf

CORREIA, Mônica. **Psicologia e escola: uma parceria necessária**. Campinas: Alínea, 2004.

SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. **Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Disciplina Obrigatória: Psicologia e Saúde Mental 3		Período: 8º
CH Total: 54h	CH Teórica: 34h	CH Prática: 20h
Pré-Requisito: Psicologia e Saúde Mental 2		
Ementa:		
A Psicologia e a Psicopatologia: principais perspectivas teóricas acerca dos principais transtornos mentais. Métodos de investigação e de intervenção na Psicologia em saúde mental. Elaboração e aplicação de projeto de oficinas terapêuticas com foco na saúde mental.		
Bibliografia Básica:		
BAREMBLITT, Gregorio Franklin. Grupos: teoria e técnica . Rio de Janeiro: Graal, 1986.		
BARLOW, David H.; DURAND, Vincent Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada . tradução da quarta edição norte-americana. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.		
HOLMES, David Sheridan. Psicologia dos transtornos mentais . 2. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.		
MIRANDA, Simião de. Oficina de dinâmicas de grupos: para empresas, escolas e grupos comunitários . Campinas: Papyrus, 2013.		
ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família . Cortez, 2003.		
Bibliografia Complementar:		

- COSTA, Gley P. **A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DIAS, Victor Roberto Ciacco da Silva. **Psicopatologia e psicodinâmica na análise psicodramática**. São Paulo: Ágora, 2006.
- DUMAS, Jean E.; MURAD, Fátima (Trad.). **Psicopatologia da infância e da adolescência**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FERNANDES, Maria Helena. **Transtornos alimentares: anorexia e bulimia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. Disponível em:
http://oaprendizverde.com.br/downloads/Focault_PierreRiviere.pdf
- HOLANDA, Adriano. Saúde e Doença em Gestalt-Terapia: aspectos filosóficos. **Revista Estudos de Psicologia**, 1998, v. 15, n. 2, p. 29-44. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Adriano_Holanda2/publication/279217722_Saude_e_doenca_em_Gestalt-Terapia_aspectos_filosoficos/links/580e2ef908ae7525273d09c7/Saude-e-doenca-em-Gestalt-Terapia-aspectos-filosoficos.pdf
- LOPES, E.; LOPES, R.; LOBATO, G. Algumas considerações sobre o uso do diagnóstico classificatório nas abordagens comportamental, cognitiva e sistêmica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 45-54, jan./abr. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n1/v11n1a06.pdf>
- YONTEF, Gary M.; STERN, Eli (Trad.). **Processo, diálogo e awareness: ensaios em Gestalt-Terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

Disciplina Obrigatória: Psicologia Escolar/Educacional 3		Período: 8º
CH Total: 54h	CH Teórica: 44h	CH Prática: 10h
Pré-Requisito: Psicologia Escolar/Educacional 2		
Ementa:		
Atuação do Psicólogo na abordagem das queixas escolares. Implementação de um projeto de intervenção na escola para trabalhar temas específicos. Análise crítica das concepções de dificuldade de aprendizagem. Análise de situações de não aprendizagem, considerando as condições sócio-históricas incidentes no fracasso ou sucesso escolar. Mecanismos de rotulação e culpabilização no cotidiano escolar.		
Bibliografia Básica:		
ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Família, escola e a dificuldade de aprendizagem: intervindo sistemicamente. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 7, n. 2, p. 171-178, Dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572003000200007&lng=en&nrm=iso		
DUARTE, N. Vigotski e O “Aprender a Aprender” : crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.		
LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SUZUKI, Mariana Akemi. Medicalização dos		

problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 46-54, Abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100046&lng=en&nrm=iso

MACHADO, Adriana Marcondes.; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. (Org.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FRANCISCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). **Afetividade e práticas pedagógicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar**. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2008.

Disciplina Obrigatória: Pesquisa em Psicologia 2		Período: 8º
CH Total: 36h	CH Teórica: 36h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: Pesquisa em Psicologia 1		
Ementa:		
Elaboração de um pré-projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.		
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.		
GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios . São Paulo: Pioneira, 2002.		
Bibliografia Complementar:		
BASTOS, Lília da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias . 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2004.		
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 19. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.		
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo:		

EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Disciplina Obrigatória: Inclusão de Pessoas com Deficiência		Período: 8º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
<p>Concepções de deficiência. Modelo médico e modelo social de deficiência. Panorama histórico do atendimento educacional às pessoas com deficiência. Acessibilidade e políticas sociais direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Tipos e concepções de deficiência. As interfaces entre a Psicologia e a inclusão de pessoas com deficiência.</p>		
Bibliografia Básica:		
<p>BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Org.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.</p> <p>DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Rev. int. direitos human., São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004&lng=pt&nrm=iso</p> <p>KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educ. rev., Curitiba, n. 41, p. 61-79, Set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300005&lng=en&nrm=iso</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>AQUINO, Julio Groppa (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf</p> <p>JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.</p> <p>SMITH, Deborah Deustch. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.</p>		

Disciplina Obrigatória: Ênfase 1 Temas em Direitos Humanos 2: Relações Étnico-Raciais		Período: 8º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Colonialidade e descolonialidade do poder. Relações étnico-raciais, colonialismo e modernidade. Raça, etnia, racismo. Preconceito e discriminação racial. Identidade étnico-racial. Branquitude. Espaço, território e Territorialidade. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Movimentos sociais e luta política.		
Bibliografia Básica:		
CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. Psicologia social do racismo: estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.		
FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4. ed. rev. São Paulo, SP: Global, 2009.		
GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro: 34, 2001.		
GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Racismo e antirracismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.		
SCHWARCZ, Lilia. O espetáculo da miscigenação. Revista Estudos Avançados , v. 8, n. 20, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf		
Bibliografia Complementar:		
BOARINI, Maria Lúcia. Raça, higiene social e nação forte: mitos de uma época. Maringá: EDUEM, 2011.		
IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.		
LANDER, Edgard. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1993. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf		
QUIJANO, Aníbal. Cuestinos y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf		
SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade , v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/10.pdf		

Disciplina Obrigatória: Ênfase 2 Temas em Formação Humana 2: Contextos de Saúde		Período: 8º
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		

Ementa:
Estudo de temas teórico-práticos de interesse da Psicologia em interlocução com o campo da saúde (saúde coletiva e clínica ampliada) e formas de produção de subjetividade com fins de desenvolvimento e emancipação humana. Sofrimento na sociedade contemporânea. Processos de patologização da vida cotidiana.
Bibliografia Básica:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf
CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org.). Tratado de saúde coletiva . 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2008.
FONSECA, Angélica Ferreira (Org.). O território e o processo saúde-doença . Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/124.pdf
SPINK, Mary Jane P. Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
Bibliografia Complementar:
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. V Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas – Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas . Brasília: CFP, 2011. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/seminarionacional-23-05-11-vers%C3%A3o-corrigida-FINAL.pdf
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde . 2015. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf
PATTO, Maria Helena Souza. Mutações do cativeiro: escritos de Psicologia e Política. São Paulo: EDUSP, 2000.
POMBO, Mariana. Medicalização do sofrimento na cultura terapêutica. Vulnerabilidade e normalidade inalcançável. Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde , v. 11, n. 1, jan.-mar. 2017. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1235/pdf1235
VILHENA Junia. Da Claustrofobia à Agorafobia. Cidade, Confinamento e Subjetividade. Revista Rio de Janeiro , n. 9, p. 77-90, jan./abr. 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_077.pdf

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		Período: 9º
CH Total: 36h	CH Teórica: 36h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		

Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.
Bibliografia Básica:
BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.
GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios . São Paulo: Pioneira, 2002.
Bibliografia Complementar:
BASTOS, Lília da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias . 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2004.
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 19. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas . São Paulo: EPU, 1986.
MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Estágio Específico 1		Período: 9º
CH Total: 220h	CH Teórica: 00h	CH Prática: 220h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Trabalhos de intervenção na realidade, nas áreas específicas escolhidas pela/o estudante.		
Bibliografia Básica:		
BEZERRA, Cássia de Castro; RIBEIRO, Flávia Regina Guedes; SANTOS, Maria Augusta Costa dos (Org.). Formação em Psicologia: reflexões sobre uma experiência de interiorização do ensino superior no agreste alagoano . Maceió: EDUFAL, 2011.		
BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). Psicologia e Compromisso Social . São Paulo: Cortez, 2003.		
BOCK, Ana Mercês Bahia; Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e direitos humanos: práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.		
CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola . 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/		

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

MIRANDA, Simião de. **Oficina de dinâmica de grupos**: para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas: Papyrus, 2013.

SANTOS, A. C.; NÓBREGA, D. O. Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 515-528, Abr./Jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0515.pdf>

Bibliografia Complementar:

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. **Psicologia da saúde**: um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar**: a atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: EPU, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil**: a inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Saude_mental.pdf

CORREIA, Mônica. **Psicologia e escola**: uma parceria necessária. Campinas: Alínea, 2004.

SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. **Psicologia Organizacional e do Trabalho**: teoria, pesquisa e temas correlatos. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		Período: 10º
CH Total: 36h	CH Teórica: 36h	CH Prática: 00h
Pré-Requisito: ---		
Ementa:		
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.		
Bibliografia Básica:		
BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som : um manual prático. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.		
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.		
GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa qualitativa em Psicologia : caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira, 2002.		
Bibliografia Complementar:		

BASTOS, Lília da Rocha. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 19. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Estágio Específico 2		Período: 10º
CH Total: 220h	CH Teórica: 00h	CH Prática: 220h
Pré-Requisito: Estágio Específico 1		
Ementa:		
Trabalhos de intervenção na realidade, nas áreas específicas escolhidas pela/o estudante.		
Bibliografia Básica:		
<p>BEZERRA, Cássia de Castro; RIBEIRO, Flávia Regina Guedes; SANTOS, Maria Augusta Costa dos (Org.). Formação em Psicologia: reflexões sobre uma experiência de interiorização do ensino superior no agreste alagoano. Maceió: EDUFAL, 2011.</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>BOCK, Ana Mercês Bahia; Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e direitos humanos: práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.</p> <p>CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Carta de serviços sobre estágios e serviços-escola. 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola/</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf</p> <p>MIRANDA, Simião de. Oficina de dinâmica de grupos: para empresas, escolas e grupos comunitários. Campinas: Papyrus, 2013.</p> <p>SANTOS, A. C.; NÓBREGA, D. O. Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. 2, p. 515-528, Abr./Jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0515.pdf</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. Psicologia</p>		

da saúde: um novo significado para a prática clínica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia hospitalar:** a atuação do psicólogo em hospitais. São Paulo: EPU, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil:** a inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Saude_mental.pdf

CORREIA, Mônica. **Psicologia e escola:** uma parceria necessária. Campinas: Alínea, 2004.

SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. **Psicologia Organizacional e do Trabalho:** teoria, pesquisa e temas correlatos. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SPINK, Mary Jane P. **Psicologia social e saúde:** práticas, saberes e sentidos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

11.8.2 EMENTAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

Disciplina Eletiva: Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de seu histórico, estrutura gramatical, expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda. Caracterização e reflexão sobre o uso e a importância da LIBRAS em sala de aula.		
Bibliografia Básica:		
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e filosofia, 1995.		
FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de línguas de sinais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2010.		
QUADROS, R. Muller. de. Educação de surdo: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.		
Bibliografia Complementar:		
COUTINHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.		
FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.		
LOPES FILHO, Otacílio (Org.). Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.		
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia		

das Letras, 1998.

SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática**. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

Disciplina Eletiva: Psicologia e Ruralidades		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
<p>O rural como categoria analítica à produção da psicologia social. Processos psicossociais e ruralidades. Identidades rurais e processos de subjetivação. Epistemologias do homem comum, tradição, oralidade e modernidade. O rural e o urbano na composição da ruralidade contemporânea. Luta política e formas de resistência das comunidades tradicionais aos Movimentos sociais do campo. Metodologias para pesquisa e intervenção no universo rural.</p>		
Bibliografia Básica:		
<p>ALBUQUERQUE, C. F.; LUSA, M.; G.; SILVA, M. E. F. Uma abordagem multidisciplinar sobre o semiárido alagoano. Maceió: Edufal, 2015.</p> <p>GONÇALVES, J. M. Psicologia e povos indígenas: uma experiência e algumas reflexões acerca do papel do psicólogo. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org.). Psicologia e povos indígenas. São Paulo: CRPSP, 2010. Disponível em: http://www.crpasp.org/fotos/pdf-2015-10-02-17-25-51.pdf</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2009.</p> <p>MARTINS, José de Souza. A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.</p> <p>SILVA, Kátya de Brito e; MACEDO, João Paulo. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 37, n. 3, p. 815-830, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300815&lng=en&nrm=iso</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>COSTA, M. G.; LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. Estud. psicol. (Natal), v. 19, n. 2, Natal Abr./Jun., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/epsic/v19n2/07.pdf</p> <p>LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Orgs.). Psicologia e contextos rurais. Rio grande do Norte: EDUFRN, 2013.</p> <p>RODRIGUES, H. B. C. O homem sem qualidades. História oral, memória e modos de subjetivação. Estudos e Pesquisa em Psicologia, v. 4, n. 2, p. 24-46, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n2/v4n2a03.pdf</p> <p>SILVA, S. R. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 14, n. 19, p. 73-89, Jul./Dez., 2011. Disponível em:</p>		

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1801-5350-1-PB.pdf>

VALENTIM, R. P. F.; TRINDADE, Z. Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22, Jul-Dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a08.pdf>

Disciplina Eletiva: Psicologia, Educação e Semiárido		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
O semiárido como contexto de desenvolvimento humano. Movimentos sociais e educação. Educação do e no campo e atuação do psicólogo nesse contexto. Desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes no semiárido. Práticas de grupo como proposta de intervenção. Educação popular.		
Bibliografia Básica:		
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencia1.pdf		
FERREIRA, K.; BONFIM, Z. Juventude no semiárido nordestino: caminhos e descaminhos da emigração. Revista Psicologia e Contextos Rurais . Disponível em: http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/20246/1/2013_capliv_zacbofmim.pdf		
MANÇANO FERNANDES, B. Educação do Campo: campo, políticas públicas e educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. Disponível em: file:///home/users/1803840/Downloads/por_uma_educacao_do_campo.pdf		
LEITE, Jäder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e contextos rurais . EDUFRRN: Natal, 2013.		
SOUSA E SILVA, Conceição de Maria de; LIMA, Elmo de Souza; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene Alves Lopes da (Orgs.). Semiárido Piauiense: Educação e Contexto. INSA. Campina Grande: 2010. Disponível em: https://portal.insa.gov.br/images/acervo-livros/Semi%20%C3%A1rido%20Piauiense%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Contexto.pdf		
Bibliografia Complementar:		
CARVALHO, Alysson Massote; RODRIGUES, Cristiano Santos; MEDRADO, Kelma Soares. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. Estudos de Psicologia (Natal) , Natal, v. 10, n. 3, Dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2005000300006&script=sci_abstract&tlng=pt		
FURLANI, Daniela Dias; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. Psicologia e Sociedade . Florianópolis, v. 22, n. 1, Abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a07.pdf		
KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.		

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. Educação sexual na escola a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000100017

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 2008. Disponível em: <http://lelivros.love/book/download-livro-infancia-graciliano-ramos-em-epub-mobi-e-pdf/>

TEIXEIRA, Fernando Silva et al. Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 1, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100003

Disciplina Eletiva: Psicologia e a Vida Cotidiana dos Homens		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
A perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. A relação das categorias consciência e alienação com a produção social, tendo o cotidiano como palco da produção e reprodução da existência humana.		
Bibliografia Básica:		
HELLER, A. O cotidiano e a história . São Paulo: Paz e Terra, 2008.		
LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo . São Paulo: Editora Moraes, 2004.		
NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. Cotidiano, conhecimento e crítica . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
Bibliografia Complementar:		
BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. A dimensão subjetiva da realidade : uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.		
BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). Psicologia Sócio-Histórica : uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2009.		
LUKÁCS, G. Ontologia do ser social . São Paulo: Boitempo, 2013.		
MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos . São Paulo: Boitempo, 2012.		
MOLON, S. I. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.		

Disciplina Eletiva: Histórico e Fundamentos de Psicologia Política		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Elementos históricos e principais pressupostos da Psicologia Política enquanto campo interdisciplinar, com foco nas suas interfaces com as Políticas Públicas e os Movimentos		

Sociais.
Bibliografia Básica:
<p>MONTERO, Maritza. Una orientacion para la psicologia politica en America Latina. Psicología Política, n. 3, p. 27-43, 1991. Disponível em: https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N3-2.pdf</p> <p>MONTERO, Maritza. Para qué Psicología Política? Revista Psicologia Política, v. 9, n. 18, p. 199-213, jul.-dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000200002</p> <p>MONTERO, Maritza; DORNA, Alejandro. La psicología política: una disciplina en la encrucijada. Revista Latinoamericana de Psicología, año/vol. 25, número 001. Fundación Universitaria Konrad Lorenz. Bogotá, Colombia, 1993. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/805/80525101.pdf</p>
Bibliografia Complementar:
<p>PRADO, Marco Aurélio M. Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. Revista Psicologia Política, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.each.usp.br/rpp/index.php/RPPEACH/article/view/8/9</p> <p>SABUCEDO, Jose Manuel; RODRIGUES, Mauro. La construccion social de la Psicologia Politica. Suma Psicologica, Universidad de Santiago de Compostela, Espanha, v. 7, n. 1, p. 1-14, mar. 2000. Disponível em: http://publicaciones.konradlorenz.edu.co/index.php/sumapsi/article/view/208</p> <p>SILVA, A.; CÔRREA, F. No interstício das disciplinaridades: a psicologia política. Curitiba: Prismas, 2015.</p>

Disciplina Eletiva: Teoria Psicanalítica		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Estudo dos fundamentos da Psicanálise. Principais conceitos e o método na teoria psicanalítica. As estruturas clínicas. A clínica Psicanalítica. As possibilidades e contextos de atuação da Psicanálise.		
Bibliografia Básica:		
<p>FREUD, Sigmund; STRACHEY, James; FREUD, Anna; STRACHEY, Alix; TYSON, Alan; SALOMÃO, Jayme. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.</p> <p>ROUDINESCO, Elisabeth. Por que a Psicanálise? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p> <p>ZIMERMAN, David E. Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p>		
Bibliografia Complementar:		
BRENNER, Charles. Noções básicas de psicanálise: introdução à psicologia psicanalítica . 3.		

ed. rev. e aum. São Paulo: IMAGO: EDUSP, 1975.

COSTA, Gley P; COSTA, Gley P. **A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Acaso e repetição em psicanálise**: uma introdução à teoria das pulsões. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

QUINET, A. **As 4 + 1 condições da análise**. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANDLER, J. **O paciente e o analista**: fundamentos do processo psicanalítico. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

Disciplina Eletiva: Introdução à Gestalt-Terapia		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Fundamentos filosóficos. O método e a postura fenomenológico-existencial. Principais conceitos da Gestalt-Terapia. A clínica na Abordagem gestáltica. As condições facilitadoras, atitude terapêutica e experimentação em Gestalt-Terapia.		
Bibliografia Básica:		
GINGER, Serge; GINGER, Anne. Gestalt – Uma Terapia do Contato . 2. Ed. São Paulo: Summus, 1996.		
HYCNER, Richard. De Pessoa a Pessoa : psicoterapia dialógica. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.		
PERLS, Fritz. A Abordagem Gestáltica e Testemunha Ocular em Terapia . 2. Ed. São Paulo: Psyche, 1988.		
RIBEIRO, Jorge Ponciano. Gestalt-Terapia : refazendo um caminho. 7. Ed. São Paulo: Summus, 2012.		
Bibliografia Complementar:		
BUBER, Martin. Eu e tu . 10. ed. São Paulo: Centauro, 2006.		
CARDELLA, Beatriz H. P. A construção do psicoterapeuta : uma abordagem gestáltica. São Paulo: Summus, 2002.		
FONSECA, Afonso Henrique Lisboa da. Ensaio em Gestalt Terapia . Maceió: Pedang, 2005. Disponível em: http://www.academia.edu/555984/Ensaio em Gestalt Terapia		
FONSECA, Afonso Henrique Lisboa da. Gestalt-Terapia Fenomenológico-Existencial . Maceió: Pedang, 2005.		
POLSTER, Erving; POLSTER, Miriam. Gestalt-Terapia Integrada . Belo Horizonte: Interlivros, 2001.		
RIBEIRO, Walter. Existência-Essência : Desafios Teóricos e Práticos das Psicoterapias Relacionais. São Paulo: Summus, 1998.		

Disciplina Eletiva: Fundamentos da Análise do Comportamento		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Analisar criticamente o arcabouço técnico-metodológico da matriz psicológica comportamental, identificando os fundamentos filosóficos das concepções de homem e de ciência, considerando os fatores sócio-históricos, políticos e culturais inerentes à constituição desta matriz.		
Bibliografia Básica:		
SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano . 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.		
SKINNER, B. F. Sobre o behaviorismo . 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.		
TODOROV, J. C. Behaviorismo e análise experimental do comportamento in: Cadernos de Análise do Comportamento , n. 3, p. 10-23, 1982. Disponível em: https://chasqueweb.ufrgs.br/~slomp/behaviorismo/behav10.htm		
Bibliografia Complementar:		
BAQUÉ, E. F. Um exemplo paradigmático das relações conflituosas entre ciência e ideologia: a resistência ao behaviorismo na França. Revista Brasileira de Análise do Comportamento , v. 3, n. 1, p. 1-16, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/820/1157		
MATOS, M. A. Behaviorismo Metodológico e Behaviorismo Radical. In: Bernard Rangé (Org.). Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas . Campinas, Editorial Psy, 1995.		
SKINNER, B. F. Reflections on Behaviorism and Society, 1978, Cap. 4. Prentice – Hall: Englewood Cliffs, N. J. Trabalho apresentado na Humanist Society, São Francisco, maio/1972. Publicação original: The Humanist, julho/agosto, 1972.		
TODOROV, João; MOREIRA, Maisa. Análise Experimental do Comportamento e Sociedade: Um Novo Foco de Estudo. Psicologia: Reflexão e Crítica , v. 17, n. 1, p. 25-29, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v17n1/22302.pdf		
TOURINHO, Emmanuel. A Produção de Conhecimento em Psicologia: a análise do comportamento. Psicologia Ciência e Profissão , v. 23, n. 2, p. 30-41, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n2/v23n2a06		

Disciplina Eletiva: Fundamentos da Terapia Cognitivo Comportamental		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Construção e desenvolvimento da matriz psicológica cognitiva. Fundamentos filosóficos que subjazem às concepções de homem e de ciência. Fatores sócio-históricos, políticos e culturais		

inerentes à constituição desta matriz.

Bibliografia Básica:

FONSECA, Vitor da. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem:** abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WRIGHT, Jesse H.; BASCO, Monica R.; THASE, Michael E.; KNAPP, Paulo. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental:** um guia ilustrado. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

ABIB, José Antônio Damásio. Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 237-247, Dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37721999000300007&lng=en&nrm=iso

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento e cognição.** 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6MZeBCnwUbkMUp2V3ItVWxWdWM/view>

DEL NERO, H. S. **O sítio da mente:** pensamento, emoção e vontade no cérebro humano. São Paulo: Collegium Cognitio, 1997.

NEUFELD, C.; BRUST, P.; STEIN, L. Bases Epistemológicas da Psicologia Cognitiva Experimental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 103-112, Jan.-Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n1/a13v27n1.pdf>

PENIDO, Maria. **Tratamento cognitivo comportamental em grupo para fobia social:** desenvolvimento e avaliação de uma proposta combinando teatro do oprimido e videofeedback. Tese de doutorado. UFRJ, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&coobra=150258

Disciplina Eletiva: Fundamentos Ontológicos da Psicologia Sócio-Histórica

CH Total: 54h

CH Teórica: 54h

CH Prática: 00h

Ementa:

As relações entre a filosofia, as ciências e a Psicologia. A constituição das teorias e sistemas psicológicos e suas bases epistemológicas. A constituição e a ocupação do espaço psicológico. A formação das escolas em Psicologia. Objetos, métodos, conceitos e aplicações das Matrizes estruturalistas, funcionalistas, Behavioristas e Cognitivistas da formação do pensamento psicológico.

Bibliografia Básica:

BOCK, A. M. B.; GONÇAVES, M. G. M; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica:** uma perspectiva crítica em psicologia. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia do ser social de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Bibliografia Complementar:

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 2004.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Disciplina Eletiva: Psicologia e Análise do Discurso

CH Total: 54h

CH Teórica: 54h

CH Prática: 00h

Ementa:

A psicologia e sua interface com os estudos da Linguagem. História da Linguística. Elementos da Sociolinguística. Psicanálise e linguagem. Marxismo e Filosofia da Linguagem. Princípios e Procedimentos em Análise do Discurso.

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL, Luciana. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Ling. Est. e Pesq.**, Catalão-GO, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. Disponível em:
https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1293227/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf

PECHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 1990.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. **Dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. 1997.

MACEDO, Gilberto de. **A política da palavra**. 3. ed. Maceió: SERGASA, 1994.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do obvio**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

Disciplina Eletiva: Técnicas de Entrevista Psicológica		
CH Total: 54h	CH Teórica: 54h	CH Prática: 00h
Ementa:		
Elementos básicos da teoria e da prática da entrevista psicológica. Diferentes tipos de entrevista psicológica. Relação entre entrevistador e entrevistado. Entrevista com crianças, adolescentes, adultos e grupos.		
Bibliografia Básica:		
<p>AMPESSAN, Adriana. (Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.</p> <p>Bleger, José. Temas de Psicologia: Entrevista e Grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p> <p>CUNHA, J. A. Psicodiagnóstico V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>		
Bibliografia Complementar:		
<p>BENJAMIN, Alfred. A entrevista de ajuda. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>CALLIGARIS, C. Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>LEAL, I. A entrevista psicológica: técnica, teoria e clínica. Lisboa: Fim de século, 2008.</p> <p>SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Avaliação psicológica nos contextos educativo e psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.</p> <p>TRINCA, W. Diagnóstico psicológico: a prática clínica. São Paulo: EPU, 1984. Disponível em: https://docero.com.br/doc/s0588</p>		

11.9 PROPOSTA CURRICULAR

A proposta curricular exposta neste PPC é coerente com os Princípios Básicos de Formação na Graduação presentes no PPI da UFAL. Nesse documento, são dispostos alguns princípios básicos, sendo que, no caso deste PPC, trabalhar-se-á com: a) Articulação entre

teoria e prática; e b) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a partir do Programa de Extensão Direitos Humanos e Formação Humana.

Além disso, discorre-se sobre: os Estágios Supervisionados; o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); as Atividades Acadêmicas, Científico-Culturais; a Interdisciplinaridade e a Flexibilização Curricular; e o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante – ENADE.

11.9.1 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Conforme o PPI da UFAL, compreende-se a articulação teoria e prática como um princípio que se distancia da lógica positivista de produção de conhecimentos, buscando propiciar à/ao estudante envolvimento com problemas reais e contato com diferentes dimensões de tais problemas, de modo a influenciar na elaboração de possíveis soluções. Nesse sentido, a/o estudante não segue o papel de mero receptor de informações, assumindo a posição de ser sujeito da produção do conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a).

A adoção de tal compreensão tem o intuito de superar uma visão de teoria e prática como se a prática fosse a mera aplicação da teoria. Tal visão dicotomiza polos que, embora antagônicos, são dialéticos na medida em que não há como produzir práticas contextualizadas, críticas e alinhadas a um projeto ético-político que visem à transformação social sem uma sólida base teórico-metodológica que dialogue com a realidade social e com a produção das práticas. Todavia, a dicotomia entre teoria e prática pode produzir discussões teóricas marcadas pela abstração e distanciamento da realidade, bem como práticas meramente executivas, sem um caráter reflexivo, e desarticulado dos fundamentos epistemológicos e teóricos da ação da/o psicóloga/o.

O exposto tem como finalidade alertar para a relevância da reformulação do PPC em tela, posto que esse é um dos tópicos mais fortemente questionados. Em sua análise do PPC de Psicologia de Palmeira dos Índios (versão de 2009), Nóbrega (2017, p. 155) observou uma

[...] fragmentação [...] nas relações entre a teoria e a prática, em que esta última se vê formalmente circunscrita aos estágios e a uma única disciplina. Tal condição abre possibilidades de desarticulação entre teoria e prática em

vários âmbitos já que não há garantias de que, no planejamento das disciplinas, será enfocada essa relação.

Com efeito, a autora pondera que há uma boa profusão no curso de Projetos de Extensão que atuam mais enfaticamente nessa relação entre teoria e prática, porém, isso não está bem explícito no PPC, o que enfraquece a consolidação e continuidade das propostas.

A desarticulação entre teoria e prática também foi evidenciada no anteriormente citado I Encontro Consultivo de Psicologia. Conforme os relatórios colecionados nos Grupos de Discussão, a relação entre teoria e prática é, em boa parte do curso, frágil, necessitando de um maior cuidado no processo de reformulação.

Tais observações não são exclusividade do curso de Palmeira dos Índios, tampouco são índices apenas da atual formação em Psicologia. Entre estudos empreendidos em tempos de Currículo Mínimo e outros realizados já no período das DCN, observa-se o distanciamento entre a formação e as demandas impostas no exercício profissional (MELLO, 2010; BASTOS, GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010).

Tais estudos não deixam dúvidas de que as dificuldades ora elencadas são históricas na Psicologia, o que exige atenção para reflexões que permitam uma maior aproximação entre a teoria e prática. Para tanto, concorda-se com Nóbrega (2017, p. 281-282) em sua proposição de que

[...] uma das trilhas para a superação das dificuldades de articulação entre teoria e prática perpassa pela criação de uma cultura de reflexões e questionamentos, em que os estudantes e futuros profissionais dialoguem cotidianamente com seu trabalho, com seus parceiros e com seus norteadores teórico-metodológicos. É indiscutível que os fundamentos teóricos são indispensáveis para nortear as ações do psicólogo em seu trabalho e, nesse sentido, sua formação deve prever conversações entre diferentes realidades, saber lidar com as contradições, inserir as possibilidades de negociação com as condições objetivas e a compreensão de que a implementação de novas formas de atuar não é linear e direta, mas perpassa conflitos, descompassos e a abertura ao diálogo.

Diante disso, no presente PPC, ressalta-se a necessidade de superar a concepção que restringe a prática ao estágio, bem como se atenta para o lugar que o conhecimento possui, devendo o processo formativo buscar contextualização desse conhecimento, obedecendo, assim, o perfil, os objetivos, as competências e as habilidades assumidas neste documento.

Nesse sentido, a articulação entre teoria e prática ocorrerá não somente no período de estágio, como também nas componentes curriculares vinculadas à extensão. Além disso, tal articulação está presente em disciplinas como Processos de Desenvolvimento 3, Psicologia Escolar/Educacional 1, 2 e 3, Psicologia Social-Comunitária, Psicologia e Saúde Mental 3, Psicologia Organizacional e do Trabalho 2 e no incentivo à criação de fóruns de discussão entre estudantes, docentes e psicólogos/os que exponham a prática, suas demandas e contradições e busquem aliá-la aos conhecimentos produzidos.

11.9.2 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

No PPC ora exposto, tem-se como um dos elementos centrais da formação da/o psicóloga/o a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, segue-se com o PPI da UFAL em sua defesa de que tal articulação gera

[...] um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendem a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, deve estar presente na própria concepção de prática educativa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a, p. 34).

Também no Estatuto da UFAL a defesa do referido tripé está presente, tanto em um de seus princípios, “a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, como em um dos objetivos institucionais da UFAL: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2016, p. 6).

Nesse sentido, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão alia-se ao princípio da articulação entre teoria e prática, anteriormente discutido, na medida em que, para atender as demandas pela construção de conhecimentos sobre os problemas do mundo atual e pela atuação na comunidade, parte-se do entendimento de que a formação não deve se resumir ao ensino em sala de aula. O desafio, pois, é transpor a lógica tradicional de ensino, promovendo o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Tal desafio não se resolve apenas com a presença de projetos de pesquisa ou extensão que sigam apartados da organização curricular. Com efeito, é válido registrar que o curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL tem uma tradição relevante em propostas extensionistas, com um número significativo de programas, projetos, cursos e eventos, inseridos nas áreas da educação, saúde coletiva, trabalho, assistência social, gênero, além do trabalho com comunidades tradicionais etc. (NÓBREGA, 2017).

Neste projeto, estão previstas atividades de extensão relativas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), que são componentes curriculares obrigatórios, como também o incentivo ao desenvolvimento de programas, projetos, cursos de extensão que possam ser vinculados às atividades complementares. Frise-se que a presença de tais proposições deve demarcar que a extensão no curso não se restringirá às ACE, mas estará presente em vários projetos que serão desenvolvidos conforme os editais da UFAL para extensão.

Dentre os quais, destaca-se o trabalho do Grupo PET-NESAL, que tem por objetivo realizar pesquisas e práticas extensionistas na realidade do semiárido alagoano, tendo como norte ético-político a produção dos conhecimentos aliados a uma postura horizontalizada entre os saberes e as realidades investigadas, em um encontro que possibilita trocas de saberes, de experiências, de concepções interpretativas na construção de uma relação dialógica necessária à construção de conhecimentos.

Essa maneira de compreender os modos de produção dos saberes desestrutura as hierarquias presentes em nossa sociedade quanto às formas de conhecimento, que de modo verticalizado anula os saberes não científicos. Em nossas propostas de trabalho se estabelece um regime participativo e democrático na produção do saber, no qual os atores sociais envolvidos, com suas vivências e experiências, produzem sobre a realidade conhecimentos de si e do mundo.

Assim, diante da diversidade de experiências, leituras, metodologias e tecnologias produzidas o PET-NESAL almeja propiciar à comunidade externa e acadêmica um campo plural que realize diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares presentes no território do Agreste de Alagoas, na busca da autonomia dos atores sociais envolvidos, compreendendo autonomia não como algo que se tem propriedade, ou se possui de forma individualizada, mas enquanto processo a ser negociado constantemente com os outros, em choques, encontros e aceitações. A autonomia é exercida no espaço público,

partilhada com as diferenças, na exigência de um outro ao diálogo, que traz consigo suas concepções e necessidades na produção de relações que podem ora limitar, ora intensificar a liberdade.

É preciso incentivar, institucionalmente, a proposição de mais projetos com a finalidade de propiciar à/ao graduanda/o uma profusão de experiências em diferentes campos da Psicologia e de suas áreas afins. Nesse caminho, além de projetos de pesquisa e de extensão, deve-se estimular, com suporte institucional, a criação de grupos de estudo e pesquisa, a realização de eventos e cursos de extensão, dentre outros, que ampliem e consolidem o diálogo entre a UFAL e a comunidade externa e permitam a produção de saberes de forma compartilhada, democrática, criativa e favoreça a autonomia estudantil.

Não obstante, para além disso, cabe mencionar a importância de propostas que considerem a realização de atividades que atravessem a matriz e que permitam a discussão democrática de determinados assuntos, bem como sua articulação com a prática e com as demandas da realidade social. Assim, destacamos que os componentes curriculares devem privilegiar uma pluralidade de metodologias, com exposições dialogadas, discussões em grupos, trabalhos de campo e estudos englobando o desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou de extensão.

Destarte, de maneira a estimular a interlocução entre ensino, pesquisa e extensão, buscar-se-á, naquelas disciplinas em que houver a previsão, de acordo com a ementa, a proposição de atividades que envolvam a prática e o estreitamento dos vínculos com a comunidade externa. Para tanto, será incentivada a prática de pesquisas colaborativas ou de pesquisas-ação, cuja participação estudantil poderá estar associada às atividades das disciplinas.

As ações ora expostas buscam coerência com as DCN, na medida em que, em seu artigo 3º, estabelece entre seus princípios e compromissos: “[...] V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades” (BRASIL, 2017, p. 1).

Desse modo, em seu processo formativo, a/o graduanda/o deve experienciar situações que possibilitem a inter-relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com acesso às demandas da realidade sociocultural. Tais experiências podem contribuir para a formação de uma/um profissional com um olhar crítico e criativo para suas atividades e que consiga

articular teoria e prática.

O contato com a realidade sociocultural permite às/aos estudantes ampliar os intercâmbios entre o conhecimento científico e as demandas do cotidiano, traçando novas relações entre teoria e prática. Tais circunstâncias visam contribuir no processo de construção do conhecimento, no qual as/os estudantes são autoras/es e possuem uma participação ativa.

11.9.3 DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: APONTAMENTOS GERAIS

O Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2011), aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, no capítulo que trata da Educação Superior, na Meta 23, aponta o dever de Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio de 2001-2004 e assegura que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no Ensino Superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Nessa perspectiva, a UFAL, em seu PDI (2013-2017), aponta que:

[...] as ações de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 a 2020.

Porém, o novo PNE só entrou em vigor em 2014 e tem vigência até o ano de 2024, reafirmando os princípios básicos da extensão em sua Meta 12.7, a qual traz a seguinte estratégia para subsidiar a extensão: “[...] assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; [...]” (BRASIL, 2019, p. 1).

Conforme os documentos apontados acima e de acordo com a Resolução nº 04 de 2018, aprovada pelo Conselho da Universidade Federal de Alagoas, as práticas extensionistas do Curso de Psicologia continuarão acontecendo ao longo do curso conforme as demandas apresentadas na relação com a comunidade local. No entanto, as ações poderão ser materializadas por intermédio de programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços

e/ou produtos, os quais deverão estar cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

11.9.3.1 DEMANDAS SOCIAIS

O Curso de Graduação de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do Campus Arapiraca da UFAL, nesses quase 12 anos de existência, possui uma história de intensa integração com a sociedade ao seu redor, representada seja pelas pessoas da comunidade que se beneficiam com os Projetos de Extensão, seja pelas instituições públicas e/ou privadas que recebem os/as estudantes para o desenvolvimento dessa importante parceria pela via da Extensão Universitária.

Com o processo de interiorização do ensino público superior, o curso de Psicologia em Palmeira dos Índios, buscando cumprir os objetivos propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2013, p. 19), quais sejam: “contribuir com o desenvolvimento do Estado: competências, parcerias, intervenções; intensificar as interfaces: saberes, uma nova cultura política, presença interna e externa; valorizar a cultura local/regional”, propõe, desde sua implantação, cumprir com as demandas sociais que lhe são apresentadas continuamente no decorrer desse tempo. Assim sendo, pretende manter, além de melhorar sempre suas propostas de extensão em prol de atender as demandas sociais com as quais o curso se depara.

De acordo com o PDI (2013, p. 18), “A Universidade Federal de Alagoas tem por missão formar continuamente competências por meio da produção, multiplicação e recriação dos saberes coletivos e do diálogo com a sociedade”. Seguindo a meta proposta no PDI, o curso de Psicologia sempre atendeu ao que se espera por meio de ações de extensão, além das outras dimensões como o ensino e a pesquisa. Projetos e eventos vêm sendo promovidos desde 2007. Observa-se, a partir de tais ações, que sempre existiu um cuidado no diálogo com a comunidade envolvida em seus projetos, tendo como destino do conhecimento a comunidade/instituição, não se nomeando detentora de um saber pronto e acabado, mas, pelo contrário, estando sempre na perspectiva dialógica de construção do pensamento crítico de todos/as os/as envolvidos/as.

Segundo contextualização da realidade vivenciada no semiárido alagoano delineada no corpo do presente PPC, observa-se que as demandas sociais são desafios que envolvem

problemas que vão das estruturas sócioinstitucionais às culturais, promotores de diversas mazelas sociais, a exemplo da pobreza material, fome ou outras muitas formas de violências.

Destarte, tendo tais questões como norte, as demandas sociais com as quais o curso de Psicologia vem buscando trabalhar referem-se a dois eixos de atuação. Em primeiro lugar, busca-se atuações em diversos campos na consolidação dos direitos humanos, com a defesa dos direitos das minorias, considerando questões de gênero, raça e etnia. Em segundo lugar, tem-se intervenções que enfoquem a formação humana, no tocante à conscientização e emancipação dos sujeitos, com vistas à promoção da saúde mental.

O curso, conforme ações de extensão descritas em anexo (ANEXO 1), vem buscando discutir, refletir e criar estratégias para redução de tais problemas, ao tempo em que propõe a formação de estudantes promotores de transformações sociais, uma vez que esses/as têm imerso no mundo da vida, espaço em que os atores comunicativos situam e datam suas ações, pois elas são sociais e históricas (HABERMAS, 1987), e que daí pode surgir as possíveis soluções decorrentes da dialogia.

11.9.3.2 CARACTERÍSTICAS DO CURSO

O curso de graduação em Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do Campus Arapiraca da UFAL, tomando como norte primordial as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia (BRASIL, 2017), tem como foco central a formação da/o psicóloga/o direcionada à atuação profissional e à pesquisa. Tal formação visa articulações com um projeto ético-político de profissão que reafirme o compromisso social da/o psicóloga/o com a construção de conhecimentos e ações visando à transformação da realidade social na qual a/o profissional venha a atuar.

Norteados por esse cenário, o Curso de Psicologia tem o objetivo de formar psicólogas/os com sólida base teórico-metodológica que fundamente a atuação e a produção de saberes no campo da Psicologia e com uma perspectiva crítica e reflexiva que norteie a construção de propostas de atuação em contextos diversos amparadas nos preceitos ético-políticos da profissão.

Para isso, o Curso de Psicologia pretende propiciar a construção de uma atuação discente em contextos diversos, na qual será possível observar e intervir nas demandas sociais

com o intuito de promover a saúde integral dos sujeitos, grupos, organizações e comunidades, considerando a conjuntura local, nacional e internacional. As intervenções serão delineadas conforme referenciais teórico-práticos que propiciem uma concepção multideterminada do desenvolvimento humano.

Além disso, o Curso tem como foco o desenvolvimento do conhecimento científico, possibilitando ações de pesquisa que objetivem apreender a amplitude do fenômeno psicológico, bem como considerar sua constituição multidimensional e suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais, o que garantirá uma postura ética e comprometida por parte do futuro profissional.

É possível, então, elencar as concepções fundamentais do curso:

- Uma formação generalista que corresponda à aquisição de conhecimentos básicos da área permitirá uma atuação consistente em qualquer campo de saber da Psicologia;
- Uma formação crítica e reflexiva, sempre contextualizada com as demandas históricas, sociais e culturais onde o profissional atua, proporcionará ao mesmo a consciência das implicações individuais e coletivas decorrentes da produção e circulação de saberes em Psicologia e das intervenções profissionais, fortalecendo a necessidade do cuidado com a construção de uma conduta profissional norteada por referenciais legais e éticos da profissão. Entende-se que essa postura ressalte o compromisso político-social que busque a melhoria das condições de vida da população e a transformação social, fundamentada em uma concepção de humano que considere a não dissociação entre as dimensões subjetiva e sócio-histórica e cultural;
- Todo profissional de Psicologia deve reconhecer a diversidade das abordagens psicológicas, tanto no tocante às suas fundamentações epistemológicas e teórico-metodológicas, quanto às possibilidades de construção de práticas e suas implicações éticas e políticas;
- É imprescindível a formação científica que desenvolva uma postura que propicie a problematização de aspectos do fenômeno psicológico e da prática profissional, buscando elementos para a construção de uma investigação, cuja produção seja contextualizada e que subsidie reflexões sobre a realidade da ciência e da profissão psicológica;
- A postura ética e comprometida do profissional de Psicologia deve considerar a importância do trabalho interdisciplinar entre a Psicologia e outros campos de saber e

profissionais com o intuito de construir uma compreensão integral acerca dos fenômenos humanos e das possibilidades integradas de intervenção sobre uma dada demanda.

Desse modo, o Curso de Psicologia vem realizando e tem como compromisso continuar desenvolvendo práticas extensionistas que possam fomentar e aprimorar essas concepções, buscando formar profissionais com o perfil supracitado.

Com base na Política Nacional de Extensão, publicada em 2012 – documento que consolida as discussões sobre a Extensão Universitária no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), as áreas temáticas nas quais serão desenvolvidas as práticas de extensão deste curso são:

- Cultura;
- Direitos Humanos e Justiça;
- Educação e Meio Ambiente;
- Saúde.

Considerando tais aspectos, faz-se necessário listar as ações de extensão desenvolvidas no curso desde sua criação, registradas nos sistemas¹ da UFAL de modo a caracterizar o curso no tocante às suas atividades principais e demandas com as quais interage (ver Anexo 1). Ao longo desse período, foram registradas 156 Ações de Extensão, das quais 71 foram Projetos, 58 Eventos e 27 Cursos.

11.9.3.3 PROGRAMA DE EXTENSÃO DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO HUMANA (PEDFH)

I – IDENTIFICAÇÃO

Programa de Extensão Direitos Humanos e Formação Humana

II – EMENTA

Política Nacional de Extensão. Tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Relação Universidade e

1 Fontes: http://Sistemas.Ufal.Br/Sie_Bancodeprojetos/Inicio.Jsf e Sigaa – UFAL.

Sociedade. Psicologia e Transformação Social. Direitos Humanos. Formação Humana.

III – JUSTIFICATIVA

O PEDHFH tem por horizonte de trabalho a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão no desenvolvimento de ações que promovam o diálogo entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos produzidos nas comunidades locais da região do semiárido alagoano, tendo como **área temática** direitos humanos e justiça.

Os Projetos, Eventos e Cursos desenvolvidos por este Programa de Extensão convergem para a **linha de extensão**: direitos individuais e coletivos, grupos sociais vulneráveis, organização da sociedade e movimentos sociais, saúde humana e desenvolvimento humano.

O Programa de Extensão aqui tratado busca abranger atividades de cunho interdisciplinar envolvendo docentes pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, fomentando ações mais complexas que abranjam as discussões dos direitos humanos na formação humana.

As atividades de extensão também contemplarão instituições distintas no desenvolvimento de suas ações, buscando diálogo com os variados atores sociais presentes no agreste alagoano dentre instituições do Estado, Sociedade Civil Organizada e Movimentos Sociais.

A coordenação e organização das ações será composta por profissionais de diferentes áreas, em um trabalho interprofissional, para possibilitar estratégias de atuação que contemplem a abrangência temática dos direitos humanos.

É com base no histórico apresentado e por meio do PEDFH que as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) se inserem neste PPC, sendo regulamentadas pela Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, e passam a ser obrigatórias para o corpo discente dos Cursos de Graduação da UFAL, que deverão creditar o equivalente a 10% (dez por cento) da carga horária total dos componentes curriculares em Programa(s) de Extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018g).

De acordo com a Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, as ACE são definidas como ações de caráter científico, político, educativo e cultural que possibilitem a relação entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes locais com base

em compreensões interdisciplinares. Tais ações buscam promover a relação entre a tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão) na produção de conhecimentos transformadores entre a Universidade e a realidade local, com suas variadas instituições e atores sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018g).

As ACE no Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do Campus Arapiraca da UFAL se apresentam distribuídas durante o percurso de todo o curso de graduação, conforme descrição a seguir:

1º período do curso – ACE 1 (90 horas) – Projeto de Extensão 1 (Fase 1);

2º período do curso – ACE 2 (54 horas) – Projeto de Extensão 1 (Fase 2);

4º período do curso – ACE 3 (54 horas) – Projeto de Extensão 2 (Fase 1);

5º período do curso – ACE 4 (54 horas) – Projeto de Extensão 2 (Fase 2);

8º período do curso – ACE 5 (90 horas) – Evento de Extensão; e

10º período do curso – ACE 6 (90 horas) – Curso de Extensão.

Além da necessidade de repensar a produção do conhecimento da Psicologia e de seus fazeres frente à realidade cotidiana do semiárido alagoano, o desenvolvimento do presente Programa de Extensão alinha-se à necessidade da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), que tem por objetivo efetivar a curricularização da extensão universitária, disponibilizando 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares da graduação para projetos, cursos e eventos de extensão universitária.

Tal Programa também vem responder ao PDI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a), no item 1.4.1 Perspectiva 1 – UFAL e Formação, que almeja a “inclusão da extensão como componente curricular obrigatório”, na articulação das produções acadêmicas com as necessidades políticas e históricas da sociedade alagoana e brasileira.

IV – OBJETIVOS

- Desenvolver ações que contemplem a tríade universitária no diálogo com os saberes e necessidades regionais que versem sobre a temática dos direitos humanos e seus desdobramentos na formação humana;
- Promover pesquisas e ações interdisciplinares com capacidade de avaliar e aglutinar pesquisadoras/es, lideranças comunitárias, movimentos sociais e sociedade civil

organizada na produção de saberes que retratem e reflitam a realidade do semiárido alagoano;

- Identificar o processo de articulação entre os direitos humanos e os enfrentamentos políticos sociais das comunidades, organizações e coletivos da região, na elaboração de respostas junto às comunidades para as problemáticas vividas localmente;
- Contribuir para a formação acadêmica e profissional de estudantes de graduação, por meio de sua participação no desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária;
- Efetivar e fortalecer as atividades de extensão universitária no Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do Campus Arapiraca da UFAL.

Programa de Extensão Direitos Humanos e Formação Humana (PEDFH)

Ementa: Política Nacional de Extensão. Tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. Relação Universidade e Sociedade. Psicologia e Transformação Social. Direitos Humanos. Formação Humana.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Claisy Maria Marinho; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Psicologia Escolar e o compromisso/responsabilidade social: uma experiência de Extensão Universitária. **Boletim Academia Paulista de Psicologia** – Ano XXVI, nº 1/06, 2006.

MIYAZAKI, M. Cristina O. S. et al. Psicologia da Saúde: extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 29-53, jan. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/108165/106477>

XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JUNIOR, James Ferreira. Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Orgs.). **Psicologia e Contextos Rurais**, Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/James_Moura_Jr/publication/313036726_Psicologia_Comunitaria_e_Comunidades_Rurais_do_Ceara_caminhos_praticas_e_vivencias_em_extensao_universitaria_In_Jader_Ferreira_Leite_Magda_Dimenstein_Org_Psicologia_e_Contextos_Rurais_1edNatal_EDUFRN_/links/588e067145851567c93f5de1/Psicologia-Comunitaria-e-Comunidades-Rurais-do-Ceara-caminhos-praticas-e-vivencias-em-extensao-universitaria-In-Jader-Ferreira-Leite-Magda-Dimenstein-Org-Psicologia-e-Contextos-Rurais-1edNatal-EDUFRN.pdf

Bibliografia Complementar:

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma perspectiva. **Psicologia Ciência e Profissão** [online], v. 34, n. 4, p. 971-983, 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e direitos humanos: práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

XIMENES, Verônica Moraes; AMARAL, Carlos Eduardo Menezes; REBOUÇAS JUNIOR, Francisco Gilmário (Org.). **Psicologia comunitária e educação popular: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará**. Fortaleza: LC Gráfica e Editora, 2008.

V – METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada no presente Programa segue as normativas apresentadas na Resolução 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, que define 10% da carga horária e créditos do curso de Psicologia vinculados às atividades de extensão curriculares (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018g).

A carga horária cursada pela/o discente será inserida como créditos no histórico da/o mesma/o, bem como constará na carga horária semestral das/os docentes ou das/os técnicas/os que ofertarem este componente curricular.

As ações de extensão propostas pelo presente Programa seguirão o modelo de metodologias participativas, como a pesquisa-ação e participante, as quais possibilitam relações entre os saberes acadêmicos e populares na formação de conhecimentos horizontais em respostas eficazes às necessidades políticas e sociais locais.

Podem compor este **PROGRAMA** as seguintes atividades de extensão:

- **PROJETO** – ação contínua de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, com objetivo de diálogo com a realidade regional na articulação com a tríade acadêmica (ensino, pesquisa e extensão);
- **CURSO** – ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos;
- **EVENTO** – ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido pela Universidade na relação com as necessidades locais e

regionais.

O Programa terá como **PÚBLICO-ALVO E LOCAL DE ATUAÇÃO**:

- Associações comunitárias;
- Equipamentos de políticas públicas;
- Movimentos sociais;
- Organizações civis;
- Instituições de ensino, saúde e assistência social;
- Serviços do judiciário;
- Grupos vulneráveis e minoritários;
- Moradores de comunidades rurais, indígenas e quilombolas.

UNIDADES ENVOLVIDAS no Programa de Extensão:

As atividades de extensão serão desenvolvidas em conjunto com professoras/es e discentes dos cursos de Psicologia e Serviço Social da Unidade Educacional Palmeira dos Índios, realizando-se parcerias em minicursos, palestras, oficinas e projetos de extensão que se alinhem aos objetivos do presente programa.

O **PERÍODO de REALIZAÇÃO** do presente Programa de Extensão terá um ciclo de duração de 05 anos.

Para implantação do PEDHFH, serão atendidos os seguintes requisitos:

- será composto, no mínimo, por seis Atividades Curriculares de Extensão (ACE): dois projetos, desenvolvidos cada um em duas etapas, um curso e um evento de extensão;
- as ACE deverão apresentar ementa, objetivos, metodologia, carga horária, público participante e metodologias de acompanhamento e avaliação, articuladas aos objetivos do presente PPC;
- os pedidos de registro dos componentes curriculares deste Programa, para creditação

das ACE, deverão ser submetidos e aprovados pelo Colegiado de Curso com a participação da Coordenação de Extensão;

- o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) registrará as ACE no sistema acadêmico em uso e, uma vez registradas, ficarão disponíveis para a oferta do Curso no semestre em que este compreender pertinente.

O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO

estarão alinhados aos Indicadores Nacionais de Extensão² e seguirão os seguintes parâmetros:

- Produção de indicadores quantitativos por meio de avaliação da quantidade de participantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa presentes em cada atividade de extensão;
- Produção de indicadores qualitativos das ações de extensão na avaliação de produtos gerados das ações de extensão para a realidade local e acadêmica; e
- Produção de indicadores de impacto das ações de extensão na avaliação dos objetivos propostos pelas atividades e suas repercussões na realidade local.

11.9.3.4 ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO – ACE

Como exposto anteriormente, a Extensão Universitária na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do Campus Arapiraca da UFAL apresenta um histórico sólido de Projetos de Extensão que vêm sendo desenvolvidos por meio dos editais promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão desde a implantação da Unidade. Há uma tradição na Unidade dos projetos serem desenvolvidos na associação entre os dois cursos (Serviço Social e Psicologia), o que possibilita experiências multidisciplinares para as/os graduandas/os nas ações realizadas.

A articulação da extensão entre os dois cursos possibilitou, em 2010, a criação de um Programa de Extensão da Unidade Educacional, chamado PRINCIPAL (Programa de Assessoramento Acadêmico às Iniciativas de Inclusão Social em Palmeira dos Índios), que tinha por objetivo promover pesquisas e ações interdisciplinares entre pesquisadoras/es,

2 Ver no site:

https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatório_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf sobre estudos acerca do tema “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)”.

lideranças comunitárias, movimentos sociais e sociedade civil organizada na produção de saberes que retratassem e refletissem a realidade da região de Palmeira dos Índios. A elaboração e desenvolvimento do Programa exigiu, em 2010, a criação de uma Coordenação de Extensão da Unidade Educacional, sendo esta função compartilhada entre docentes dos cursos de Psicologia e Serviço Social.

O percurso histórico da Extensão Universitária na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios refletia muito as pesquisas e as práticas de ensino desenvolvidas na comunidade acadêmica, em ações que promoviam a luta por direitos, relação com as políticas públicas e a inserção na realidade das comunidades, instituições e movimentos sociais da região. Os projetos que foram desenvolvidos estavam alinhados às áreas temáticas de direitos humanos, educação, saúde e cultura e versavam sobre variados temas como: proteção social básica, saúde mental, atenção básica, educação em saúde, política de assistência social, inclusão escolar, identidade étnico-racial, cinema, psicologia da saúde e hospitalar, observatório do semiárido, inclusão digital, entre outros.

Portanto, a inserção da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios na região do Agreste de Alagoas foi desenvolvida por meio da articulação entre o ensino e a pesquisa por meio da extensão universitária. A extensão possibilitou a comunidade acadêmica conhecer o semiárido alagoano como espaço e território produtor de conhecimentos, os quais passaram a ser gestados de modo conjunto e compartilhado com as associações comunitárias, movimentos sociais, instituições, entre outras organizações.

Tal forma de construção de saberes pode ser evidenciada nas teses de doutorado das/os docentes, nos trabalhos de conclusão de curso, no programa PET efetivado na Unidade, nas disciplinas eletivas ofertadas e nos eventos e cursos promovidos, os quais têm como temáticas nodais o território semiárido como ponto de partida para análise das relações, da história e das produções psicossociais da região.

Com as mudanças curriculares requeridas a ambos os cursos da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios e para melhor contemplar os eixos temáticos de extensão de cada curso, o Programa PRINCIPAL se desdobrou em dois Programas de Extensão: 1- Programa de Extensão do Serviço Social (PESS); e 2 - Programa de Extensão Direitos Humanos e Formação Humana (PEDFH). O segundo Programa citado abrange as atividades curriculares e os Projetos de Extensão do curso de Psicologia, o qual estrutura suas propostas na área temática de Direitos Humanos e que tem por Linha de Extensão ações que congreguem

atividades que tratem dos direitos individuais e coletivos de grupos, organizações, sujeitos. O PEDFH não se restringe aos Projetos de Extensão do curso de Psicologia, ele se apresenta aberto à diversidade de projetos que dialoguem com sua área temática e linha de extensão.

É com base no histórico apresentado e por meio do PEDFH que as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) se inserem neste PPC, sendo regulamentadas pela Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018g), e passam a ser obrigatórias para o corpo discente dos Cursos de Graduação da UFAL, que deverá creditar o equivalente a 10% (dez por cento) da carga horária total dos componentes curriculares em Programa(s) de Extensão. Tais atividades de extensão correspondem, nessa matriz curricular, o mínimo de 432 horas, ofertadas através de ações distribuídas durante o curso.

De acordo com a Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018, as ACE são definidas como ações de caráter científico, político, educativo e cultural, que possibilitem a relação entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes locais com base em compreensões interdisciplinares. Tais ações buscam promover a relação entre a tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão) na produção de conhecimentos transformadores entre a Universidade e a realidade local, com suas variadas instituições e atores sociais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018g).

As ACE no Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios vão estar distribuídas durante o caminhar de todo o curso e serão inseridas em seis ACE que contemplarão: dois projetos, um evento e um curso, que estão inseridas com ementa e objetivos formativos apresentadas no PEDFH.

O PEDFH tem por objetivo desenvolver ações que contemplem a tríade universitária no diálogo com os saberes e necessidades regionais que versem sobre a temática dos Direitos Humanos e seus desdobramentos na Formação Humana, bem como na atuação para o reconhecimento e a capacidade de ação de sujeitos e coletivos em seus contextos sociais e políticos.

O PEDFH foi construído com base nas atividades de extensão que já vinham se consolidando na Unidade Acadêmica, articuladas com as especificidades da região na qual a Universidade está inserida, na tentativa de responder ao contexto político, social e territorial do semiárido alagoano.

As/os discentes de Psicologia serão inseridas/os no PEDFH desde o início do curso e

participarão ao menos de seis Atividades Curriculares de Extensão (ACE) até a conclusão da graduação. No primeiro período do curso será desenvolvida a ACE 1 (90 horas), enquanto um Projeto de Extensão 1, que será desenvolvido pela relação de integralidade entre as disciplinas do semestre, com o objetivo de apresentar a Política Nacional de Extensão, discutir a produção da extensão junto ao ensino e à pesquisa na Universidade, e na construção da compreensão de um fazer universitário que contemple as necessidades históricas e políticas da realidade local, regional e nacional.

No segundo período do curso será ofertada a ACE 2 (54 horas), que será uma continuidade do Projeto de Extensão 1 e buscará realizar práticas extensionistas que dialoguem os saberes produzidos nas disciplinas do semestre com os conhecimentos e as necessidades emergentes das comunidades e organizações sociais presentes na região do Agreste de Alagoas.

No quarto período do curso será desenvolvida a ACE 3 (54 horas), nomeada como Projeto de Extensão 2, que objetivará o levantamento de demandas sobre direitos individuais e coletivos de comunidades locais, na proposta de ação interdisciplinar junto aos conhecimentos produzidos no semestre entre as disciplinas ministradas.

No quinto período do curso as/os discentes serão inseridas/os na ACE 4 (54 horas), que será a continuidade do Projeto de Extensão 2 articulado aos conhecimentos interdisciplinares do semestre anterior às disciplinas do semestre atual. Tal articulação vai possibilitar o compartilhamento de saberes das variadas disciplinas articuladas às alternativas de ação frente às demandas das comunidades locais.

No oitavo período do curso será desenvolvida a ACE 5 (90 horas), configurada como um Evento de Extensão que buscará discutir temáticas que versem sobre Psicologia, Direitos Humanos e Formação Humana. Nessa etapa do curso, as/os discentes já se encontram em estudos avançados, cursaram disciplinas de fundamentos em Psicologia e vivenciaram ações de extensão que as/os capacitam, junto às/aos docentes e moradoras/es das comunidades locais, elencarem temáticas relevantes a serem discutidas na academia e articuladas às especificidades do território.

No décimo período do curso será desenvolvida a ACE 6 (90 horas) com caráter de Curso de Extensão a ser ofertado pela comunidade acadêmica junto às comunidades locais na articulação interdisciplinar de conhecimentos, tendo como base metodologias participativas, as quais possibilitam relações de horizontalidade entre os saberes dispostos e a diversidade de

atores sociais envolvidos na ação extensionista. Tal horizontalidade permite a co-construção de conhecimentos capazes de visibilizar as epistemologias cotidianas presentes na vida comunitária e suas pontes dialógicas com os conhecimentos configurados no fazer acadêmico.

As ACE do PEDFH estarão disponíveis às/aos discentes do Curso de Psicologia no sistema acadêmico, apresentando a carga horária a ser cursada, os objetivos, a metodologia, abrangência do público participante, as referências básicas a serem trabalhadas e o cronograma de ações a serem desenvolvidos no semestre. A/O discente do presente Curso de Psicologia deve cursar, para integrar as ACE obrigatórias, no mínimo, dois projetos, um evento e um curso.

11.9.3 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Os estágios supervisionados ancoram-se na Lei nº 11.788/2008, segundo a qual

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando [sic] o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2018b, p. 1).

Ainda com fundamento nesta lei (BRASIL, 2018b), o documento em tela estabelece que o estágio é parte integrante do itinerário de formação da/o educanda/o e pode ser obrigatório, que é assim definido no projeto do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, ou não obrigatório, citado no item “d”. Além disso, considera-se que as atividades de extensão, monitoria e de iniciação científica podem vir a equiparar-se ao estágio desde que tais atividades sejam expostas na forma de projeto que, por sua vez, devem ser aprovadas em colegiado.

Além da Lei de Estágio, o estágio na UFAL respeita a Resolução nº 71, de 18 de dezembro de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018d), na qual se define que o estágio é um componente curricular que está presente nos cursos de graduação.

Outro documento que norteia os estágios neste PPC são as DCN. Conforme as DCN, em seu artigo 20, “Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação,

programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas” (BRASIL, 2017, p. 7).

As DCN ainda estabelecem que o objetivo do estágio é assegurar à/ao graduanda/o o contato com situações, contextos e instituições de modo a propiciar que conhecimentos, habilidades e atitudes sejam concretizadas em ações profissionais (BRASIL, 2017).

Seguindo-se, pois, as DCN, divide-se o estágio em dois níveis: Básico e Específico. O Estágio Básico possui uma carga horária total de 144h e é ofertado nos 6º e 7º períodos. Tal nível inclui o desenvolvimento de práticas integrativas referentes às competências e habilidades previstas no núcleo comum do curso. Isto significa que, nesse estágio, serão enfocadas ações mais elementares, a partir do que as/os supervisoras/es do campo junto às/aos supervisoras/es acadêmicas/os considerarem pertinentes em função das condições oferecidas pelo campo e habilidades das/os estagiárias/os, a partir da elaboração e execução de um plano de intervenção proposto pelas/os próprias/os estudantes. Será exigido, ao final da prática das/os estagiárias/os, um relatório que apresente, dentre outras informações, as atividades desenvolvidas devidamente fundamentadas. O Estágio Básico ocorrerá em dois semestres seguintes no mesmo campo, no qual, no primeiro semestre, as/os estudantes farão um plano de estágio e, no segundo, buscarão executar seu plano, tendo, ao final, a escrita do relatório de estágio.

O Estágio Específico tem uma carga horária total de 440h e ocorre no 9º e 10º períodos. Nesse nível, desenvolvem-se práticas integrativas correspondentes às competências, habilidades e conhecimentos propostas para cada ênfase do curso. Ou seja, o Estágio Específico deve promover a prática efetiva e mais aprofundada em uma área de atuação da Psicologia, mediante o desenvolvimento de um plano interventivo e relatório final, assim como no Estágio Básico.

Os estágios devem necessariamente ser supervisionados por, pelo menos, uma/um docente vinculada/o ao curso, com formação em Psicologia, nominada/o de supervisor/a acadêmico/a. Além disso, quando houver supervisor/a de campo, este/a deve ser exclusivamente uma/um psicóloga/o que atue no serviço em que a/o estagiária/o estiver inserida/o. Ao longo dos estágios, a/o estudante deverá produzir um plano de estágio que norteará suas atuações em campo, bem como, ao final de sua atuação, será elaborado um relatório que deve relatar as ações desenvolvidas. Também há a obrigatoriedade de realização

de avaliação pela/o supervisor/a de campo ou acadêmico/a ao final de cada estágio e de entrega das fichas de frequência e de avaliação, devidamente assinadas pela/o estagiária/o e seu/sua respectivo/a supervisor/a, assim como pelo/a coordenador/a de estágio.

Destarte, a formalização do estágio ocorre através das seguintes etapas: 1- preenchimento por parte da/o estudante de uma ficha de inscrição com área/campo de interesse; 2- apresentação do termo de compromisso, documento que é assinado pela/o estudante, pela/o representante da Coordenação de Estágio do curso e pela/o representante da Instituição Concedente de Estágio, que deve conter dados gerais do estágio, tempo de duração da experiência e o número da apólice de seguros para a/o estagiária/o, que é disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio; 3- elaboração do plano de estágio; 4- desenvolvimento das ações programadas; 5- avaliação final do estágio: com apresentação de um relatório completo das atividades à Coordenação de Estágio com ficha de avaliação e ficha de frequência devidamente assinados pelas/os supervisoras/es de campo e acadêmica/o.

No que tange ao Estágio Não-Obrigatório, este é uma atividade opcional que compõe o conjunto de possibilidades listadas nas Atividades Complementares. Além disso, em termos de carga horária, pré-requisitos e outras providências, esse estágio deve respeitar o disposto na Lei de Estágio e na Resolução nº 71/2006.

Considerando a proposta curricular anterior, ocorreram mudanças especificamente no Estágio Básico. A partir da vigência deste PPC, ele se inicia no 6º e é finalizado no 7º período no mesmo campo de estágio. Anteriormente, ele se iniciava no 7º, finalizava no 8º período, em dois campos diferentes com toda documentação referida acima duplicada, o qual dificultava a permanência e o desenvolvimento da prática, assim como havia a burocratização em função do grande número de documentos exigidos a cada entrada em campos diferentes.

As referidas alterações devem-se à necessidade de maior confluência com as discussões propiciadas no I Encontro Consultivo de Psicologia, no qual se apontou como aspectos problemáticos a dicotomia entre a prática e a teoria; a fragmentação das práticas de estágio no curso; a escassez de campos de estágio; e práticas de estágio localizadas em períodos avançados. Ainda nesse evento, como proposições para superar as problemáticas listadas, elencou-se: o estágio ser realizado em períodos iniciais; integração entre ensino, extensão e pesquisa; construção de um Serviço-Escola que não se restrinja à clínica psicológica tradicional; e realização de atividades integradoras das experiências de estágio.

As discussões realizadas no evento de Psicologia estão em confluência com Santos

(2014), que investigou a relevância dos estágios para a formação da/o psicóloga/o no Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL. A partir de realização de grupos focais com estagiárias do curso, a autora sinaliza

[...] o fato do estágio funcionar em um tempo curto para realização dos trabalhos e com poucos campos, especialmente o Estágio Básico. [...]

Com o prazo curto de estágio, bem como a falta de campo, falta de espaço das estagiárias, entre outros problemas estruturais, percebemos, durante os encontros do grupo focal que as alunas sentem-se prejudicadas, por muitas vezes ter que realizar os trabalhos às pressas e, por isso, não sair da maneira planejada; serem inseridas em um campo de estágio que não foi o desejado, mas pela ausência de vagas tiveram que ficar sem a experiência na área e estagiar em outra. Então, as alunas não se sentem bem, mas têm consciência de que precisam realizar o estágio, mesmo que se sintam prejudicadas (SANTOS, 2014, p. 76).

Visando responder ao exposto, considera-se necessário intensificar o contato com os campos de estágio, proporcionando maiores condições para estágios nas áreas de Clínica, Escolar/Educacional, Social-Comunitária, Organizacional, Jurídica, Hospitalar etc. Nesse sentido, são previstas ações de visitas aos campos de estágio e a promoção de oficinas, eventos e cursos em parceria com os campos de estágio de modo a aproximar a Universidade de suas instituições parceiras.

Demarca-se que é responsabilidade da Universidade dar suporte à/ao estudante para realização de seus estágios obrigatórios, atuando na realização de convênios com Instituições Concedentes de Estágio e disponibilizando corpo docente apto a exercer supervisão acadêmica das/os estagiárias/os.

Atualmente, o Curso de Psicologia da Unidade Palmeira dos Índios da UFAL possui uma Clínica-Escola de Psicologia, coordenada pela Prof^a Me. Fernanda Cristina Nunes Simião, onde estudantes do curso podem realizar o Estágio Específico (9^o e 10^o período do curso). Dentre as atividades realizadas nesse campo de estágio estão triagens e atendimentos a crianças, adolescentes, adultos e idosos, oriundos tanto da comunidade acadêmica, quanto da comunidade externa (do município de Palmeira dos Índios e cidades circunvizinhas).

Ressalta-se que é também dever da Universidade a construção de um Serviço-Escola de Psicologia, em um espaço físico adequado, que venha a atender diferentes demandas da comunidade, conforme o artigo 25^o das DCN (BRASIL, 2017). Nessa direção, compreende-se, neste documento, que o Serviço-Escola deve abarcar a prática clínica psicoterápica como

também outros serviços que atendam outras demandas da comunidade, visando à promoção da saúde individual e coletiva. Assim, corrobora-se Boeckel et al. (2010, p. 44) na afirmação de que

[...] o perfil de formação tem se modificado rapidamente, estando mais voltado às necessidades da população, fazendo com que as chamadas “clínicas-escola” (nome que, como referido anteriormente, fazia clara alusão à prática predominante nos estágios curriculares em décadas passadas) ampliassem suas áreas de atuação, oferecendo espaços para práticas voltadas à inserção social através de programas de intervenção comunitária, por exemplo.

Isto implica que as propostas de trabalho do Serviço-Escola de Psicologia devem buscar contextualização com as demandas da realidade social, além do fato de que as intervenções não deverão se restringir ao espaço físico do serviço em si, podendo ser realizadas em outros espaços da comunidade, conforme a necessidade. Também se abre a possibilidade de o Serviço-Escola agregar projetos de pesquisa e de extensão que permitam a construção e consolidação de vínculos comunitários.

Tais proposições também estão em consonância com o perfil específico da/o egressa/o, que coloca em relevo três aspectos centrais: a promoção da saúde integral, dos direitos humanos e da formação humana em diversos âmbitos e a produção e desenvolvimento do conhecimento científico da Psicologia.

Por fim, salientamos que as práticas de estágio do curso estão regulamentadas pelo Regulamento de Estágio do Curso de Psicologia da Unidade Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL.

11.9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também se configura como componente curricular obrigatório do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL e é ofertado nos dois últimos semestres do curso, com carga horária total de 72 horas.

Sublinha-se, porém, que o processo de reflexão e de produção do referido trabalho

inicia-se em períodos anteriores com as disciplinas de Pesquisa em Psicologia 1 (7º período) e Pesquisa em Psicologia 2 (8º período). A primeira tem como foco a construção de um problema de pesquisa, abordando a produção do conhecimento científico e o processo de produção de pesquisa em um campo da Psicologia. Já a segunda tem o intuito central de proporcionar a elaboração de um pré-projeto de pesquisa que será desenvolvido nos dois semestres seguintes (9º e 10º períodos) como Trabalho de Conclusão de Curso.

De acordo com o PPI da UFAL, o TCC “deve exigir do aluno demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação dos aspectos técnicos, práticos e pedagógicos do curso” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a, p. 43). Desse modo, o TCC corresponde a um exercício relevante de investigação científica, com foco no trabalho de leitura, de análise, de síntese e de escrita com o intuito de favorecer a apropriação teórico-conceitual e de metodologias de pesquisa vinculados ao campo da Psicologia e de áreas afins.

Esse componente é normatizado pela Regulamentação de TCC, que atualmente encontra-se em fase de reformulação, porém, há uma versão ainda vigente que norteia o disposto neste PPC. Conforme o artigo 1º do atual regulamento,

Por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) entende-se o resultado de um trabalho acadêmico (monografia) realizado pelo/a aluno/a do curso de Psicologia, após a realização de pesquisa empírica e/ou bibliográfica, obrigatoriamente sob a orientação de um/a docente vinculado/a à Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2010b, p. 1).

Com o exposto, fica evidenciado que o TCC em Psicologia requer a realização de uma pesquisa, seja empírica ou bibliográfica. Tal exigência busca coerência com os objetivos do curso, uma vez que o exercício da pesquisa pode propiciar não somente a construção de uma sólida base teórico-metodológica que venha a fundamentar a atuação profissional e a produção de saberes, como também a construção de uma perspectiva crítica e reflexiva diante da realidade investigada.

Nessa direção, compreende-se que o processo de elaboração do TCC oportuniza situações que realçam a formação científica, que é imprescindível quando se tem a concepção de que o processo de ensino e aprendizagem ultrapassa as relações em sala de aula. Assim, tem-se acordo com Andrade e Silva (2009) quando explica que a pesquisa

deve ser considerada em uma perspectiva que conduz à dúvida, à curiosidade, que coloque em foco a crença na possibilidade de transformar o conhecimento, tendo em vista a pluralidade da verdade, a autonomia do pensamento e a ideia de que a aprendizagem é permanente.

11.9.6 ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICO-CULTURAIS

O curso também requer a realização de atividades acadêmicas de caráter científico-cultural, que comporão o rol das Atividades Complementares. Tais atividades são elementos centrais para a construção de um processo formativo que transcenda a lógica disciplinar, compreendendo que a/o psicóloga/o também se constitui a partir das oportunidades que são experienciadas como estudantes.

Essas oportunidades permitem diversificar o conjunto de experiências sobre exercício profissional (BASTOS; GONDIM, 2010), bem como a inserção estudantil no âmbito científico e de pesquisa. Por seu turno, essa diversificação é necessária no sentido de atender ao perfil formativo elencado neste PPC, visto que coloca em relevo elementos importantes para uma formação científica, crítico-reflexiva, autônoma e plural.

Saliente-se que a regulamentação das atividades complementares do curso está em processo de elaboração. Apesar disso, neste documento, a carga horária das Atividades Complementares a ser cumprida perfaz 200 horas.

Dentre as atividades deste item, estão: estágios não-obrigatórios, participação em atividades de extensão, pesquisa ou monitoria, cursos de formação ou capacitação, participação no movimento estudantil, minicursos, congressos, seminários, colóquios, publicação de artigos em periódicos e/ou revistas com reconhecido valor científico.

Os estágios não obrigatórios seguem as normas da Lei nº 11.788, de 25 de outubro de 2008. Na referida lei, tal estágio corresponde àquela atividade opcional que é somada à carga horária regular e obrigatória do curso (BRASIL, 2018b).

11.9.7 INTERDISCIPLINARIDADE E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular também estão previstas neste documento, sendo princípios do PPI da UFAL. No PPI, alerta-se que a interdisciplinaridade não deve ser resumida a uma espécie de negação das disciplinas. Com efeito, trata-se mais de uma “estratégia conciliadora e cooperativa dos domínios próprios de cada uma delas e de suas áreas, cujas alianças, complementaridades e sinergias visam a solucionar problemas, encontrando a melhor forma de responder às novas demandas, dinâmicas e desafios da complexidade da sociedade [...]”. Já no tocante à flexibilização curricular, preconiza-se a “Adoção de flexibilidade na organização curricular, para a promoção de perfis profissionais adaptáveis às novas situações e aptos a desenvolver novas competências e habilidades e, posicionar-se criticamente frente à realidade complexa e mutante” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a, p. 34).

Seguindo o preconizado, no PPC do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, para além dos componentes disciplinares e do estágio, busca-se atender a ambos os princípios com o incentivo às Atividades Complementares. Como informado anteriormente, as Atividades Complementares abarcam desde as atividades acadêmicas científico-culturais, até a oferta de disciplinas eletivas.

Considerando o perfil disposto no presente documento e seu foco em uma formação generalista, interdisciplinar e com compromisso ético e político-social, a intenção com a interdisciplinaridade e a flexibilização é manter a confluência com um processo formativo que proporcione “a apropriação de conhecimentos e de uma instrumentalidade que possibilite ao discente tecer reflexões críticas sobre a realidade, apreciando diferentes caminhos interventivos que observem as condições sociais, históricas, políticas e econômicas que produziram tal realidade” (NÓBREGA, 2017, p. 193).

Ainda, registre-se que a flexibilização curricular foi uma das preocupações centrais do presente PPC na medida em que, com a reformulação, buscou-se a racionalização do currículo, com a revisão de conteúdos e disciplinas que se repetiam e com a supressão de pré-requisitos desnecessários; aproveitamento de estudos sempre que possível; o incentivo de experiências extracurriculares que serão creditadas na formação; flexibilização das ações didático-pedagógicas e programas de mobilidade ou de intercâmbio estudantil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a).

Ainda sobre a interdisciplinaridade, os projetos de extensão realizados se configuram como mais um exemplo de práticas integrativas que se efetivam no curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, conforme descrição já feita anteriormente.

11.9.8 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE

Além dos princípios supracitados, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE – também compõe a proposta curricular aqui explicitada, uma vez que, segundo a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, este é considerado componente curricular obrigatório para a graduação (BRASIL, 2018w). Ainda conforme essa Lei, o ENADE irá aferir

[...] o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (BRASIL, 2018w, p. 1).

Considerando, então, a pertinência do ENADE ao curso e à sua integralização, bem como os conteúdos, competências e habilidades enfocadas, propõe-se uma ação coletiva de orientação às/aos estudantes que participarão do exame, visando à preparação discente, quanto ao preenchimento de documentos e realização da prova, como também à diminuição de dúvidas ou questionamentos sobre esse processo.

12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Compreendendo que o PPC é um dos elementos constitutivos da identidade do curso, – importante destacar que também é político –, imprimimos nele uma concepção baseada em uma proposta de intenso e contínuo planejamento das suas ações pedagógicas, mediante práticas docentes reflexivas, vivas e dinâmicas. Propomos metodologias de ensino referendadas por posturas éticas de reflexividade crítica sobre o saber produzido na relação de

ensino e aprendizagem das/os envolvidas/os, docentes e discentes.

Nessa direção, cabe enfatizar a necessidade de construir diretrizes que apontem para um modelo epistemológico e pedagógico de ensino e aprendizagem que enfoque a relação entre docente e discente, que priorize a interação e indissociabilidade entre ensino e aprendizagem. Para tanto, é preciso a criação de atividades pedagógicas que oportunizem a construção e a negociação de sentidos a partir da relação docente-discente, respeitando os papéis das/os professoras/es em sua mediação do conhecimento, e das/os estudantes, que devem ser consideradas/os em sua diversidade de aprender, de afetos, de percursos formativos e de relações que constroem com objetos diversos desse conhecimento.

Considerando isso, buscamos utilizar metodologias de ensino que envolvam práticas de avaliação da aprendizagem discente problematizadoras e questionadoras, produzidas a partir dos contextos regionais de aprendizados sociais/profissionais, baseadas em perspectivas etnometodológicas, que priorizem a autonomia estudantil, os processos interpretativos e a elaboração conceitual.

Além disso, considerando a acessibilidade metodológica e a diversidade nas formas de aprender, cabe sublinhar a relevância de observar as metodologias de ensino que favoreçam a flexibilidade e a diversidade das/os estudantes. Nesse sentido, é preciso atentar para a construção de estratégias que permitam atender às necessidades de atendimento especializado de algumas/alguns estudantes. Para tanto, deve-se buscar interlocuções constantes com o Núcleo de Acessibilidade da UFAL de modo a orientar professoras/es, estudantes e técnicas/os na construção de um contexto universitário acessível a todas/os.

12.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – TIC

A sociedade atual vem configurando-se como uma sociedade da informação e do conhecimento (BALADELI; BARROS; ALTOÉ, 2012), o que implica uma diversidade de reflexões críticas sobre o que isso pode implicar no tocante à educação e à formação do sujeito, bem como às relações sócio culturais e econômicas.

Acompanhamos Baladeli, Barros e Altoé (2012) em suas preocupações sobre uma apropriação acrítica das novas tecnologias e seus usos sociais. As autoras advertem que os discursos que colocam as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) como

possibilidades de acesso irrestrito aos recursos e linguagem diversas precisam ser observados com atenção, uma vez que, em muitos casos, o que se tem na prática são as desigualdades de condições objetivas para o acesso a tais tecnologias, o que pode se desdobrar em novas dimensões de exclusão. Ou seja, as TIC podem configurar-se não somente como fatores de inclusão, mas muito mais como elementos de aprofundamento das desigualdades sociais.

Com efeito, é evidente a impossibilidade de negligenciar a realidade tecnológica vivenciada atualmente. Ricoy e Couto (2014) pontuam que as TIC estão presentes em diferentes facetas da vida das pessoas, seja por meio de práticas, serviços ou conhecimentos. Compreendemos, pois, a relevância que as TIC podem assumir em um processo formativo não somente como um conjunto de ferramentas disponíveis às/aos estudantes, mas como forma de proporcionar debates sobre suas implicações para o alargamento das desigualdades, especialmente quando se atenta para grupos alijados do acesso a tais tecnologias.

Além disso, a presença das TIC na formação graduada deve ser considerada de forma crítica, com a reflexão sobre seu emprego e a ética que deve permeá-lo. Nesse sentido, Ricoy e Couto (2014, p. 899) afirmam que

Cada vez em maior medida, os dispositivos digitais proliferam particularmente entre os estudantes universitários, sendo necessários tanto em sua formação acadêmica quanto no exercício profissional futuro. Para isso, é importante aprofundar-se no uso dessa tecnologia na qual se requer uma boa prática, já que, assim como ocorre na educação, a ela estão associadas grandes expectativas sociolaborais e de desenvolvimento. A utilização das TIC requer saber fazer a partir do ser e condiciona o saber estar para conviver com os demais.

As autoras compreendem, ainda, que as comunidades educativas teriam papel central na diminuição da fenda digital, no sentido de disponibilizar meios e desenvolvimento para estudantes, promovendo novos recursos tecnológicos e integração de aprendizagens inovadoras. De fato, essas intenções podem ser concretizadas desde que sejam construídas sólidas condições infraestruturais, bem como sejam disponibilizados sistemas educacionais e formações para docentes no que tange às TIC. Ricoy e Couto (2014) expõem que, na última década, assistiu-se ao rápido incremento na educação superior de infraestruturas e de novos equipamentos tecnológicos, todavia, as autoras reconhecem que o uso de boas práticas nesse âmbito ainda caminha de forma lenta, estando a utilização das TIC relegada às dinâmicas mais tradicionais.

Diante disso, para favorecer o desenvolvimento de boas práticas, as quais podem ser concebidas como uma práxis inovadora quanto à integração entre os novos recursos tecnológicos e estratégias didáticas dinâmicas e interativas que permitam a aprendizagem significativa, é necessário a disponibilidade de novos dispositivos tecnológicos, acesso à internet, atuação docente e uma ativa implicação estudantil (RICOY; COUTO, 2014).

No que se refere à UFAL, em seu PDI, podemos elencar algumas metas que sinalizam essa preocupação no que se refere à infraestrutura e à capacitação de servidoras/es e discentes. Conforme o documento,

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação.

Para essa consolidação a universidade está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a, p. 43).

É ainda no PDI da UFAL que se menciona o uso das TIC através de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Nesse caso, pode-se registrar a presença da Plataforma Moodle como recurso disponível ao Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus* Arapiraca da UFAL, através da qual é possível organizar aulas semipresenciais.

Conforme a Portaria do MEC nº 4.059 de 2004, por modalidade semipresencial compreende-se “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota” (BRASIL, 2018x, p. 1). Ressalve-se que, considerando a orientação da citada Portaria, tais atividades não devem ultrapassar 20% da carga horária total do curso.

Como espaço importante para o uso de TIC, há o Laboratório de Informática da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Nele, há 20 computadores conectados à internet e disponíveis ao uso pela comunidade acadêmica. Contudo, há ausência de servidoras/es que acompanhem estudantes nesse espaço, o que pode ser um impedimento ao amplo uso do

laboratório. Daí, registramos, neste documento, a necessidade imperiosa de alocar uma/un profissional para esse relevante local de aprendizagens.

É válido ainda destacar que a disciplina de Processos Psicológicos Básicos 2, cuja ementa prevê a execução virtual de experimentação animal, deve se beneficiar das TIC na medida em que deve ser trabalhada a partir de programas informatizados que venham a substituir o uso de animais. Nessa direção, o Laboratório de Informática da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios está equipado com computadores em que está instalado o *software* denominado Programa Virtual Sniffy Pro 2.0. Tal programa proporciona o exercício de modelagem de comportamentos de forma virtual sem que seja necessária a exposição e a manipulação de animais.

Além disso, é digno de nota que as TIC no Curso de Psicologia da Unidade Palmeira dos Índios podem vir a favorecer a acessibilidade informacional às/aos estudantes cegas/os ou com deficiência visual na medida em que estão instalados nos computadores da referida Unidade o Orca, programa para leitura de tela. A instalação desse programa vem proporcionar maior independência e autonomia a essas/esses estudantes, favorecendo sua inclusão na Universidade.

Por fim, salienta-se que o Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), em articulação com o Núcleo de Acessibilidade (NAC), tem se proposto a buscar recursos das TIC que venham a desenvolver processos de acessibilidade informacional, comunicacional e pedagógica, considerando as possibilidades da presença de estudantes com deficiências diversas.

13 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Considerando que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho educativo, sua ação não implica somente selecionar novos conteúdos e desenvolver competências e habilidades que desejamos para nossos egressos.

Uma vez que se busca a cada momento promover ambientes pedagógicos os quais desenvolvam estudantes críticas/os e reflexiva/os, não reprodutoras/es de concepções estagnadas diante das realidades sociais, históricas e culturais, propõe-se um processo de

avaliação integrado às metodologias de ensino e dinâmica curricular, com vistas a alcançar os objetivos deste PPC. Portanto, entendendo que as experiências avaliativas são formativas, buscamos, no curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, um processo de avaliação de ensino e aprendizagem contínuo, crítico e coerente com os princípios deste documento.

De acordo com Garcia (2009), pode-se afirmar que existe uma estreita relação entre as formas de avaliação adotadas e os níveis de aprendizagem alcançados pelas/os discentes. Nesse sentido, “a formação não se constrói por acumulação (de cursos de conhecimento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexão crítica sobre práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1992, p. 71).

Para tanto, o curso adotará uma proposta de avaliação discente que congregue as metodologias de ensino, os objetivos deste PPC, assim como as propostas de ementa sugeridas nessas linhas e que busque respeitar o corpo estudantil em sua diversidade e formas de aprender. É o que indica o PDI da UFAL, um dos importantes documentos necessários para a construção deste projeto.

O acompanhamento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. [...] Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a, p. 45).

13.1 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O resultado numérico-quantitativo do processo de acompanhamento avaliativo discente será calculado mediante as normas de avaliação constantes no Estatuto e Regimento Geral da UFAL (2016, p. 39), referentes à frequência em 75% das atividades didáticas totais de cada disciplina (de acordo com a LDBN); e do rendimento escolar, o qual segue especificado abaixo:

Art. 41. A avaliação do rendimento escolar será feita através de:

- I. Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas), por semestre letivo;
- II. Prova Final (PF), quando for o caso;
- III. Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º Não poderá ser realizada qualquer atividade de avaliação, inclusive prova final, antes de decorridas, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas da divulgação das notas obtidas pelo discente em avaliações anteriores.

§ 2º O discente terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

§ 3º Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 42. Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de um instrumento de avaliação.

Art. 43. A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas obtidas nas 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1º Será considerado aprovado, livre de prova final, o discente que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2º Será automaticamente reprovado o discente cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

§ 3º O discente que alcançar nota inferior a 7,00 (sete), em uma das duas Avaliações Bimestrais (AB), terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior nota.

Art. 44. O discente que obtiver a Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) versará sobre todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 45. Será considerado aprovado com avaliação final, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o discente que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis) e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

14 OUTRAS AVALIAÇÕES

14.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação, conforme concebida no PPI da UFAL, é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Para tanto, na UFAL, foi instituída a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem por finalidade elaborar e desenvolver, junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores, uma proposta de autoavaliação institucional, além de coordenar e articular os processos internos da avaliação da UFAL, de acordo com o projeto de autoavaliação aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2018w). Há também a Comissão de Auto Avaliação (CAA) que estabelece parâmetros para a construção de instrumentos de autoavaliação dos cursos.

Além disso, o Colegiado do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL deverá realizar periodicamente uma avaliação do curso mediante reuniões de avaliação, ao fim de cada semestre, com a participação de docentes, discentes e técnicas/os-administrativas/os. Serão também utilizadas as análises dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, favorecendo sempre a atualização de um Projeto Pedagógico contextualizado. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do PPC em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas.

14.2 AVALIAÇÃO DAS/OS EGRESSAS/OS

Outro instrumento de avaliação para o curso é a utilização de questionários ou de entrevistas com as/os egressas/os, de modo a compreender como elas/eles, ao adentrar nos

diversos campos de atuação da Psicologia, percebem a formação que ofertada no curso e como estão utilizando o corpo teórico-metodológico que aprenderam.

14.3 AVALIAÇÃO DO PPC

A gestão do Projeto Pedagógico requer um acompanhamento sistemático, realizado de forma contínua por uma equipe designada pelo Colegiado do Curso e pelo NDE.

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) e se expressam de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL é realizado por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto-Avaliação da UFAL como Comissão de Auto-Avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional no caso dos *campi* interioranos.

Desse modo, o Curso de Psicologia é avaliado anualmente pela citada Comissão e, em caráter permanente, pelos membros do NDE. Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA, que coleta dados através de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico-administrativo da Unidade.

Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica através de formulários on-line disponibilizados segundo o cronograma de avaliação de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas as situações as/os participantes se expressam sobre a condução do PPC entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com as/os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Desta forma, os dados computados são organizados e analisados pela CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

Em relação ao NDE, há um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir, sempre que

necessário, no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

14.4 AVALIAÇÃO DA/O DOCENTE PELA/O DISCENTE

Considerando a importância do processo avaliativo de um curso e de seus docentes, o Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL propõe duas formas de avaliação docente pelas/os discentes: a primeira segue as diretrizes da Resolução nº. 46/2014 – CONSUNI/UFAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018h), a qual dispõe sobre participação discente no processo de aferição do desempenho didático da/o docente para fins de progressão na carreira funcional, bem como na avaliação de desempenho da/o docente em estágio probatório.

A segunda forma se refere ao instrumento criado pelo Centro Acadêmico Afonso Lisboa do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL para empreender avaliações docentes semestralmente, através de questionários elaborados e respondidos pela própria categoria discente ao final do período. Essa iniciativa do CA de Psicologia Afonso Lisboa é referendada pelo Colegiado do Curso e começou no ano de 2017.

15 POLÍTICAS DE APOIO ÀS/AOS DOCENTES E TÉCNICAS/OS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública (BRASIL, 1988). Entre seus princípios estão: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, princípios estes que dizem respeito diretamente às ações institucionais das IES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa no Decreto nº 5.707/2006, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal (BRASIL, 2018y), a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018a, p. 71).

O PDI das/dos servidoras/es compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A Capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor e, por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e, conseqüentemente, mais satisfeito. A Capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelas/os servidoras/es no exercício do cargo e aferir seu desempenho, deixando-as/os cientes de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque a docência: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde docentes recém empossadas/os, até aqueles com mais tempo na instituição. O objetivo é incentivá-las/os à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação dessas/es profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação de professoras/es e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma IES pode se furtar.

No curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL, a política de valorização do/a servidor/a se manifesta a partir da disponibilização de cursos de aperfeiçoamentos.

16 APOIO ÀS/AOS DISCENTES

As políticas de apoio às/aos discentes se fundamentam no PDI da UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todas/os as/os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, de acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2018z).

Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculadas/os em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião, são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI da UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento das/os estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificados:

- **Apoio pedagógico** – buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção às/aos discentes como forma de orientá-las/os na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-las/os a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas dessas/es

discentes e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

- **Estímulo à permanência** – atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificadas/os, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento da/o estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).
- **Apoio financeiro** – disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais das/os estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas às/aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.
- **Organização estudantil** – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela Universidade quer sejam promovidos pelas/os estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política das/os estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.
- **Plano de acompanhamento do assistido** – proporciona uma maior segurança para a/o estudante quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação da/o mesma/o ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída das/os mesmas/os, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

As/os discentes do curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios da UFAL têm participação efetiva e permanente, com direito a voz e voto, no

Colegiado do Curso, seja nas reuniões mensais ou extraordinárias, como também nas reuniões da Unidade Acadêmica. A escolha das/os representantes discentes se faz através de indicação do Centro Acadêmico, sendo uma/um titular e uma/um suplente.

O Centro Acadêmico do curso é escolhido por eleição direta, realizada a cada dois anos, com todas/os as/os estudantes e com a organização do Diretório Central dos Estudantes da UFAL (DCE-UFAL) e o apoio da Coordenação do Curso e dos membros da direção anterior.

17 INFRAESTRUTURA

O Curso de Psicologia desenvolve suas atividades na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus Arapiraca* da UFAL. Todo o espaço físico disponibilizado é compartilhado com o Curso de Serviço Social que funciona no contra turno. Existem espaços de atividades pedagógicas, como as salas de aula, sala de professores e biblioteca e espaços para as atividades administrativas.

A seguir, apresentamos um quadro com a descrição dos itens que compõem a infraestrutura do Curso de Psicologia da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus Arapiraca* da UFAL:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Sala de aula (com ar-condicionado)	3
2	Sala de aula (sem ar-condicionado)	4
3	Biblioteca	1
4	Sala do NAE (Núcleo de Apoio ao Estudante)	1
5	Sala de Reunião	1
6	Sala de Coordenação de Curso	1
7	Laboratório de Informática com 30 computadores	1
8	Auditório com capacidade máxima para 70 pessoas	1
9	Data-show	2
10	Data Show na sala de aula	2
11	Caixa de som	1
12	Computador para as salas dos professores	5
13	Computador para as salas de aula	2
14	Computador para apoio acadêmico/administrativo	34
15	Impressora Laser	1
16	Salas de Atendimento – Clínica-Escola de Psicologia	3
17	Sala de Triagem – Clínica-Escola de Psicologia	1
18	Sala de Processos Grupais	1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
19	Laboratório	1

Saliente-se que a descrição das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida está apresentada no item Acessibilidade.

É válido, ainda, registrar a imperiosa necessidade de concretização do projeto da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios explicitado no Plano Diretor do *Campus* Arapiraca. Nesse plano, há a previsão de construção de uma Clínica-Escola, de laboratórios do curso de Psicologia, salas para grupos de estudo e pesquisa, auditório, restaurante universitário, etc. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012), os quais são fundamentais para a consecução dos objetivos propostos neste PPC.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Estudo sobre as comunidades indígenas de alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Maceió: SEPLAG, 2017.

ALBUQUERQUE, Cícero Fernanades. Mulher de migrante: labor e empoderamento na vida da mulher do sertão de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos. (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

ANDRADE E SILVA, Paula Saretta de. **Memórias de formação do curso de psicologia: elementos para uma análise crítica**. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em 12 ago. 2018.

BALADELI, Ana Paula Domingos; BARROS, Marta Silene Ferreira; ALTOE, Anair. Desafios para o professor na sociedade da informação. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 45, p. 155-165, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sonia Maria Guedes (Org.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sonia Maria Guedes; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: YAMAMOTO, Oswaldo; COSTA, Ana Ludmila Freire (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

BERNARDES, Jefferson de Souza. A formação em Psicologia após 50 anos do Primeiro Currículo Nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. esp, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2014.

BOECKEL, Mariana Gonçalves et al. O papel do serviço-escola na consolidação do projeto pedagógico do curso de Psicologia. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 1, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-

20612010000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018a.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de outubro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018b.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018c.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018d.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018e.

_____. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018f.

_____. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018g.

_____. **Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pcp008_08.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018h.

_____. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2012-pdf/10889-rcp001-12>>. Acesso em: 07 jun. 2018i.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional e Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018j.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM>. Acesso em: 07 jun. 2018k.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018l.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018m.

_____. **Decreto nº 6.949, de 22 de dezembro de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018n.

_____. **Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018o.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018p.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018q.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19795.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018r.

_____. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018s.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 07 jun. 2018t.

_____. **Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE.** Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192>. Acesso em: 07 jun. 2018u.

_____. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 jun. 2018v.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018w.

_____. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018x.

_____. **Decreto nº 5.707, 23 de fevereiro de 2006.** Dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018y.

_____. **Decreto nº 7.234, 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018z.

_____. **Resolução nº 5, de 15 de março de 2011.** Diretrizes Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa Incluir.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em 22 out. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988.

CORAL, Marinês. **As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios.** 2016. 264f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FERNANDES, Saulo Luders. **Itinerários terapêuticos e política pública de saúde em uma comunidade quilombola do agreste de Alagoas, Brasil.** 2016. 218f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Revisitando os saberes psicológicos: reflexões por uma psicologia do campo. **Cadernos de subjetividade.** Núcleo de estudos e pesquisa da subjetividade, Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2014.

FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José. (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

GARCIA, Joe. Avaliação e aprendizagem na educação superior. **Revista Est. Aval. Educ.,** São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madri: Taurus, 1987.

INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS (ITERAL). **Relação das comunidades quilombolas com certificação oficial dada pela Fundação Palmares**. 2010. Disponível em: <<http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas>>. Acesso em: 03 set. 2013.

LIMA DA SILVA, Lenilda. A política de reforma agrária em Alagoas entre 2003/2013. In: ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos. (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

LUSA, Mailiz Garibotti; SILVA, Maria Ester Ferreira da; ALBUQUERQUE, Cícero Fernandes. O semiárido alagoano frente à crise do capital: as faces da exploração e dominação da classe trabalhadora. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís do Maranhão. UFMA, 2013.

LUSA, Mailiz Garibotti. O rural no semiárido e a transformação sócio-histórica de Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos. (Orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2014.

MELLO, Sylvia Leser de. Psicologia: características da profissão. In: YAMAMOTO, Oswaldo; COSTA, Ana Ludmila Freire (Org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

NÓBREGA, Danielle Oliveira da. **Representações sociais de psicólogo: imagens em movimento na formação profissional**. 2017. 441 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2017.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UFAL. Disponível em: <<http://nucleodeacessibilidadeufal.blogspot.com/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

RAFAEL, Ulisses Neves. Presença dos negros na historiografia alagoana: o discurso do

silêncio. **Cad. Kulé-Kulé**. Maceió: NEAB e Ideário comunicações, 2004.

RICOY, María Carmen; COUTO, Maria João V. S. As boas práticas com TIC e a utilidade atribuída pelos alunos recém-integrados na universidade. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 897-912, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SANTOS, Aline Carla dos. **Dores e delícias em ser estagiária**: um estudo no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas/Palmeira dos Índios. 2014. 92 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2014.

SANTOS, Franqueline Terto dos. **A “Recuperação” de assentamentos rurais em questão**: a experiência do assentamento Rendeira – Alagoas. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação e Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Disponível em: <<https://ufal.br/transparencia/institucional/plano-de-desenvolvimento/2013-2017>>. Acesso em 07 jun. 2018a.

_____. **Resolução CEPE nº 25, de 30 de outubro de 1990**. Estabelece normas para reformulação curricular na Ufal. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_25_90_cepe>. Acesso em 07 jun. 2018b.

_____. **Resolução nº 52/2012 CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012**. Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da UFAL. Disponível em: <<https://ufal.br/transparencia/documentos/resolucoes/diversas/gestao/resolucao-no-52-2012-de-05-11-2012/view>>. Acesso em: 07 jun. 2018c.

_____. **Resolução nº 71, de 18 de dezembro de 2006**. Resolução de Estágio da UFAL. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_71_2006_consuni>. Acesso em: 07 jun. 2018d.

_____. **Resolução nº 25/2005 – CEPE, de 26 de outubro de 2005**. Institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006. Disponível em:

<https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_25_2005_CEPE>. Acesso em: 07 jun. 2018e.

_____. **Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, de 11 de novembro de 2003.** Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na Ufal. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_consuni>. Acesso em 07 jun. 2018f.

_____. **Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018.** Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/rco-n-04-de-19-02-2018.pdf/view>>. Acesso em: 07 jun. 2018g.

_____. **Resolução nº 46/2014 – CONSUNI/UFAL, de 11 de agosto de 2014.** Disponível em: <<https://ufal.br/servidor/avaliacao/estagio-probatorio/docente/resolucoes/resolucao-consuni-no-46-2014-de-11-08-2014.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018h.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da UFAL.** Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/estatuto-e-regimento/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf/view>. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. **Plano Diretor da UFAL Campus Arapiraca:** diagnóstico da Unidade Palmeira dos Índios. Arapiraca: o autor, 2012. (reproduzido).

_____. **Regulamento de Estágio do Curso de Psicologia.** Palmeira dos Índios: o autor, 2010a. (reproduzido).

_____. **Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia.** Palmeira dos Índios: o autor, 2010b. (reproduzido).

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS DA UFAL (2007-2018)

Fontes: http://Sistemas.Ufal.Br/Sie_Bancodeprojetos/Inicio.Jsf e Sigaa - UFAL

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
A Segregação Indígena na Periferia de Palmeira dos Índios - AL: Ações de Enfrentamento do Grupo Faccional Xucuru-Palmeira pelo Reconhecimento e Demarcação das Terras	Projeto	2007	Parmenides Justino Pereira
Apoio Psicossocial a Portadores de Hipertensão na Comunidade Xucurus	Projeto	2007	Parmenides Justino Pereira
Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade Indígena Xucuru-Palmeira	Projeto	2007	Parmenides Justino Pereira
Eficiência na Deficiência	Projeto	2007-2011	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento Antônio Alves Filho
Fórum das Práticas Profissionais de Psicologia e Assistentes Sociais nas Cidades de Arapiraca e Palmeira dos Índios	Evento	2007	Parmenides Justino Pereira
"Negros do Chapéu" - Comunidade Quilombola da Tabacaria/Palmeira dos Índios	Projeto	2007	Maria Ester Ferreira da Silva
Psicocine - Cinema no Campus	Projeto	2007	Parmenides Justino Pereira
II Colóquio em Prol da Inclusão Escolar em Palmeira dos Índios	Evento	2008	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento
Palmeira dos Índios, Território de Alteridade: Quem São e Como Vivem os Índios Urbanos	Projeto	2008	Parmenides Justino Pereira
Concepção Dialética-Hermenêutica da Doença Mental: uma Perspectiva da Antipsiquiatria	Projeto	2009	Parmenides Justino Pereira
Crianças em Situação de Rua: Brincando e Re-Significando a Infância na Cafurna	Projeto	2009	Maria Augusta Costa dos Santos
Estudo Psicossocial sobre Sentidos e Significados do Viver na Rua para Crianças em Situação de Rua em Palmeira dos Índios	Projeto	2009	Maria Augusta Costa dos Santos
I Conferência de Inclusão Social: Inclusão Escolar na Contemporaneidade	Evento	2009	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
II Conferência de Inclusão Social: o Papel da Associação dos Deficientes Físicos em Palmeira dos Índios	Evento	2009	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento
Noções sobre Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Curso De Extensão	2009	Everaldo Bezerra de Albuquerque Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento
Psicologia e Políticas Públicas em Palmeira dos Índios: Reconstruindo Fazeres e Saberes	Projeto	2009	Maria Augusta Costa dos Santos
Psicologia Social e Saúde Sexual-Reprodutiva: Oficinas Educativas e Visitas Domiciliares na Prevenção de DSTs, Aids e Gestação Precoce	Projeto	2009	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Trilhando Caminhos da Inclusão Escolar Em Palmeira Dos Índios/AL	Projeto	2009-2011	Danielle Oliveira da Nóbrega Lidiane Ramos da Silva
III Colóquio em Prol da Inclusão Escolar em Palmeira dos Índios	Evento	2009	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento
Curso de Atualização na Atenção Básica em Saúde	Curso	2010	Maria Augusta Costa dos Santos
I Colóquio sobre Violência contra a Mulher	Evento	2010	Mailiz Garibotti Lusa
A Arte do Viver: Arte-Terapia no Processo de Reabilitação de Crianças e Adolescentes no Centro de Medicina Física e Reabilitação de Arapiraca - CEMFRA	Projeto	2010	Danielle Oliveira da Nóbrega
À Margem Do Corpo: Aborto e Direitos Reprodutivos em Pauta	Evento	2010	Flavia Regina Guedes Ribeiro
A Universidade e os Movimentos Sociais	Evento	2010	Cicero Ferreira de Albuquerque
Abolição da Escravatura: a Legitimação da Exclusão dos Negros no Mundo dos Brancos	Evento	2010	Saulo Luders Fernandes
Análise da Carência de Formação dos Profissionais Docentes do Município de Palmeira dos Índios sobre o Processo de Inclusão Escolar da Pessoa com Surdez	Projeto	2010	Nágib José Mendes dos Santos
Camisinha na Cabeça: Vista essa Idéia	Projeto	2010	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Capoeira na Universidade - Construção de Repertórios Comportamentais de Afirmação Social	Projeto	2010	Gerson Alves da Silva Junior
Cineclub Graciliano Ramos	Projeto	2010	Cicero Ferreira de Albuquerque

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Formação de Professores sobre a Inclusão Escolar da Pessoa com Surdez no Ensino Regular	Curso	2010	Nágib José Mendes dos Santos
Grupo de Estudos: Práticas Discursivas e Produção de Sentidos	Projeto	2010	Flavia Regina Guedes Ribeiro
I Simpósio de Psicologia Social em Palmeira dos Índios	Evento	2010	Maria Augusta Costa Dos Santos
II Seminário Eficiência na Deficiência: Integrando as Ações de Inclusão no Campus Arapiraca	Evento	2010	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento
Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho	Projeto	2010	Antonio Alves Filho
IV Colóquio em Prol da Inclusão Escolar em Palmeira dos Índios	Evento	2010	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento Antonio Alves Filho
Jornada de "FILOSOFIA NA ESCOLA": Interfaces entre a Filosofia e Outros Campos de Conhecimento	Evento	2010	David Lopes da Silva
Memória Étnica: Reminiscências de Negros Rurais	Projeto	2010	Saulo Luders Fernandes
Metodologias na Educação em Saúde: Contribuições da Psicologia e do Serviço Social na Prevenção da Gravidez Precoce e das doenças Sexualmente Transmissíveis	Projeto	2010	Lucas Pereira da Silva
Política e Etnia: Reflexões sobre a História da África e Quilombos em Alagoas	Evento	2010	Gerson Alves da Silva Junior
Programa de Assessoramento Acadêmico às Iniciativas de Inclusão Social em Palmeira dos Índios - PRINCIPAL	Projeto	2010	Saulo Luders Fernandes Mailiz Garibotti Lusa
Psicologia Comunitária e Saúde Mental: Formas de Intervenção em Educação para Saúde	Projeto	2010	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Psicologia, Saúde Mental e Família: Tecendo Sentidos e Significados do Sofrimento Psíquico para Famílias de Pacientes Psiquiátricos	Projeto	2010	Cássia de Castro Bezerra
Psicologias em Debate: Perspectivas Práticas nos Âmbitos Hospitalar e Clínico	Evento	2010	Cássia de Castro Bezerra
(Re)conhecendo as Tramas da Relação Indisciplina/Violência-Escola	Curso	2010	Danielle Oliveira da Nóbrega
(Re)descobrimos Caminhos para o Futuro: a Inserção de Jovens na Vida Acadêmica e Profissional	Projeto	2010	Antonio Alves Filho
Saúde e Motivação no Trabalho Docente: Conhecendo a Atuando em Escolas Estaduais no Município de Palmeira dos Índios – AL	Projeto	2010	Antonio Alves Filho

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Vínculos Sociais na Contemporaneidade	Evento	2010	Antonio Alves Filho
A Atuação das Lideranças Comunitárias na Promoção da Saúde Mental	Projeto	2011	Flavia Regina Guedes Ribeiro
A Família no Processo de Reinserção Social de Pessoas Dependentes de Álcool e Outras Drogas	Projeto	2011	Cássia de Castro Bezerra
Artesanato Arapiraquense: História e Política no Mercado de Artesanato Margarida Gonçalves	Projeto	2011	Saulo Luders Fernandes
Avaliação das Políticas de Atenção Básica à Saúde: uma Análise da Estratégia Saúde da Família no Município de Palmeira dos Índios-AL	Projeto	2011	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Ciclo de Debates em Saúde Mental: a Luta Antimanicomial em Discussão	Evento	2011	Cássia de Castro Bezerra
Cinema Todo Dia	Projeto	2011	David Lopes da Silva
Cine-Rock	Projeto	2011	David Lopes da Silva
Construção de Repertórios comportamentais de Afirmação Social: Capoeira na Universidade - 2ª Edição	Projeto	2011	Gerson Alves da Silva Júnior
Desenvolvimento de Habilidades Sociais	Curso	2011	Gerson Alves da Silva Júnior
Elaboração e Gestão de Projetos para Indígenas	Curso	2011	Gerson Alves da Silva Júnior
Enfrentando Vulnerabilidades: Gênero, Raça, Classe Social e Idade como Afirmação da Identidade de Jovens em Situação de Risco Social	Projeto	2011	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Fala Negro: Negros, Loucos, Poetas e Intelectuais	Evento	2011	Maria Ester Ferreira da Silva
Filosofia para Crianças na Escola	Projeto	2011	Daniel Alves Magalhaes
Formação de Professores sobre a Educação Inclusiva e a Pessoa com Surdez	Curso	2011	Nágib José Mendes dos Santos
Grupo de Estudos em Psicologia Política – Produção de Saber para a Transformação Social	Curso	2011	Saulo Luders Fernandes
II Colóquio sobre Violência contra a Mulher: Temática para a Formação em Serviço Social e em Psicologia e Lançamento do Fórum de Estágio em Serviço Social do Agreste e do Sertão de Alagoas	Evento	2011	Mailiz Garibotti Lusa
III Seminário Eficiência na Deficiência	Evento	2011	Lidiane Ramos da Silva Danielle Oliveira da Nóbrega Sueli Maria do Nascimento Antônio Alves Filho

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Psicologia e Inclusão: Construindo Possibilidades de Atuação do Psicólogo na Escola	Projeto	2011	Danielle Oliveira da Nóbrega
A Psicologia no Atendimento Educacional Especializado: Discutindo a Deficiência a partir de Estudos de Caso	Curso	2011	Danielle Oliveira da Nóbrega
A Psicologia nas Trilhas da Inclusão: Construindo Caminhos	Projeto	2012-2013	Danielle Oliveira da Nóbrega
Biblioteca de Multimeios da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios	Projeto	2012	Kassandra Kallyna Nunes de Souza
Desenvolvimento Psicossocial de Crianças e Adolescentes no Semiárido Alagoano: Políticas Públicas, Gênero e Sexualidade na Escola	Projeto	2012	Antonio Cesar de Holanda Santos
Encontro com a Diversidade: Construindo a Inclusão em Palmeira dos Índios	Evento	2012	Danielle Oliveira da Nóbrega
Evangélicos Gays: um Conflito entre Fé e Sexualidade	Evento	2012	Saulo Luders Fernandes
Formação Acadêmica como Estratégia de Adequação ao Ensino Superior	Projeto	2012	Gerson Alves da Silva Júnior
Formação de Professores sobre a Pessoa com Surdocegueira e o Atendimento Educacional Especializado	Curso	2012	Nágib José Mendes dos Santos
II Fala Negro: Mulher, Religiosidade e Mídia	Evento	2012	Gerson Alves da Silva Júnior
Jovens em Ação: Temas em Saúde para Empoderamento Político e Controle Social	Projeto	2012	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Memórias de Idosos Institucionalizados no Agreste Alagoano: Formação de Vínculos e Novas Formas de Sociabilidade	Projeto	2012	Saulo Luders Fernandes
Memórias de Idosos Quilombolas: Fortalecimento de Vínculos Comunitários e Produção de Novos Territórios	Projeto	2012	Saulo Luders Fernandes
I Cultura em Movimento	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
A Ludoterapia no Ambiente Hospitalar	Curso	2013	Fernanda Cristina Nunes Simião
A Mulher e o Enfrentamento da Seca em Santana do Ipanema-AL	Projeto	2013	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Acompanhamento Psicossocial do Processo de Construção Identitária de uma Comunidade Quilombola	Projeto	2013	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Acompanhamento Terapêutico: a Clínica em Movimento	Curso	2013	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Álcool e Outras Drogas: Atuação do Psicólogo em Aldeias Indígenas do Município de Palmeira dos Índios- AL	Projeto	2013	Saulo Luders Fernandes

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Arte e Anarquismo: o Cinema Libertário de Claudio Assis	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
Aspectos Biopsicossociais da Adolescência: Educação para Saúde em uma Comunidade Rural do Semi-Árido Alagoano	Projeto	2013	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Brincadeira é Coisa Séria! O Lúdico como Instrumento de Intervenção no Setor Pediátrico	Curso	2013	Fernanda Cristina Nunes Simião
Ciclo de Debates Pet-Nesal: Psicopatologia em Discussão	Evento	2013	Gerson Alves da Silva Júnior
Cinema em Movimento	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
Clínica Ampliada: Produção de Saúde, Saberes e Cuidados	Evento	2013	Maria Augusta Costa dos Santos
Contação de Histórias e Origami: Possibilidade de Intervenção no Ambiente Hospitalar	Curso	2013	Fernanda Cristina Nunes Simião
Desvendando as Normas da ABNT	Curso	2013	Kassandra Kallyna Nunes de Souza
Desvendando as Normas da ABNT – 2. Ed.	Curso	2013	Kassandra Kallyna Nunes de Souza
Dois Dedos de Prosa com a Psicologia Clínica: Logoterapia	Curso	2013	Cassia de Castro Bezerra
Entendendo a Saúde Mental: o que é a Loucura?	Evento	2013	Caroline Cavalcanti Padilha
Ética e Psicologia: Reflexões sobre o Exercício Profissional do Psicólogo	Evento	2013	Fernanda Cristina Nunes Simião
Formação de Vínculos na Promoção da Saúde Mental: a Psicologia na Atenção Básica	Projeto	2013	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Formas de Lidar com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) na Escola de Educação Básica Manoel João da Silva Localizada no Município de Arapiraca – AL	Projeto	2013	Gerson Alves da Silva Júnior
II Cultura em Movimento	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
III Cultura em Movimento	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
Imagens Formativas, Sentidos para o Desenvolvimento Humano no Sertão Alagoano	Evento	2013	Lidiane dos Santos Barbosa
Internação Compulsória: Contra ou a Favor?	Evento	2013	Cassia de Castro Bezerra
IV Cultura em Movimento	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
IV Semana da Mulher: Mulheres na Sociedade Contemporânea: Poderes, Saberes e Posicionamentos	Evento	2013	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Música na Universidade: Construção de Repertórios Comportamentais de Afirmação Social	Projeto	2013	Gerson Alves da Silva Júnior
Ouricuri - Treinamento em Assertividade e Projetos de Vida	Projeto	2013	Gerson Alves da Silva Júnior

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Ouricuri 2013.2 - Treinamento em Assertividade e Projetos de Vida	Projeto	2013	Gerson Alves da Silva Júnior
Pré-Enem Conexões de Saberes - Palmeira dos Índios 2013	Projeto	2013	Saulo Luders Fernandes
Psicologia em Itinerância: a Adolescência em Foco	Evento	2013	Danielle Oliveira da Nóbrega
Reeducação de Comportamentos Alimentares: uma Prática para Redução e Manutenção de Peso com Base na Análise do Comportamento	Projeto	2013	Gerson Alves da Silva Júnior
Semana de Cinema Russo	Evento	2013	David Lopes da Silva
Semana 'MULHERES Unidas'	Evento	2013	David Lopes da Silva
Vivência do Envelhecimento em uma Instituição Asilar: Grupo de Convivência na Produção de Vínculos de Sociabilidade.	Projeto	2013	Saulo Luders Fernandes
V Cultura em Movimento	Evento	2013	Mayk Andreele do Nascimento
Observatório da Vida Escolar no Agreste Alagoano	Projeto	2013	Danielle Oliveira da Nóbrega Antônio Cersar de Holanda Santos Antônio Alves Filho
A Criança Hospitalizada e os Processos de Humanização dos Cuidados em Saúde	Curso	2014	Fernanda Cristina Nunes Simião
A Psicologia nas Trilhas da Inclusão: Continuando na Construção de Caminhos	Projeto	2014-2015	Danielle Oliveira da Nóbrega
Conexão Saberes – Palmeira Dos Índios	Projeto	2014	Gerson Alves da Silva Júnior
Contribuições da Ludoterapia para o Processo de Hospitalização Infantil	Curso	2014	Fernanda Cristina Nunes Simião
Cultura em Movimento - Ano 2	Projeto	2014	Mayk Andreele do Nascimento
Práticas Comunitárias na Atenção Básica à Saúde: Intervenções Psicossociais	Projeto	2014	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Projeto Incluir: Professores na Inclusão - PROIN	Curso	2014	Danielle Oliveira da Nóbrega
Psico Risos: uma Proposta de Humanização no Setor Pediátrico	Projeto	2014-2019	Fernanda Cristina Nunes Simião
Psicologia Clínica e Práticas de Cuidado na Atenção Básica	Projeto	2014	Cassia de Castro Bezerra
VI Cultura em Movimento	Evento	2014	Mayk Andreele do Nascimento
Psicologia em Foco: os Movimentos de seus Saberes e Fazeres	Curso	2014	Danielle Oliveira da Nóbrega
Cinema Novo e Ciências Sociais no Brasil	Curso	2016	Mayk Andreele do Nascimento

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Grupo de Estudos Raça/Etnia e Ruralidades: Direitos Humanos e Vulnerabilidade em Comunidades Quilombolas	Curso	2016	Saulo Luders Fernandes
Movimentos Sociais do Campo e Psicologia: Diálogos e Aproximação	Evento	2016	Saulo Luders Fernandes
XII Cultura em Movimento	Evento	2016	Mayk Andreele do Nascimento
Reflexões sobre o Exercício Ético em Psicologia	Evento	2016	Fernanda Cristina Nunes Simiao
I Encontro de Ex-Alunos da UFAL - Práticas Psicológicas e Atitudes Fenomenológico-Existenciais	Evento	2016	Parmenides Justino Pereira
(Inter)ações e (Con)vivências: Promoção de Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo	Projeto	2017-2019	Danielle Oliveira da Nóbrega
A Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em Comunidades Quilombolas	Projeto	2017	Saulo Luders Fernandes
Cultura em Movimento (ANO V)	Projeto	2017	Mayk Andreele do Nascimento
Arqueologia e Genealogia: a Questão do Sujeito em Michel Foucault	Curso	2017	Saulo Luders Fernandes
O Cinema Brasileiro e a Ditadura de 1964	Curso	2017	Mayk Andreele do Nascimento
"En-cena-ação": os Desafios da Atuação no Cinema Independente Contemporâneo	Curso	2017	Mayk Andreele do Nascimento
Psicologia em Itinerância: as Deficiências em Foco	Evento	2017	Danielle Oliveira da Nóbrega
Olhares sobre o Semiárido	Evento	2017	Saulo Luders Fernandes
XIII Cultura em Movimento	Evento	2017	Mayk Andreele do Nascimento
Arraiá Comportado	Evento	2017	Gerson Alves da Silva Júnior
Educação e Saúde Mental: Promoção e Cuidado a Partir da Assistência Estudantil	Projeto	2018	Tathina Lucio Braga Netto Danielle Oliveira da Nóbrega
Memórias de um Povo Trajado de Rei: Reisado como Fortalecimento de Vínculo na Comunidade Quilombola Tabacaria	Projeto	2018	Saulo Luders Fernandes
Visibilidades da Jurema Sagrada em Alagoas: Resistências Psicopolíticas da Religiosidade Afro-Indígena	Projeto	2018	Parmenides Justino Pereira
Memória Política e Remoção Forçada: Aspectos Psicopolíticos da Reestruturação Urbana em	Projeto	2018	Parmenides Justino Pereira

TÍTULO	TIPO DE AÇÃO	ANO	COORDENAÇÃO
Arapiraca			
Gênero e Raça: Fortalecimento Identitário e Empoderamento Político de Mulheres Negras Quilombolas	Projeto	2018	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Estudos Transviados	Curso	2018	Mayk Andreele do Nascimento
Roda de Conversa: Mulheres e Literatura: Representatividade, Enfrentamento e Transgressão	Evento	2018	Mayk Andreele do Nascimento
Psicologia em Itinerância: Desafios e Possibilidades da Inclusão de Crianças com Síndrome da Zika	Evento	2018	Danielle Oliveira da Nóbrega
I Encontro de Supervisores de Psicologia: Diálogos sobre a Prática Psicológica na Experiência de Estágio, Ensino, Pesquisa e Extensão no Interior Alagoano	Evento	2018	Lidiane Barbosa dos Santos
Psicologia Social da Saúde: Refletindo sobre Estágio Acadêmico e Compromisso Social	Evento	2018	Maria Augusta Costa dos Santos
Pré-Encontro Regional da Rede de Articulação Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em Luta por Território	Evento	2018	Saulo Luders Fernandes
I Encontro de Saúde Mental na Universidade: Formação Acadêmica e Subjetividade	Evento	2018	Tathina Lucio Braga Netto
I Encontro de Juremeiros de Alagoas: Saberes, Práticas e Resistência Político-Cultural da Religiosidade Afroindígena	Evento	2018	Parmenides Justino Pereira
Entre Interações e Convivências: Promoção da Inclusão e do Desenvolvimento de Criança com Autismo	Evento	2018	Danielle Oliveira da Nóbrega
I Encontro Consultivo do Curso de Psicologia: Repensando a Psicologia no Semiárido Alagoano	Evento	2018	Lidiane Barbosa dos Santos